



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS DO CURSO DE MUSEUS - MHN E DO CURSO DE MUSEOLOGIA - FEFIERJ/UNIRIO:

*Um novo olhar sobre a formação em
Museologia na década de 1970*

Gustavo Oliveira Tostes

UNIRIO / MAST - RJ, Junho de 2017

TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS DO CURSO DE MUSEUS - MHN E DO CURSO DE MUSEOLOGIA - FEFIERJ/UNIRIO:

*Um novo olhar sobre a formação em
Museologia na década de 1970*

por

Gustavo Oliveira Tostes,
*Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia
e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Ivan Coelho de
Sá

FOLHA DE APROVAÇÃO

TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS DO CURSO DE MUSEUS - MHN E CURSO DE MUSEOLOGIA - FEFIERJ/UNIRIO

Um novo olhar sobre a formação em
Museologia na década de 1970

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof.^a Dr.^a Neusa Fernandes - IHGRJ
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Diana Farjalla Correia Lima - UNIRIO, PPG-PMUS UNIRIO/MAST
Membro Interno

Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá- UNIRIO, PPG-PMUS UNIRIO/MAST
Orientador

Rio de Janeiro, Junho de 2017

T716 Tostes, Gustavo Oliveira
Transformações Conceituais do Curso de Museus -
MHN e do Curso de Museologia - FEFIERJ/UNIRIO: um
novo olhar sobre a formação em Museologia na década
de 1970 / Gustavo Oliveira Tostes. -- Rio de
Janeiro, 2017.

132 f. :il.

Orientador: Ivan Coelho de Sá.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e
Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio, 2017.

1. Museu. 2. Museologia. 3. Curso de Museus. 4.
Curso de Museologia. 5. Ensino em Museologia. I.
Sá, Ivan Coelho de, orient. II. Título.

Esta dissertação é dedicada aos docentes do Curso de Museus do MHN – Curso de Museologia da FEFIERJ/UNIRIO que, durante a década de 1970, contribuíram para o desenvolvimento das transformações realizadas no ensino em Museologia.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, pela existência e por todas as realizações que até aqui conquistadas.

À minha família, que me ajudou a crescer e ter o propósito de não parar e não passar em vão pela vida. Aos colegas de turma com quem convivi e carreguei a marca da experiência comum.

Aos professores do mestrado e, em especial, ao Prof. Ivan Coelho de Sá, orientador desta pesquisa e um grande mestre com quem tive a oportunidade e o privilégio da convivência. Por sua inestimável generosidade, dedicação e dignidade pessoal e profissional.

Às professoras que participaram da banca de qualificação e defesa, Prof^{as} Diana Farjalla Correia Lima, Maria de Lourdes Parreiras Horta e Neusa Fernandes, pelas relevantes contribuições.

RESUMO

TOSTES, Gustavo Oliveira. **Curso de Museus do MHN e Curso de Museologia da FEFIERJ/UNIRIO. Transformação e um novo olhar sobre o ensino em Museologia na década de 1970.** Dissertação. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017. 131p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

Durante a década de 1970 o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, atual Escola de Museologia da UNIRIO, realizou grandes mudanças em sua estrutura curricular visando atender às novas exigências do Ministério da Educação e Cultura, que estabeleceu diretrizes curriculares da formação em Museologia no Brasil. Estas mudanças objetivavam a atualização da formação em Museologia face às novas necessidades da área. No decorrer desta década foram realizadas oito alterações ou reformas curriculares, algumas em caráter experimental e outras mais duradouras. Paralelamente, ocorreu, nesta década, um longo processo de negociações visando a transferência do curso para uma universidade. O presente trabalho tem por objetivo principal analisar as transformações realizadas no ensino de Museologia durante este processo de transição, isto é, do antigo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional para Curso de Museologia da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), depois Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

Palavras-chave: Museu, Museologia, Curso de Museus; Curso de Museologia; Ensino em Museologia.

ABSTRACT

TOSTES, Gustavo Oliveira. **Curso de Museus do MHN e Curso de Museologia da FEFIERJ/UNIRIO. Transformação e um novo olhar sobre o ensino em Museologia na década de 1970.** Dissertação. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017. 131p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

During the 1970s, the Museum Course of the National History Museum, now UNIRIO's Museology School, has passed through major changes in its curricular structure in order to attend the new requirements of the Ministry of Education and Culture, which had established curricular guidelines for Museology study in Brazil. These changes aimed to update the Museology study in face of the new requirements of the area. During this decade, eight changes or curricular reforms were made, some of them in an experimental basis and others in a more lasting way. Parallel, there was a long process of negotiations in this decade that aimed to transfer the course to an university. The present paper has as its main objective to analyze the transformations made in the teaching of Museology during this transition process, from the former Museum Course of the National Historical Museum to Museology Course of the Federation of Isolated Federal Schools of the State of Rio de Janeiro (FEFIERJ), then University of Rio de Janeiro (UNI-RIO).

Keywords: Museum, Museology, Museum Course; Museology course; Teaching in Museology.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

CCH – Centro de Ciências Humanas

CESGRANRIO – Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio

CFC – Conselho Federal de Cultura

CFE – Conselho Federal de Educação

DAC - Departamento de Assuntos Culturais

FAMMARO – Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon

FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FINES – Faculdades Integradas Estácio de Sá

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus

ICOFOM LAM – Organização Regional do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) para a América Latina e o Caribe

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MHN – Museu Histórico Nacional

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes

NUMMUS – Núcleo de Memória da Museologia no Brasil

PNC – Política Nacional de Cultura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNI-RIO – Universidade do Rio de Janeiro

LISTA DE FLUXOGRAMAS:

Figura 1. Curso de Museus – MHN / Reforma de 1966. Coleção Caderno de Matrizes Curriculares. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular - 1967.** Vol. II. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 2. Curso de Museus – MHN / Fluxograma de 1970 (Matriz Curricular Experimental). Coleção Caderno de Matrizes Curriculares. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular Experimental – 1970, 1971 e 1972.** Vol. III. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 3. Curso de Museus – MHN / Seção de Museus Científicos oferecida em 1970. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular Experimental – 1970, 1971 e 1972.** Vol. III. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 4. Curso de Museus – MHN / Matriz Curricular Experimental de 1971. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular Experimental – 1970, 1971 e 1972.** Vol. III. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 5. Curso de Museus – MHN / Matriz Curricular Experimental de 1972. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular Experimental – 1970, 1971 e 1972.** Vol. III. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 6. Curso de Museus – MHN / Matriz Curricular Experimental de 1973. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular Experimental – 1973.** Vol. VI. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 7. Curso de Museus – MHN / Matriz Curricular 1974. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular Experimental – 1974.** Vol. V. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 8. Curso de Museus – MHN / Matriz Curricular 1975. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular – 1975.** Vol. VI. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 9. Curso de Museus – MHN / Matriz Curricular 1976. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular – 1976.** Vol. VII. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

Figura 10. Curso de Museologia FEFIERJ/UNIRIO – Matriz Curricular implantada em 1978. SÁ, I.C.; TOSTES, G.O.; MARTINS, L.C. **Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO. Matriz Curricular – 1978.** Vol. VIII, IX, X, XI. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS). 2013.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	12
Cap. 1 CURSO DE MUSEUS DO MHN E CURSO DE MUSEOLOGIA DA UNIRIO	25
1.1 - Processo de transferência para a FEFIERJ	32
Cap. 2 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA DÉCADA DE 1970: SUA REPERCUSSÃO NA FORMAÇÃO EM MUSEOLOGIA E NA ÁREA DOS MUSEUS.	39
Cap. 3 REFORMAS CURRICULARES NO CURSO DE MUSEUS NA DÉCADA DE 1970	46
3.1 – Transformações na Educação Superior e repercussões no Curso de Museus	48
3.1.1 – Conselho Federal de Educação	51
3.2 - Reformas Curriculares Experimentais de 1970, 1971, 1973 e 1974	54
3.3 – Consolidação das discussões: Reformas Curriculares de 1975 e 1978	65
Cap. 4 ENSINO EM MUSEOLOGIA E MUSEOGRAFIA DURANTE A DÉCADA DE 1970	83
4.1 – Professores de Museologia e Museografia	89
4.2 - Desdobramentos da Técnica de Museus	96
4.2.1 – Matriz Curricular de 1975	97
4.2.2 – Matriz Curricular de 1976-77	101
4.2.3 – Matriz Curricular de 1978	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da investigação das transformações ocorridas na estrutura curricular do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), durante a década de 1970, que, segundo Sá, foi um período decisivo “[...] para o Curso de Museus e ficou caracterizada por uma série de mudanças que visavam à atualização e à assimilação de novos modelos conceituais” (2013, p.125). Este período representa um importante marco histórico para a Museologia no Brasil pelas profundas mudanças que visaram atualizar o Curso de Museus às novas necessidades e perspectivas da área. Estas mudanças atingiram o modelo tradicional de pensar e ensinar Museologia e representaram um verdadeiro impacto na formação na medida em que estão relacionadas a uma série de mudanças, tais como:

- Ampliação do número de vagas para ingressantes;
- Adoção do vestibular unificado;
- Ingresso de novos professores;
- Implantação de disciplinas que darão suporte à Exposição Curricular;
- Implantação do Estágio Curricular, no último período.

Tudo isto desenvolveu-se paralelamente à necessidade de se vincular o Curso de Museus a uma estrutura universitária, processo que culminou com sua vinculação à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), em 1977. A busca por este novo conceito de formação, além de revelar sintonia com as transformações ocorridas na área da Museologia, tanto no contexto internacional quanto nacional, representou igualmente um esforço do Curso em adequar-se às exigências do Ministério da Educação e Cultura:

Em termos legais, as reformas dos anos 1970 inserem-se num amplo projeto do próprio MEC no sentido de reorganizar o ensino superior e que tem origens na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, que instituiu o Conselho Federal de Educação (CFE) como órgão decisório em matéria de organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino, bem como de outras questões de natureza pedagógica, inclusive assuntos curriculares. (SÁ, 2013, p.126).

Deste modo, a presente pesquisa de Mestrado em Museologia e Patrimônio parte do seguinte questionamento: porque o Curso de Museus, cuja trajetória iniciada em 1932 e que passou por poucas mudanças na Matriz Curricular por quase quatro décadas – 1934, 1944 e 1966 – de repente, no decorrer da década de 1970, realizou inúmeras transformações curriculares? Além disso, estas alterações curriculares concentraram-se na primeira metade dos anos 70 e visavam mudanças substanciais nas propostas e no conceito do Curso. Isto

converge para outra questão: qual o cenário de fundo destas transformações no Brasil e quais fatores teriam repercutido neste processo decisivo de mudanças? A partir destes questionamentos, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as transformações verificadas no ensino de Museologia durante o processo de transição do antigo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional para Curso de Museologia da FEFIERJ, depois Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A este objetivo podemos acrescentar os objetivos de caráter mais específico: 1º) identificar e analisar as transformações realizadas pelo governo federal nas áreas da Educação e Cultura que impactaram no processo de reformulação do Curso de Museus / Curso de Museologia; 2º) analisar as alterações estruturais ocorridas na grade curricular do Curso de Museus / Curso de Museologia; 3º) identificar e analisar a matriz que gerou a criação dos eixos curriculares de Museologia e Museografia; e 4º) analisar os programas de Museologia e Museografia oferecidos pelo Curso, neste período, bem como os professores que as ministraram.

A ideia desta dissertação foi amadurecida ao longo do trabalho de pesquisa desenvolvido durante a graduação do autor como bolsista de Iniciação Científica no subprojeto de pesquisa Curso de Museologia: 1975-2º a 1994-2º: alunos, graduados e atuação profissional. Este subprojeto, vinculado ao projeto de pesquisa Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil, coordenado pelo Prof. Ivan Coelho de Sá, tem por objetivo recuperar a história e a memória do quadro discente e dos graduandos formados pelo Curso de Museologia da UNI-RIO no período de 1975 a 1994. Como produto desta pesquisa, elaborou-se o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Curso de Museologia - UNIRIO – 1975-2º à atualidade: transformações conceituais e análise discente”. A partir deste TCC foram identificados os questionamentos que permeiam esta dissertação, motivando sua realização.

No que se refere à disciplina Museologia veremos que, paralelamente à consolidação da instituição Museu ocorrida na França revolucionária do final do século XVIII, se desenvolverá a prática aplicada aos museus, a museografia – termo utilizado desde então (Desvallées; Mairesse, 2011, 323) e com mais frequência a partir do século XX, tendo como principal difusor do termo, neste último século, o *Office International des Musées*, através de sua revista oficial, a *Mouseion*, que, desde 1927, publicava estudos relativos a técnicas e métodos de profissionais de museus de diversos países, principalmente europeus e americanos. Segundo Poulot, “O estudo e a comparação das experiências de cada nação, promovidos pela revista *Mouseion* de 1926 a 1940, culminaram em 1934 na Conferência de Madri, intitulada *Museografia – Arquitetura e organização dos museus de arte.*” (POULOT, 2013, p.98). Ainda segundo Desvallées, a *Mouseion* consagrou o termo museografia “para

descrever a organização, a vida, o papel social, a formação histórica dos museus, mas, sobretudo, para especificar os métodos de exposição, de conservação e de difusão utilizados” (Desvallées; Mairesse, 2011, p. 323).

Após a institucionalização das práticas museológicas, desenvolve-se a disciplina Museologia e, conseqüentemente, o campo¹, e, o termo designa-se para o estudo do Museu, “confirmado nesse sentido amplo ao longo dos anos 1950, como o seu derivado “museológico”” (Desvallées; Mairesse, 2011, p.343) sendo o ICOM, neste momento, a instituição que efetivamente irá congrega profissionais da área e conduzir os debates relativos a estudo do campo museológico bem como suas fronteiras com sua prática, a museografia. Segundo Cury,

[...] Apesar que não ser uma instituição acadêmica, essa associação que congrega profissionais de museus do mundo todo sempre esteve motivada a entender e estreitar as relações entre a grafia e a logia no locus museal, principalmente após vir à tona a premência de se estabelecer as teorias e conceitos que alimentam a práxis museal. (CURY, 2005, p.45)

A partir dos anos 1960, a Museologia passou a ser difundida de modo mais abrangente pelos profissionais de museus passando a ser considerada como uma disciplina independente e como um campo científico (Desvallées; Mairesse, 2011, p.343-344) e, com isso, extrapolando as aplicações práticas da museografia. Verificamos que em 1965, na cidade de Brno, Alemanha Oriental, ocorreu o I Simpósio sobre Teoria Museológica. Mas, segundo Scheiner, foi somente a partir da década de 1970 que os profissionais de museus perceberam o potencial do museu e sua vocação social.

(...) o potencial da Museologia para articular-se como campo do conhecimento, julgaram necessário estabelecer um comitê dedicado essencialmente à Museologia. Um dos primeiros objetivos foi o de identificar o objeto de estudo desta disciplina, considerada por estes especialistas como uma área específica do conhecimento. (SCHEINER, 2000, p.2)

No que se refere aos anos 1970, observamos que o ICOM converge seus interesses para os debates e pesquisas de uma Museologia não apenas prática, mas também teórica, desta forma, buscando uma terminologia específica para o campo. Nesta corrente de mudanças e surgimento de novas tipologias de museus, podemos citar o Museu de Território, termo cunhado por Hugues de Varine e Georges Henri Rivière e aprovado pelos pares do campo na 9ª Conferência Geral do ICOM, ocorrida em Paris e Grenoble, em 1971, e cuja definição consiste num

¹ A definição de campo do saber é entendida pelo MEC, através do Parecer CES 968/98, como “[...] um recorte específico de uma área do conhecimento, ou de suas aplicações, ou de uma área técnico-profissional ou, ainda, uma articulação de uma ou mais destas” (p.8)

(...) museu aberto, interdisciplinar, apresentando o homem no tempo e no espaço, no seu ambiente natural e cultural, convidando a totalidade de uma população a participar do seu próprio desenvolvimento por diversos meios de expressão, baseados essencialmente na realidade dos sítios, edifícios, objetos, coisas reais que falam mais que as palavras ou as imagens que invadem a nossa vida (ECOMUSÉE CREUSOT MONTCEAU, s.d.)

Em maio de 1977, ocorreu a 12ª Assembleia Geral do ICOM, em Moscou, diante da necessidade de mão de obra qualificada e especializada, principalmente para a conservação em museus, e iniciando suas atividades em países em desenvolvimento, localizados na Ásia, África e na América Latina, reforçou o incentivo à formação de técnicos capacitados para museus e para a restauração. Igualmente nesta Assembleia Geral, ocorreu uma intensificação na discussão de museologia como campo de conhecimento, sendo criado o Comitê Internacional de Museologia - ICOFOM, abrindo, assim, um caminho para a consolidação da Museologia como campo disciplinar. Segundo Cury,

Pode-se colocar como um dos principais marcos da formação e desenvolvimento da disciplina Museologia a criação do ICOFOM. [...] A partir de sua criação, o ICOFOM passou a ser o maior e mais importante fórum de discussão e estudo sobre teoria museológica. [...](CURY, 2005, p.45)

Ainda nesta Assembleia de Moscou os profissionais do campo consideraram ser necessário promover uma normatização da terminologia museológica, por meio da definição de termos para a melhor comunicação entre os profissionais. Com isto, os comitês nacionais encarregaram-se de levantar, em seus países, os termos específicos resultantes do conhecimento prático e teórico visando a criação de um dicionário terminológico.

Resolução nº 7: Terminologia Museológica:
Considerando necessário definir os termos museológicos como uma importante contribuição para a melhoria mútua da compreensão entre os profissionais de museus em diferentes países,
Acreditando que no estágio atual da pesquisa museológica permitira a compilação de um dicionário de termos de museus,
Exorta os Comitês Nacionais e Internacionais do ICOM a apresentarem suas propostas para terminologia museológica uniforme, tendo em conta as experiências práticas e teóricas acumuladas pela Museologia em todos os países (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, c2010-2014,)

Anos antes, ocorreu a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, que possibilitou um novo olhar para o campo da Museologia, bem como novas reflexões sobre o caráter social do Museu, sendo, neste encontro, idealizado o conceito de Museu Integral, um museu integrado e a serviço da sociedade e sintetizando um pensamento museológico de reflexão social.

Determinaram-se os “Princípios de Base do Museu Integral” (Mesa Redonda de Santiago do Chile - 1972, 1999, p. 120) e verifica-se que “um

dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural”. (LIMA, 2012, p. 43)

No que se refere ao ensino das práticas relacionadas aos Museus e, logo, à Museologia, podemos destacar que, no final do século XIX, mais exatamente em 1882, o Museu do Louvre criou a Escola do Louvre destinada a oferecer cursos regulares para o ensino de disciplinas relacionadas aos estudos das coleções museológicas e com o objetivo de “extrair das coleções, para a instrução do público, os ensinamentos que elas contêm e de formar conservadores, missionários e escavadores [arqueólogos]”. (ECOLE DU LOUVRE² apud SÁ, 2013, p. 39). Esta Escola ofereceu durante o final do século XIX e início do XX os Cursos de Arqueologia com disciplinas de Epigrafia, Arqueologia e História da Arte (1882), de História da Arte (1920) e de Museografia (1927).

No que diz respeito ao Brasil, o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, atual Escola de Museologia da UNIRIO, criado em 1932, pelo Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, foi o curso mais antigo no ensino dos Museus e Museologia na América Latina.

Após sua criação, passou por três reformas curriculares nos seus primeiros trinta anos de existência, em 1934 (apenas pontual) e nomeadamente, em 1944 e em 1966, mas nenhuma destas se comparou às mudanças ocorridas em sua estrutura curricular no decorrer da década de 1970. Foram alterações que adequaram o Curso às novas determinações previstas pelo Ministério da Educação e Cultura neste período, como a Lei nº 5.540/68, que dispõe sobre as normas destinadas ao ensino superior. Ainda neste sentido, foi criado o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão vinculado ao MEC responsável por normatizar e fiscalizar as instituições de ensino.

Consonante com isto, nos quatro primeiros anos da década de 1970, o Curso de Museus passou por mudanças em seus conceitos, com novas e sucessivas reformas e adaptações de sua Matriz Curricular de 1967, fundamentando-se no Parecer do CFE, nº 971/69, de 5 de dezembro de 1969, que, pela primeira vez, estabelecia as bases de estruturação de um curso de formação em Museologia. Em conformidade com este Parecer foram sugeridos doze eixos temáticos, denominados de “matérias para um Currículo de Museologia”: Museologia, História da Civilização, História Luso-Brasileira e Ibero-Americana, História do Brasil, Estética, História da Arte, Arte no Brasil, Introdução ao Estudo da Ciência, Museografia, Metodologia da Pesquisa, Técnicas e Processos Artísticos, Comunicação Museológica. Além deste Parecer, o CFE baixa a Resolução CFE nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, que normatizou o conteúdo mínimo e a duração para os cursos de Museologia.

² In: <http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>. Acesso em: 07 de fev. De 2017.

Diante destas determinações do MEC houve uma expansão do número de disciplinas, oriundas da antiga Técnica de Museus. Foram criadas as disciplinas de Museologia e Museografia, e também o eixo de Antropologia este, a partir da antiga Etnografia. Além disso, nesta mesma época, foi adotando o sistema de créditos (1973).

Em 1974, o Curso de Museus realizou uma reforma no currículo que pode ser considerada a mais importante até então. Implantada no primeiro semestre de 1975 esta reforma foi aprovada pelo CFE, em 6 de dezembro de 1974 e homologada pelo MEC, em 29 de janeiro de 1975. O Curso passa a ser oferecido em quatro anos, divididos em oito períodos, uma forma de se adaptar à estrutura universitária. Com isto, há um aumento no número de disciplinas, cargas horárias e créditos. As disciplinas de Museologia e Museografia passam a compor o eixo de Teoria Museológica, Exposição Curricular³ (ainda em caráter experimental) e Estágio Supervisionado Obrigatório. As habilitações em Museus Históricos e Museus Artísticos foram extintas e, deste momento em diante, o Curso passa a oferecer uma formação geral em Museologia.

Esta Matriz Curricular de 1975 será a responsável por consolidar no currículo os eixos programáticos de Museologia e Museografia que antes eram oferecidos na disciplina Técnica de Museus, que foi criada e ministrada por Gustavo Barroso por mais de duas décadas.

As mudanças de conceito podem ser percebidas nas novas denominações das disciplinas. O exemplo mais marcante refere-se à Técnica de Museus, que constituía o cerne do Curso e é desmembrada em várias disciplinas de Museologia e Museografia, correspondendo à teoria e prática museológicas. (SÁ, 2007, p. 34-35)

No que se refere ao oferecimento de Museologia e Museografia nesta Matriz Curricular, entre 1976 e 1977, estes dois eixos passaram por várias reformulações de seus programas visando melhorias e adequações de suas unidades de ensino e bibliografias às necessidades da área. Estes programas vigoraram a partir da Reforma de 1978 e permanecendo até 1985, quando se realizou outra Reforma Curricular, implantada em 1986.

Outro ponto importante de se observar são os professores ministrantes destas disciplinas de Museologia e Museografia que, após a aposentadoria de Gustavo Barroso, foram ministradas em momentos distintos pelas gerações docentes que se sucederam, todos ex-alunos do Curso de Museus de diferentes Matrizes Curriculares, ou seja, diferentes olhares sobre o ensino em Museologia e Museografia. Nomeadamente, veremos as professoras Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, herdeira direta de Barroso na disciplina Técnica de Museus ministrando-a até o início da década de 1970, e Tereza Scheiner,

³ A disciplina Museografia IV, específica para a montagem da Exposição Curricular e cursada juntamente com Museologia VII foi implantada entre 1976-77.

professora do Departamento de Museus que implantou as disciplinas de Museologia e Museografia e a que mais ministrou disciplinas nestes dois eixos.

Paralelamente a estas mudanças, neste momento também se iniciou um longo processo, que se prolongou por quase toda a década de 1970, para adequar o Curso de Museus à estrutura de uma universidade, de modo a atender às exigências do CFE. A criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), em 1969, transformada, após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em FEFIERJ, foi uma resposta à recusa do MEC em relação à manutenção de cursos isolados. A FEFIERJ/FEFIEG passou a aglutinar cursos antes instalados em órgãos federais como o Curso de Medicina, da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; o Curso de Teatro, do Serviço Nacional de Teatro; o Curso de Música, do Instituto Villa-Lobos; o Curso de Enfermagem, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; dentre vários outros que foram sendo absorvidos.

A FEFIERJ representou, para o Curso de Museus, um importante aliado para a sua incorporação à Universidade. As negociações entre o Museu Histórico Nacional e a FEFIERJ iniciaram-se ainda nos primeiros anos da década de 1970 e, por volta de 1974-75, intensificaram-se por meio de negociações mais efetivas que se concretizaram com a transferência do Curso para a estrutura da FEFIERJ, como ficou estipulado no Decreto nº. 79.723, de 24 de maio de 1977.

Já incorporado à FEFIERJ e durante o processo de sua transição, foi promovida outra reforma no currículo do Curso, implantada no ano de 1978, a primeira como integrante da nova Federação, apesar do Curso ainda ser oferecido nas dependências do MHN. São realizadas algumas mudanças na carga horária e no período de oferecimento de algumas disciplinas. Foi com esta Matriz Curricular que se realizou a primeira Exposição Curricular do Curso de Museologia – Fragmentos da vida social brasileira – no primeiro semestre de 1978.

Em outubro de 1979, com a inauguração do Prédio do CCH⁴, e após uma década de questionamentos sobre a permanência do Curso no Museu Histórico Nacional ou transferência para uma universidade, passando por vários projetos de adaptação de sua estrutura curricular, o Curso de Museologia desvinculou-se do Museu Histórico Nacional e iniciou uma nova fase, agora definitivamente em ambiente universitário.

No que diz respeito especificamente à década de 1970 e sua representatividade para a Museologia, no Curso de Museus/Curso de Museologia, ocorrem profundas mudanças em

⁴ Este prédio, o primeiro do CCH, situava-se na Avenida Pasteur, 296, atual prédio da Escola de Nutrição da UNIRIO. Na década de 90, foi transferido para novas instalações no campus Paia Vermelha onde ainda hoje se encontra instalado.

sua estrutura e em paradigmas que atualizaram o modo de se pensar a Museologia. A década de 1970 foi decisiva para o Curso de Museus à medida em que se observou uma total reformulação de seus conceitos. No decorrer desta década, ocorreu uma série de alterações e reformas em sua estrutura curricular, visando atender às novas exigências do Ministério da Educação e Cultura, além de se atualizar conceitualmente aos novos pensamentos do campo museológico.

O Curso realizará reformas em seu currículo que podem ser consideradas as mais importantes até então e, estas reformas irão apresentar uma concepção de Museu claramente baseada nos conceitos recém-criados de Museu Integral e Ecomuseu e priorizando a formação em Museologia, num contexto interdisciplinar.

Estas mudanças estão diretamente ligadas às mudanças de pensamento vigentes na época. Na França, Hugues de Varine estava definindo os conceitos de Nova Museologia e de Ecomuseu, e, em 1972, se realizou a Mesa Redonda de Santiago do Chile, como já observamos, que possibilitou novas reflexões sobre o caráter social do Museu, sendo, neste encontro, idealizado o conceito de Museu Integral, sintetizando um pensamento museológico de reflexão social.

(...) os conceitos de ecomuseu, 1971, e do museu integral, 1972, (ecologia humana e comunidade social como elementos básicos da configuração) foram formalizados em evento internacional de Museologia e considerados pelo campo como contribuição de várias disciplinas e alternativas radicais para o pensamento e a prática museológicos (RIVIÉRE, 1992. p. 440-445).

Com isto, podemos dizer que, o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, concentrou sua formação nos estudos das coleções do Museu e, com sua transferência para a universidade, tornando-se então, Curso de Museologia, passou a concentrar seus estudos nas questões da Museologia.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. Inicialmente, no primeiro capítulo, Curso de Museus - MHN e Curso de Museologia - UNIRIO, será analisada a trajetória do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, depois Curso de Museologia da FEFIERJ/UNI-RIO, verificando os fatores que levaram a sua criação em 1932, bem como sua estruturação, reformas curriculares e afirmação como curso de formação superior. Num segundo momento, abordaremos o processo de transferência do Curso de Museus do MHN para a FEFIERJ.

Em seguida, no segundo capítulo, Políticas Públicas Culturais na Década de 1970: repercussão na formação em Museologia e na área dos Museus, verificaremos as principais transformações ocorridas no cenário nacional das políticas públicas culturais durante o período relacionado à década de 1970 para que, a partir de então, se observe os

acontecimentos que marcaram esta década e que tiveram repercussão na formação em Museologia e na área dos Museus, assim, respondendo ao questionamento relativo ao cenário de fundo das transformações ocorridas no Brasil neste momento.

No terceiro capítulo, Reformas Curriculares no Curso de Museus na década de 1970, será analisados os rumos tomados pelo Curso no decorrer da década de 1970, ponto de estudo desta pesquisa, observando a legislação nacional abordada no capítulo anterior e as discussões promovidas a partir das reuniões departamentais do Curso de Museus. Inicialmente, veremos as transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro, mais especificamente, na Educação Superior e que repercutiram no Curso de Museus. Logo após, analisaremos o Conselho Federal de Educação (CFE), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), órgão fiscalizador que terá grande importância sobre as mudanças ocorridas no Curso de Museus neste momento. A partir do entendimento destas transformações e sua influência na formação em Museologia será possível discorrer sobre as reformas curriculares ocorridas nos anos de 1970, mais exatamente, as de caráter experimental, realizadas em 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974, e, logo em seguida, sua consolidação nas Reformas Curriculares de 1975 e 1978, estas, estudadas a partir das atas elaboradas pelas reuniões de departamento. As discussões observadas neste capítulo centraliza o estado da questão proposto nesta pesquisa.

Por fim, no quarto capítulo, Ensino em Museologia e Museografia durante a década de 1970, será abordado, inicialmente, o desdobramento da disciplina Técnica de Museus entre 1932, data de sua criação, e 1968, quando se observou sua última modificação antes das reformas iniciadas na década de 1970. Em seguida, serão analisadas suas adaptações e modificações a partir da Reforma Curricular de 1975. Igualmente analisaremos os professores ministrantes de Museologia e Museografia, desde Gustavo Barroso, primeiro professor e pioneiro da área no Brasil, seguido por diferentes gerações docentes constituídas por ex-alunos do Curso de Museus. Veremos pontualmente o conteúdo oferecido nos programas das disciplinas de Museologia e Museografia criadas a partir da Reforma Curricular de 1975, no decorrer de suas adequações entre 1976 e 1977 e, finalmente, com sua consolidação em 1978, observando os desdobramentos ocorridos a partir da disciplina Técnica de Museus, a criação de conteúdos e suas bibliografias.

Quanto à metodologia, esta pesquisa concentra-se basicamente no levantamento bibliográfico da legislação brasileira relativa ao Curso de Museus e à formação em Museologia, como o Decreto 21.129, de 07 de março de 1932 que criou, no Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus; o Decreto 58.800, de 13 de julho de 1966, que aprovou o Regimento do Curso de Museus; o Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, que criou o Conselho Federal de Cultura; a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou

normas de organização e funcionamento do ensino; o Decreto nº. 79.723, de 24 de maio de 1977, que transferiu para a FEFIERJ o Curso de Museus; bem como os pareceres e resoluções gerados pelos órgãos reguladores, como o Parecer CFE/MEC nº 971/69, de 5 de dezembro de 1969, que fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Museologia, o Parecer CFE/MEC nº 4.127/74, de 6 de dezembro de 1974, que aprovou o Regimento e o Currículo do Curso de Museus; e a Resolução CFE/MEC 14, de 27 de fevereiro de 1970, que aprovou o Currículo Mínimo para os Cursos de Museologia. Além desta legislação específica, foram utilizados outros documentos oficiais da área da Cultura produzidos em encontros, como o primeiro e o segundo Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e representantes de Instituições Culturais, respectivamente em Brasília e Salvador (1970 e 1974).

Outras fontes importantes correspondem à documentação pertencente ao Museu Histórico Nacional e ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), constituindo fontes de registros documentais que permitem compreender o desenvolvimento do Curso de Museus do MHN / Curso de Museologia FEFIERJ/UNI-RIO. Os documentos a serem trabalhados referem-se basicamente aos livros de atas de reuniões do Colegiado do antigo Curso de Museus, depois Escola de Museologia, bem como do Departamento de Estudos e Processos Museológicos, material que apresenta as discussões e propostas do corpo docente acerca das alterações curriculares no Curso durante a década de 70, mostrando, de forma clara, as mudanças de pensamento ocorridas neste período, além de também realizarem uma narrativa cronológica do processo de transferência do Curso para uma universidade federal.

Infelizmente existe uma lacuna em relação às atas departamentais e o livro mais antigo hoje existente data de 1974, não tendo sido identificadas, até o momento, nem no MHN, nem na UNIRIO, atas anteriores a este ano. Esta lacuna de atas anteriores a 1974 constitui um sério problema uma vez que o período de grandes discussões insere-se exatamente entre 1969-1973, apesar das mudanças mais substanciais terem ocorrido em 1974-75. A departamentalização do Curso de Museus deu-se em 1966 quando o novo Regimento criou os departamentos de Técnica de Museus, História do Brasil, História da Arte e Antropologia. No entanto, não conseguimos encontrar livros de atas deste período.

Outras fontes igualmente analisadas encontram-se nas coleções pertencentes ao NUMMUS e referem-se à documentação administrativa produzida pelo Curso de Museus como memorandos, ofícios e relatórios que dizem respeito ao processo de reformulação curricular e à transferência do Curso para a Universidade. Um material importante e fundamental refere-se aos quinze volumes dos Cadernos de Matrizes Curriculares do Curso

de Museologia MHN/FEFIERJ/UNIRIO que apresentam um levantamento de programas de disciplinas, fluxogramas e outros documentos, separados por cada matriz curricular, de 1932 até a atualidade. Neste material poderão ser pesquisadas as alterações curriculares, as mudanças de terminologia das disciplinas e a adequação da bibliografia com o que estava sendo discutido no momento. Este levantamento foi elaborado entre 2012 e 2013, sob a coordenação do Prof. Ivan Coelho de Sá, por uma equipe de bolsistas constituído por Anna Laudicea Itaboraí Echternacht, Luana da Conceição Martins e pelo autor desta dissertação, então bolsista de Iniciação Científica do Projeto de Pesquisa Memória e Recuperação da Museologia no Brasil.

Foi um trabalho minucioso que constou do levantamento, seleção, organização e análise de toda a documentação relativa ao Curso com o objetivo de elaborar um fluxograma para cada matriz curricular, esquematizando, graficamente, as disciplinas constituintes bem como a identificação das cargas horárias e pré-requisitos. A documentação do Curso foi cotejada com históricos escolares de todas as turmas de 1932 até 1986, objetivando suprir a falta de projetos políticos pedagógicos, cujo mais antigo do Curso remonta à Reforma de 1996. Além de consistir numa importante contribuição a todos os pesquisadores que se debruçam sobre questões relativas ao Curso de Museus/Curso de Museologia, estes Cadernos de Matrizes Curriculares constituem um material inédito e foram decisivos na escolha deste tema de dissertação, uma vez que, ao participar de sua elaboração, pude perceber a relevância destas reformas da década de 1970 e o quanto a falta de estudos sobre este momento do Curso impedia uma compreensão melhor das transformações conceituais e da história, não somente da formação em Museologia, mas da própria área como um todo no país.

Ainda serão analisados artigos e trabalhos acadêmicos referentes ao Curso de Museus/Curso de Museologia, como a dissertação de mestrado “Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional”, de Graciele Karine Siqueira, do PPG-PMUS, um dos primeiros trabalhos acadêmicos produzidos no âmbito do NUMMUS apresentando uma análise minuciosa do quadro discente além do estudo do Curso de Museus entre 1932 e 1978, período de vinculação ao MHN. Igualmente foram consultados artigos de autoria de Ivan Coelho de Sá, como “História e memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO”, publicado em 2007 e sendo o primeiro texto realizado sobre a história do Curso, uma vez que os históricos anteriores resumiam-se a esquemas cronológicos. Igualmente foram consultados trabalhos relacionados ao estudo das mudanças promovidas no sistema educacional brasileiro no decorrer do período estudado, como o artigo “O conselho Federal de Cultura”, 1971-1974, de Lia Calabre; o livro “História da Educação no Brasil”, de Otaíza Romanelli.

Observando a constituição do campo da Museologia em nosso país, ainda há uma carência de pesquisas que aprofundem nos estudos relativos à configuração da formação em Museologia no Brasil. Nos seus 85 anos de existência, a atual Escola de Museologia da UNIRIO configura uma importante fonte de estudos não somente por referir-se aos primórdios da formação em Museologia, mas também por ter passado por momentos decisivos do desenvolvimento da Museologia e dos Museus, e, ainda hoje tem suas possibilidades de investigação pouco aproveitadas o que resulta em dúvidas e questionamentos de sua trajetória devido à carência de estudos, como é o caso das reformas curriculares que promoveram as matrizes curriculares do Curso, sejam as mais antigas, como as de 1934 e 1966 – verifica-se que a Matriz Curricular de 1944 já possui trabalho realizado neste sentido, desenvolvido em 2016 pela mestrandia do PPG-PMUS Raquel Villagrán Seoane e intitulada “A Reforma de 1944 do Curso de Museus - MNH e o Perfil do Conservador de Museus na Era Vargas: os reflexos da política nacionalista e as transformações na área dos museus” – sejam as de um passado mais recente como as da década de 1970, todas ainda carecem de estudos mais aprofundados.

Uma destas possibilidades de estudo já identificada, mas ainda pouco analisada e que representa um período importante para a história do Curso de Museus MHN/Curso de Museologia UNI-RIO, bem como para a formação em Museologia no Brasil, refere-se exatamente às pesquisas relativas às reformas curriculares promovidas durante a década de 1970. Apesar da importância destas reformas curriculares para a compreensão do desenvolvimento da formação em Museologia, ainda não houve estudos que analisassem especificamente estas reformas, motivo pelo qual esperamos que esta dissertação possa trazer um novo olhar sobre esta lacuna, contribuindo assim, para o fortalecimento das discussões que permeiam a construção da história da Museologia brasileira.

Em síntese, a investigação das mudanças ocorridas na estrutura curricular do Curso de Museologia, bem como a reação destas às transformações do campo da Museologia no decorrer da década de 70, além de dar prosseguimento a uma pesquisa, iniciada na graduação, tem-se por objetivo contribuir com o fortalecimento das discussões que envolvem a construção da história da Museologia e de sua afirmação como campo disciplinar.

CAPÍTULO 1

CURSO DE MUSEUS DO MHN E CURSO DE MUSEOLOGIA DA UNIRIO

As origens do Curso de Museus estão diretamente ligadas ao Museu Histórico Nacional, criado em 1922, pelo Decreto-Lei nº 15.596, de 2 de agosto, teve como idealizador e primeiro diretor, Gustavo Barroso⁵. A inauguração do MHN ocorreu no dia 1º de outubro, no âmbito da Exposição Internacional do Centenário da Independência. Inicialmente ocupava duas salas do Palácio das Grandes Indústrias, situado no antigo Arsenal de Guerra e na Casa do Trem, e, com o passar do tempo o MHN foi ganhando mais espaço, até que, no final da década de 1970, passou a ocupar todo o prédio.

Gustavo Barroso, desde que assumiu a direção do MHN, ou até mesmo antes, sempre buscou estar atualizado com o que havia de mais recente nos estudos de museus, principalmente com publicações europeias, como as realizadas pelo Ofício Internacional de Museus, por isso mesmo, sempre esteve à frente em termos de estudos dos Museus no Brasil, fato comprovado em suas publicações em defesa da criação de um museu e da preservação dos monumentos históricos, bem como pela consolidação do Curso de Museus (1932), implantação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), e publicação do livro Introdução à Técnica de Museus (1946), compilação de vários estudos e reflexões acerca das práticas museológicas.

Ainda no âmbito da implantação do MHN, em seu decreto de criação, o Capítulo IV previa um Curso Técnico, com duração de dois anos, e envolvia o MHN, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, tendo como principal objetivo formar funcionários especializados para as três instituições. As disciplinas deveriam ser ministradas nas três instituições e teria como professores funcionários designados pelos diretores dos referidos estabelecimentos públicos, e, os concluintes aprovados em todas as disciplinas estariam aptos à contratação em uma das três instituições. Como pode ser constatado no capítulo VI do Decreto de criação do MHN:

[...] Art. 55. O curso tecnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º official do Museu Historico Nacional e ao de amanuense da

⁵ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959), advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista brasileiro e pioneiro da Museologia no Brasil. De origem cearense, iniciou seus estudos em Direito neste estado e em 1911 bacharelando-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Neste período também participou como um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileira e um dos seus maiores expoentes. Já instalado na capital Federal iniciou sua vida pública como escritor e jornalista, atuou como redator do Jornal do Comércio, entre 1911-13, onde escrevia artigos, crônicas, contos e caricaturas, utilizando os pseudônimos: Nautilus, Jotanne, Cláudio França e João do Norte, este último quando iniciou na literatura, em 1911, com o livro Terra de Sol, um ensaio sobre a natureza e os costumes do sertão cearense. Em sua vasta obra, compreende mais de cento e vinte livros, escreveu nas mais diversas áreas, dentre várias, Museologia, História, Folclore, Ficção, Biografias, Memórias, Política, Arqueologia, Ensaio e Poesia. Em 1923, ingressou na Academia Brasileira de Letras, ocupando diversas funções, como tesoureiro (1923), segundo e primeiro secretário e secretário-geral, entre 1923 a 1959; e presidente, 1932, 1933, 1949 e 1950. Em 1941, foi designado, juntamente com Afrânio Peixoto e Manuel Bandeira, para coordenar os estudos e pesquisas relativos ao folclore brasileiro. Ainda atuou como representante do Brasil em várias missões diplomáticas, dentre as quais, como secretário da Delegação Brasileira na Conferência da Paz de Versalhes, 1918-19, a Comissão Internacional de Monumentos Históricos da Liga das Nações, e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal, 1940-41.

Bibliotheca Nacional e do Archivo Nacional, constará das seguintes materias, distribuidas por dois annos:

1º ANNO: historia litteraria, paleographia e epigraphia, historia politica e administrativa do Brasil, archeologia e historia da arte.

2º ANNO: bibliographia, chronologia e diplomatica, numismatica e sigillographia, iconographia e cartographia.

Art. 56. O ensino das materias será dividido entre os estabelecimentos a que é commum o curso tecnico, cabendo ao Museu Historico Nacional o de archeologia e historia da arte e de numismatica e sigillographia, á Bibliotheca Nacional o de historia litteraria, de bibliographia, de paleographia e epigraphia e de iconographia, e cartographia e ao Archivo Nacional o de historia politica e administrativa do Brasil e de chronologia e diplomatica. (BRASIL, 1922. p. 16.081)

Contudo, este Curso não obteve sucesso, provavelmente por dificuldades de recursos e de falta de espaços que o Museu enfrentava em seus primeiros anos, problema que irá se estender por muito tempo, fazendo com que o projeto não fosse para frente durante nove anos, entretanto, este projeto serviu de embrião para a implantação do Curso de Museus de 1932.

Em 1930, uma crise política, provocada pelo enfraquecimento da política café-com-leite com um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, culminou com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. Este fato fez com que, por questões políticas, Gustavo Barroso fosse destituído de sua função de diretor do MHN. Em seu lugar assumiu interinamente o historiador Rodolfo Garcia⁶. No ano seguinte, em 1931, no Relatório de Atividades Anuais do MHN, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rodolfo Garcia se referiu ao Curso, fazendo com que o projeto voltasse a ser executado:

[...], Sr. Ministro, cabem aqui, como propostas que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao “Curso de Museus”. Já apresentei a V. Ex. um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos de ordem técnica, que justificaram a criação recente do “Curso de Biblioteconomia”, da Biblioteca Nacional. O “Curso de Museus” habilitará esta Repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá à administração os funcionários de que necessitar, para os serviços deste Museu Histórico, ou dos congêneres institutos estaduais [...] (MAGALHÃES, 2002, p. 109)

Desta forma, o projeto do Curso Técnico foi reestruturado como Curso de Museus e encaminhado por Garcia para apreciação do Ministério supracitado, sendo aprovado pelo Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, inaugurando, assim, a formação em Museologia no Brasil e iniciando o fortalecimento para a consolidação da Museologia como campo

⁶ Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), foi um cearense, professor, historiador e intelectual brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Diretor do Museu Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional.

disciplinar, sendo a primeira experiência da área na América Latina e uma das mais antigas do mundo ainda em funcionamento. Neste projeto ocorrem mudanças em comparação ao Curso Técnico, agora o Curso de Museus passa a ser vinculado apenas ao MHN, mas mantendo o objetivo de formar técnicos para esta instituição, uma vez que no final do Curso aos “possuidores de certificado do ‘Curso de Museus’, [...] [seria] assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional” (BRASIL, 1932, p. 4.414).

Com duração de dois anos e “destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição” (1932, p. 4.414), o Curso oferecia disciplinas divididas em quatro eixos, ou, como denominado na época, “cadeiras”: “a) História do Brasil; b) Numismática e Sigilografia; c) Arqueologia brasileira; d) Epigrafia, cronologia e técnica de museus” (1932, p. 4.414). Podemos observar, também, que, desde sua criação, o Curso de Museus tinha caráter de curso superior, pois em seu Decreto estava especificado que para se realizar o requisito da matrícula o candidato deveria apresentar documentação de conclusão do ensino secundário.

Art. 6º A matrícula no "Curso de Museus" será efetuada [...] mediante pagamento da taxa de matrícula e frequência, devendo os candidatos à inscrição no primeiro ano apresentar, [...], os seguintes documentos: certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário⁷, [...], ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil⁸, válidos para matrícula nos cursos superiores; [...] (1932, p. 4.414).

Em 1934, com a aprovação do Regimento do Museu Histórico Nacional, pelo Decreto-Lei nº 24.735, de 14 de Julho de 1934, o Curso sofreu algumas poucas alterações em seu Regulamento. Gustavo Barroso realizou de fato a primeira grande reforma no Curso em 1944, aprovada pelo Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Curso de Museus. A partir de então o Curso passou a ser “ministrado em três séries, correspondentes a três anos letivos e divididas em duas partes: 1. Parte Geral; 2. Parte Especial.” (BRASIL, 1944, p. 12.474), ou seja, sua duração é dilatada de dois para três anos, sendo que nos dois primeiros anos, 1ª. e 2ª. Série, era ministrada a Parte Geral, e no último ano, 3ª Série, era oferecida a Parte Específica. A exigência da formação secundária é mantida: “O candidato à matrícula no Curso de Museus deverá ter curso secundário completo” (1944, p. 12.474). Outra grande mudança refere-se ao aumento do número de disciplina que, neste momento, não mais atende ao

⁷ O que corresponderia ao último ano do Ginásio ou do Ensino Médio.

⁸ Algumas disciplinas que compunham o Curso Complementar. Este curso vinha em seguida ao Curso Secundário, e tinha a duração de dois anos, e à época era “obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior” (Decreto-Lei nº19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário).

direcionamento de seu objetivo inicial, isto é, formar profissionais que pudessem compor o quadro de funcionários do MHN, mas passou a capacitar profissionais que pudessem trabalhar em outras tipologias de museus:

Art. 2. O Curso de Museus terá as seguintes finalidades:

- a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou instituições com finalidades análogas;
- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;
- c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional. (1944, p. 12.474)

É neste período também que as habilitações em Museus Históricos e em Museus Artísticos são implantadas. Quando o aluno chegava à 3ª Série, deveria optar por uma das duas habilitações.

No ano de 1951, Gustavo Barroso e o Reitor da Universidade do Brasil⁹ e ex-professor do Curso de Museus, Pedro Calmon¹⁰, firmam acordo outorgando ao Curso de Museus um Mandato Universitário buscando, com isto, a legitimação do Curso por meio de uma Universidade.

Em 1966, há outra reforma no Curso de Museus, aprovada pelo Decreto nº. 58.800, de 13 de julho de 1966, esta, realizada para aprovar o Regimento do Curso, adequando-se às novas diretrizes adotadas para a Educação pelo Governo. Houve poucas alterações no currículo, mantendo-se quase que a mesma grade vigente desde 1944. O Curso continua com a duração de três anos, dividido em Parte Geral, que compõe a 1ª e 2ª Série, e Parte Específica, que corresponde à 3ª Série. Prosseguiu, igualmente, com as habilitações de Museus Históricos e Museus Artísticos para o 3º. Ao final do Curso, o aluno poderia optar em realizar um estágio nas cinco seções do Museu, na qual realizava uma prova que consistia na classificação de cinco objetos. A grande mudança refere-se à criação da disciplina Metodologia da Pesquisa Museológica, oferecida no último ano com carga horária de 90 horas, além do Conselho Departamental, órgão consultivo da Coordenação do Curso, e dos Departamentos de Técnica de Museus, História do Brasil, História da Arte e Antropologia.

Art. 68. O Conselho Departamental do Curso de Museus é o órgão consultivo da Coordenação, para estudo e solução de todas as questões administrativas e financeiras da vida do estabelecimento, colaborando com a mesma autorizada de pelo forma que fôr estabelecida no respectivo regimento.

⁹ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹⁰ Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985), baiano, professor, político, historiador, jurista, biógrafo, ensaísta e orador brasileiro. Foi Membro da Academia Brasileira de Letras, Ministro da Educação e Cultura (1948-50 e 1959-60) e Reitor da Universidade do Brasil (1951-66). Publicou números livros.

Art. 69. São os seguintes os Departamentos do Curso de Museus: a) Departamento de Técnica de Museus; b) Departamento de História do Brasil; c) Departamento de História da Arte; d) Departamento de Antropologia.

Art. 70. O Departamento de Técnica de Museus é constituído das cadeiras de: a) Técnica de Museus; b) Numismática Geral; c) Numismática Brasileira; d) Sigilografia e Filatelia.

Art. 70. O Departamento de História do Brasil é constituído das seguintes disciplinas: a) História do Brasil colonial; b) História do Brasil Independente; c) História Militar e Naval do Brasil; d) Metodologia de Pesquisas Museológicas.

Art. 71. O Departamento de História da Arte é constituído das seguintes disciplinas: a) História da Arte; b) História da Arte Brasileira; c) Artes Menores; d) História da Arquitetura; e) História da escultura; f) História da Pintura e Gravura.

Art. 72. O Departamento de Antropologia é constituído das seguintes disciplinas: a) Etnografia; b) Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular. (grifos nosso) (BRASIL, 1966, p. 7.931)

Sendo assim, o currículo oferecido no Curso de Museus a partir de então (vide Fig. 01) se apresentava da seguinte forma, como visto anteriormente, nas duas primeiras séries, ou seja, nos dois anos iniciais, era oferecido aos alunos disciplinas que se consideravam gerais para a formação do futuro museólogo. Na primeira série, Técnica de Museus (Parte Geral), Numismática (Parte Geral), História do Brasil Colonial, História da Arte e Etnografia no Brasil; na segunda série, Técnica de Museus (Parte Básica), Numismática Brasileira, História do Brasil Independente, História da Arte, História da Arte Brasileira e Artes Menores. O último ano, destinado à formação específica em Museus Históricos ou Artísticos, era oferecida as disciplinas Técnica de Museus (Parte Aplicada), Metodologia da Pesquisa Museológica, a novidade deste currículo, além de outras disciplinas inerentes à habilitação cursada.

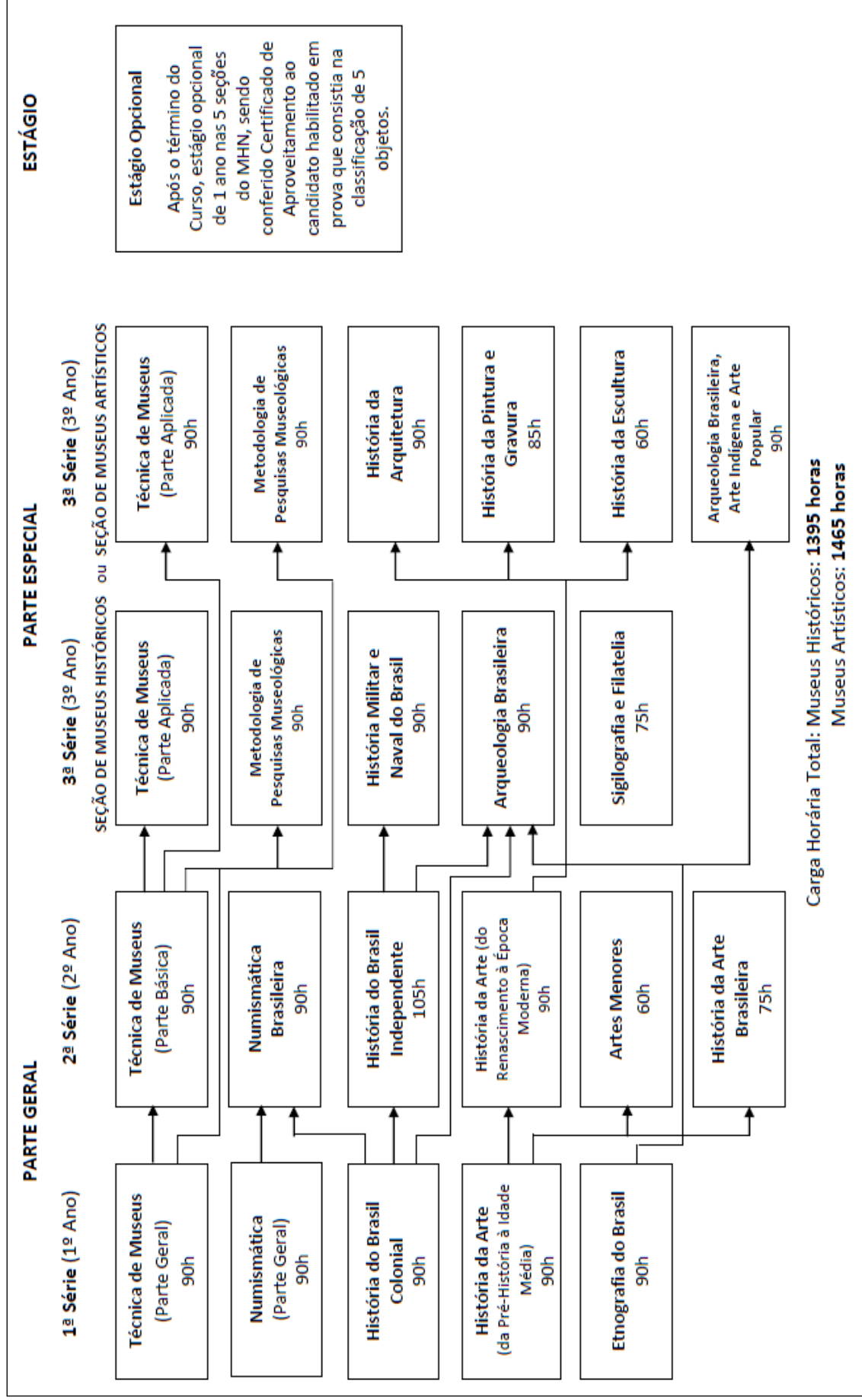


Fig. 01 - Matriz Curricular do Curso de Museus do MNH implantada em 1967. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. II. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

Também foi nesta época que o uso do termo museólogo começou a se tornar mais frequente no meio, com isto as antigas denominações “técnico de museus” ou “conservador de museus” e até mesmo “museologista” tenderam a ser suprimidas do vocabulário da área. Ao concluir o Curso o formando receberia o título de Museólogo, como consta no Artigo 3º, do Decreto: “Os alunos que concluírem o Curso de Museus receberão diploma de museólogos” (BRASIL, 1966, p. 7.931). Também datam deste período as primeiras iniciativas e questionamentos relativos à continuidade do Curso de Museus no MHN.

Logo após a reforma curricular de 1966, o Curso de Museus passará por uma série de modificações em sua matriz que irão se prolongar por toda a década de 1970 e serão discutidas detalhadamente no próximo capítulo. Estas reformas irão se consolidar entre 1975 e 1978 e resultarão na transferência do Curso de Museus do MHN para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

1.1 – Processo de transferência para a FEFIERJ

Os primeiros indícios de mudanças efetivas ocorridas no Curso de Museu despontaram logo no início da gestão Léo Fonseca e Silva¹¹ que assumiu a direção do Museu Histórico Nacional em 1967, exatamente quando o Curso de Museus estava colocando em prática sua nova Reforma Curricular, ocorrida em 1966. Em seu período à frente do MHN Léo Fonseca e Silva procurou realizar várias iniciativas com o objetivo de melhorar o Curso em seu conceito e em sua estrutura. Foram elaborados documentos e projetos com o objetivo de normatizar e adequar o regimento do Curso à legislação brasileira, sendo analisada a forma de ingresso, a conduta de alunos, professores e funcionários, o oferecimento de disciplinas e os departamentos e movimentos estudantis. Uma de suas primeiras iniciativas foi modificar a denominação do Curso de Museus para Faculdade de Museologia. Para tanto, em 1968, ele constituiu uma comissão formada por professores do Curso, juntamente com sua coordenadora, Prof^a. Sigrid Porto de Barros¹², e convidados, membros externos ao MHN, para analisarem esta proposta e redigirem um projeto que, posteriormente foi encaminhado à Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação (CFE). Após análise, a Câmara emitiu parecer contrário à mudança

¹¹ Léo Fonseca e Silva (1927-97), formado em 1962, pelo Curso de Museus. Oficial da Marinha, economista, museólogo e professor. Diretor do Museu Histórico Nacional (1967-70), reorganizando e modernizando o circuito expositivo do Museu. Autor da Minuta de Anteprojeto da regulamentação da profissão de museólogo (1968). (SÁ, SIQUEIRA, 2007, p.154).

¹² Sigrid Porto de Barros, formada pela Turma de 1949. Funcionária do Museu Histórico Nacional atuou como Chefe da Seção de História e Arte Retrospectiva (1953-68); da Seção de Pesquisa e Assistência Pedagógico-Museográfica da Divisão de Atividades Educacionais e Culturais (1977); e da Seção de Pesquisa Museológica (1978-81). Sócia-fundadora da ABM (1963). Coordenadora do Curso de Museus (1967-68). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.95-96).

com a justificativa do Curso não estar ligado a uma universidade, e sim a uma instituição de cultura¹³, isto é, ao MHN.

Posteriormente, em 28 de janeiro de 1970, o Curso de Museus recebeu notificação da Câmara de Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura solicitando parecer sobre sua incorporação à estrutura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a denominação de Faculdade de Museologia. Neste mesmo ano, Léo Fonseca e Silva, elaborou o “Anteprojeto de Regimento da Escola Superior de Museologia” que visava transformar o Curso de Museus em Escola Superior de Museologia e apresentando-o à recém-criada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG)¹⁴. Entretanto, após análise do Conselho desta Federação a proposta é rejeitada. Nesta proposta de projeto, Fonseca e Silva propôs um Curso com uma formação mais ampla e interdisciplinar, com um profissional capacitado para atuar em cooperação com profissionais de outras áreas do conhecimento, como as Ciências Humanas, Sociais e Naturais, desenvolvendo atividades ligadas às artes, turismo, pesquisa e documentação, como podemos contatar abaixo em suas finalidades:

a) preparar pessoal técnico de nível superior para: I – trabalhar nos museus em geral; [...] III – trabalhar em cooperação com botânicos, engenheiros florestais, zoólogos, geólogos, geógrafos e outros profissionais cujo trabalho esteja ligado às artes em geral; IV – trabalhar em cooperação com arquitetos, artistas plásticos e outros profissionais cujo trabalho esteja ligados às artes em geral; V – trabalhar em cooperação com historiadores, arqueólogos, biblioteconomistas e outros profissionais cujo trabalho esteja ligado à pesquisa e à documentação históricas; VI – trabalhar em atividade ligadas ao turismo; VII – cooperar nos trabalhos das instituições artísticas, históricas, científicas e culturais, de pesquisas, de tecnologias e outras análogas; [...] (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. 1970, p.1)

As gestões que sucederam a Léo Fonseca e Silva à frente do MHN, durante os anos 70, nomeadamente Octávia Correia Oliveira¹⁵ (1970-71) e Gerardo Câmara¹⁶ (1971-85),

¹³ Parecer nº 696/68, de 04 de outubro de 1968, da Câmara de Planejamento - CFE.

¹⁴ Com base nas orientações do artigo 8º e 10º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, no qual é “diretriz da Reforma Universitária a associação de instituições de ensino em entidades de nível universitário ou federativo” (BRASIL, 1969, p. 133), é criada no dia 20 de agosto de 1969, através do Decreto-Lei nº 773, desta data, a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, congregando, inicialmente, os seguintes estabelecimentos isolados de ensino superior pertencentes ao sistema federal localizados na cidade do Rio de Janeiro: a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, a Escola Central de Nutrição, o Curso Superior de Teatro, do Serviço Nacional do Teatro, o Instituto “Villa-Lobos”, o Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, e o Instituto Nacional do Câncer.

¹⁵ Octávia Corrêa dos Santos Oliveira (1908-98), formada pela Turma de 1937. Funcionária do MHN (1940-1977), atuando em diversas funções, dentre as quais, chefe das Seções de Numismática (1954-66) e Diretora em exercício (1968 e 1970-71). No Curso de Museus atuou principalmente como professora da disciplina Técnicas de Museus (1951-71), Chefe do Departamento de Técnica de Museus (1966). Membro da Sociedade Numismática Brasileira e da ONICOM; e sócia fundadora da Associação Brasileira de Museologia (ABM). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.43-44).

¹⁶ Anna Barrafatto (1913-99), formada pela Turma de 1936. Trabalhou no Museu da Cidade desempenhando várias funções. No Curso de Museus, foi professora de História da Arte. Chefe do Departamento de Arte, 1966-74, e Coordenadora do Curso de Museus, 1974-77. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.37).

além da coordenadora do Curso, Anna Barraffatto (1974-77), persistiram na tentativa de transferir o Curso para uma instituição universitária.

No início da década de 70, mais exatamente em 1972, o Curso de Museus já se encontrava em negociações com a UFRJ.

O diretor do Museu Histórico Nacional, Prof. Gerardo Câmara, apresentou à Diretoria-Geral do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), através do Processo nº 203 233/72, uma proposta de transferência do Curso de Museus para a UFRJ, no entanto, o processo caiu em diligência, sendo solicitado documentos complementares, acabando assim, não obtendo sucesso.

Tenho a honra de solicitar as indispensáveis gestões de V.Sa. junto ao Sr. Ministro da Educação e Cultura no sentido de ser incorporado o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta transferência, já proposta ao Conselho Federal de Educação em 1970, teve parecer favorável da Câmara de Ensino que diz ser “oportuna a sua incorporação à UFRJ na qualidade de Faculdade de Museologia; a incorporação em apreço se faz precisa porque o MHN, criador do curso, não é próprio para manter cursos regulares e permanentes, já tendo cumprido sua missão de preparar os primeiros especialistas na matéria e, outrossim, por que a Faculdade, como entidade autônoma, não mais se recomenda, pela lei nº 5.540/68” [...] Parecer nº 19/70 – C. Es. Su. – Aprovado em 28.1.1970. (grifo do autor) (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1972, s.p.)

Isto faz com que Câmara voltasse a insistir junto à FEFIEG, com a qual já ocorrera entendimentos anteriores, e demonstrava mais interesse em receber o Curso, com isto, levando este processo de negociações entre o MHN e que a FEFIEG a se prolongar por quase toda a década de 70. Podemos constatar o interesse da FEFIEG em receber o Curso de Museus numa entrevista, dada por seu presidente, B. de Paiva¹⁷, ao Diário de Notícias, em agosto de 1974, intitulada “FEFIEG: com o quinto aniversário, as escolas isoladas partem para a conquista da integração”, no qual faz um relato das dificuldades e falta de recursos, da possibilidade da Federação virar uma universidade e do adiantamento dos estudos de transferência do Curso de Museus, descrito por ele como Escola de Museologia:

[...] os recursos orçamentários do MEC, através do DAU (Departamento de Assuntos Universitários), foram ampliados, embora ainda não sendo o bastante. Contamos com a compreensão dos altos órgãos do MEC e tudo nos faz supor que 1975 encontre a Federação capaz de ingressar no conjunto universitário do país com alguns problemas e muitas soluções - declarou o presidente B. de Paiva. A notícia foi recebida com muita alegria e é a seguinte: - É possível que a família da FEFIEG aumente, pois estão em adiantada fase de estudos a congregação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e Escola de Museologia do Museu Histórico Nacional (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1974, p.39)

¹⁷ José Maria Benedito Paiva (1932), presidente da FEFIEG/FEFIERJ de 1974 a 1978.

Em meados da década de 1970 as negociações tendiam a pender por uma transferência para a FEFIERJ. Em reunião ocorrida em 29 de outubro de 1975, a Prof^a. Solange Sampaio Godoy¹⁸ comunicou os contatos que teve com o Prof. Antônio Caetano Dias¹⁹, Vice-Presidente da FEFIEG, sobre a inclusão do Curso de Museus com seu novo currículo na estrutura da Federação. Por outro lado, nesta mesma reunião, o Prof. Gerardo Câmara informou que não existia um prazo definido para incluir o Curso na estrutura da Federação, por isso mesmo, iria entrar em contato com o “Reitor” (sic) da Federação, pois se o Curso não solucionasse este assunto com maior brevidade, nada impediria da FEFIEG de criar um Curso de Museologia. Logo após, deu uma explicação sobre a inclusão do Curso de Museus na estrutura da UFRJ. Uma proposta inicialmente aceita pela Universidade, mas, posteriormente, questionada em três pontos desfavoráveis, isto é, (1) as despesas excessivas que os professores do Curso causariam, (2) a distribuição da capacidade ociosa dos professores do Curso e (3) a inserção das disciplinas em sua estrutura. Por conta destes impasses com a UFRJ, foi reaberto o processo de transferência do Curso de Museus para a FEFIEG.

Paralelo às reformas que estavam ocorrendo no Curso de Museus tendo em vista o atendimento às exigências da Lei de Reforma do Ensino Universitário, de 1968, persistem as negociações junto à FEFIEG, a partir de 1974, denominada FEFIERJ. Com a Reforma Curricular de 1975-1978, as negociações se tornaram mais estreitas, e neste momento, uma transferência do MHN para uma universidade seria realmente possível para o Curso, visto que os principais problemas e dificuldades relativos às determinações exigidas pelo MEC em adequar sua estrutura curricular estavam concretizadas com a implantação da Matriz Curricular de 1975, como será abordado no próximo capítulo. Podemos perceber esta nova situação na fala de Gerardo Câmara em reunião do Conselho Departamental de 13 de abril de 1977,

[...] que hoje o Curso de Museus está administrativamente e pedagogicamente organizado, o que não acontecia há cinco anos atrás. O que se fez nestes últimos três anos foi muita coisa em termos de ajuste e agora o Curso pode passar tranquilamente para a FEFIERJ ou para a Universidade. Presumimos estar fazendo o que é correto. Materialmente não se pode solucionar todos as lacunas, mas estamos caminhando dentro da realidade. (CURSO DE MUSEUS, 1977, p.45)

¹⁸ Solange de Sampaio Godoy, formada pela Turma de 1961. Graduação em História - PUC-Rio (1974). Foi diretora e ajudou na implantação de vários museus. Organizou e implantou o Museu de Arte Moderna de Resende (1974), do qual foi diretora (1975). Diretora do Museu do Primeiro Reinado (1979-81). Diretora do Museu Histórico Nacional (1984-89). Durante sua gestão, realizou o projeto de reformulação do circuito de exposições e longa duração inaugurando um novo conceito de comunicação museológica no MHN. Professora do Curso de Museus (1968-84), no qual ministrou disciplinas de História do Brasil, História Militar e Naval, Museologia e disciplinas ligadas à Exposição Curricular. Chefe do Departamento de História (1974). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.149).

¹⁹ Antônio Caetano Dias, foi professor e diretor da Escola de Biblioteconomia e Documentação, Vice-Reitor da FEFIEG e Decano do CCH.

O processo de negociações entre o MHN e a FEFIEG/FEFIERJ se prolongou por quase oito anos e as discussões cresceram e tenderam a ser mais favoráveis. Parece-nos que na relação FEFIEG/FEFIERJ - Curso de Museus havia uma sintonia maior de interesses, visto que a FEFIEG/FEFIERJ, uma instituição nova, cujo objetivo era exatamente aglutinar antigas escolas federais, para se constituir fisicamente como universidade, ao contrário da UFRJ, uma instituição veterana e com uma variedade de centros e cursos.

As negociações entre a FEFIERJ e o Museu Histórico Nacional se tornaram decisivas, até que, em 1977, pelo Decreto nº 79.723, de 24 de maio, ficou oficializada a transferência do Curso de Museus para a estrutura da FEFIERJ, passando a integrar, a partir de então, o Centro de Ciências Humanas, juntamente com o Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, e o Curso de Arquivologia, do Arquivo Nacional. Mas esta mudança não representou sua desvinculação efetiva do Museu Histórico Nacional, pelo fato do CCH ainda não ter sede própria, com isto, o Curso permaneceu no MHN até que fosse resolvida esta questão. A transferência do Curso e a falta de um prédio para alojar os cursos do CCH foi noticiada no jornal O Globo, um dia após a publicação do referido Decreto, numa matéria intitulada “Curso de Museus passa a Fefierj”:

Brasília – O Presidente Ernesto Geisel transferiu para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj) o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, criado em 7 de março de 1932. O Curso terá sua permanência assegurada pelo Ministério da Educação na atual área do Museu Histórico, até que tenha condições de efetivar sua transferência para as instalações da Fefierj. (JORNAL DO BRASIL, 1977, 1º Caderno)

Durante a segunda reunião ordinária do Curso de Museus, ocorrida em 22 de junho de 1977, Gerardo Câmara informou que o Presidente e o Decano do Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ estiveram em visita ao Curso de Museus para tratar da transferência do Curso para a Fundação. As informações geradas nesta visita foram transmitidas aos professores. Primeiramente, Câmara solicitou que fosse marcada uma reunião com os professores estatutários e CLT do Curso e também recomendou que o Curso não mudasse sua agenda de trabalho. Por fim, comunicou que fizera dois documentos ao Reitor da FEFIERJ: um contendo a indicação do Prof. Diógenes Vianna Guerra²⁰, para Coordenador do Curso, da Prof^a. Anna Barraffatto, para sub-Coordenadora, da Sr^a. Gilda Pereira Reis, Auxiliar em Assuntos Culturais, para Secretária do Curso, e outro com a indicação dos

²⁰ Diógenes Vianna Guerra, formado pela turma de 1943. Professor de Arqueologia no Curso de Museus. No Curso de Museus, foi Chefe do Departamento de Antropologia (1966), Coordenador (1968) e Subcoordenador (1976-77). Coordenador do Curso de Museologia (FEFIERJ/UNIRIO), 1977-84. Aposentado como Técnico em Assuntos Culturais em 1980, trabalhou na parte administrativa do Curso de Museologia até 1985, quando aposentou-se pela compulsória. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.70-71).

Professores. Anna Barrafatto, Maria Gabriella Pantigoso²¹, Dulce Ludolf²², Therezinha Sarmiento²³ e Diogenes Guerra, para compor “[...] uma comissão que estudará as disciplinas que comporão o tronco comum, para ser integrado ao tripé Arquivologia-Biblioteconomia-Museologia, a partir do primeiro período letivo de mil novecentos e setenta e oito” (CURSO DE MUSEOLOGIA, 1977, p.49).

Na reunião de 22 de março de 1978, a primeira do Curso de Museus, sob a presidência da Prof^a. Gabriella Pantigoso, Chefe do Departamento de Museologia, foram apresentadas aos professores as novas normas adotadas de acordo com o Regimento da FIFIERJ. Também nesta reunião, foi informado que com a passagem do curso para a Federação, os antigos departamentos criados em 1966 haviam sido extintos, sendo criado, dentro da estrutura do Centro de Ciência Humanas, o Departamento de Museologia e, todos os professores e disciplinas do Curso, ficaram concentrados no recém-criado Departamento.

Apesar do CCH não possuir prédio próprio neste momento, a FEFIERJ já possuía instalações próprias, como o Prédio da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, à Rua Xavier Sigaud, Urca; o Centro de Artes²⁴, instalado no antigo casarão que pertenceu ao médico Juliano Moreira²⁵, situado à Avenida Pasteur; a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na Tijuca; e a sede da Reitoria²⁶ à Rua Voluntários da Pátria. Ao lado da Escola de Enfermagem, o Reitor da FEFIERJ, B. de Paiva, havia iniciado, desde 1977, a construção do prédio do CCH²⁷. Com isto, o Curso permaneceria no MHN por mais dois anos, tempo que levaria a construção do prédio e os tramites burocráticos entre o MHN e a FEFIERJ.

Neste período a FEFIERJ foi transformada em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, por meio da Lei nº 6.655, de dia 5 de junho de 1979. Pouco tempo depois, em 21 de outubro, o Prédio do CCH foi inaugurado, ocorrendo, assim, a transferência dos cursos

²¹ Maria Gabriella Pestana de Aguiar Pantigoso, formada pela Turma de 1961. Professora do Curso de Museus do MHN – Curso de Museologia da UNIRIO (1969-2006), onde ministrou disciplinas de Antropologia. Chefe do Departamento de Antropologia e Museologia (1970-78) e do Departamento de Museologia (1978-83). Coredora do Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural em Museus (1983). Diretora da Escola de Museologia (2002-05). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.146-147).

²² Dulce Cardoso Ludolf, formada pela Turma de 1941. Professora da disciplina Numismática no Curso de Museus do MHN – Curso de Museologia da UNIRIO (1967-85). Coordenadora do Curso de Museologia (1985-88). Decana substituta do CCH/UNIRIO (1985-86) e Decana (1988-89). Sócia-fundadora da ABM (1963). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.59).

²³ Therezinha Maria Lamago de Moraes Sarmiento, formada pela Turma de 1958. Professora do Curso de Museus do MHN/Curso de Museologia da UNIRIO por 25 anos. Primeira diretora da Escola de Museologia (1991). Vice Decana e Decana do CCH/UNIRIO (1988-89). Membro-fundadora (1963) e Presidente (1979-82) da Associação Brasileira de Museologia e chefe da Seção de Pesquisa do Museu da República (1977-82). Implantou e reformulou o Museu da Irmandade da Candelária (1972-73), Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora (1982-83) e Museu da Irmandade da Glória do Outeiro (1982-85). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.136-137).

²⁴ Composto pela Escola de Teatro e pelo Instituto Villa-Lobos.

²⁵ Dr. Juliano Moreira (1873-1932), médico e um dos pioneiros da Psiquiatria brasileira e da modernização das práticas de tratamento psiquiátrico. Foi diretor do Hospital Nacional dos Alienados de 1903 a 1930, período em que residiu na casa da Avenida Pasteur, hoje ocupada pela reitoria da UNIRIO.

²⁶ Em 1981, a Reitoria mudou-se para o prédio onde hoje se encontra após a transferência do Centro de Artes para o novo Campus da Urca.

²⁷ Atual Prédio da Escola de Nutrição da UNIRIO.

deste Centro de suas antigas instalações para o novo prédio, ou seja, do Arquivo Nacional o Curso de Arquivologia, da Biblioteca Nacional o Curso de Biblioteconomia e do Museu Histórico Nacional o agora então denominado Curso de Museologia. Na ocasião da inauguração do prédio estava presente o então Ministro da Educação, Eduardo Portella. Aproveitando-se na oportunidade, professores e alunos do Curso de Museologia entregaram ao Ministro um abaixo assinado solicitando a regulamentação da profissão. O fato acontecimento foi relatado no Jornal do Brasil:

PORTELLA inaugura Unirio e defende universidades voltadas para a comunidade. A democratização da renda só será obtida se “criarmos condições de trabalho através da qualificação técnica, concebida concretamente em função de necessidades objetivas da realidade brasileira”. Por isto, a universidade brasileira deve ter o compromisso de “promover o enlace da vida acadêmica com o desenvolvimento profissional”, para evitar o risco de confundir “recursos humanos com ônus social”. Assim o Ministro da Educação e Cultura, Sr. Eduardo Portella, inaugurou ontem as novas instalações das escolas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Nutrição da Universidade do Rio de Janeiro (ex FEFIERJ), [...] ao lado da Escola de Enfermagem. Segundo o Reitor Guilherme Figueiredo, a universidade está apta a oferecer “qualidade, e não quantidade, e excelência de ensino”, de acordo com a realidade do país. [...] (JORNAL DO BRASIL, 1979, 1º Caderno)

Este momento em que o Curso se desvincula do MHN é definido por Magalhães como:

[...] um passo significativo para que o Curso se separasse definitivamente do Museu Histórico Nacional, até então vistos numa unidade institucional. Saindo da tutela de um lugar de memória para o campo de produção crítica do conhecimento, o universitário, o Curso ganhava novo status e novas possibilidades de renovação. (MAGALHÃES, 2002, p.127-128)

Pode-se dizer que, após quase uma década de adaptações e reformas em seu currículo, o já denominado Curso de Museologia sai do Museu Histórico Nacional, e inicia uma nova fase, agora em meio universitário e com esta nova fase passa definitivamente dos estudos de coleções para os estudos das questões ligadas ao campo da Museologia.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA DÉCADA DE 1970: SUA REPERCUSSÃO NA FORMAÇÃO EM MUSEOLOGIA E NA ÁREA DOS MUSEUS.

Da mesma forma que mudanças ocorridas no setor educacional impactaram sobre o Curso de Museus, e com isso, sobre a nossa Museologia, igualmente veremos o mesmo movimento com a área da Cultura.

Podemos observar que o início de mudanças no setor cultural ocorreram ainda em 1966, através do Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro, que criou, dentro da estrutura do Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Federal de Cultura. De caráter normativo, consultivo e fiscalizador, o CFC, reuniu profissionais ligados às áreas da Cultura que eram diretamente nomeados pela Presidência da República. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, era estruturado em quatro Câmaras – Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico – tendo como uma de suas principais missões elaborar o Plano Nacional da Cultura, (BRASIL, 1967, p.178), no entanto, na prática

[...] o Conselho tornou-se encarregado pela distribuição das verbas; financiamento de instituições públicas e privadas do setor cultural; assessoramento ao ministro da Educação e Cultura; definição das áreas de atuação do Estado; realização de convênios com instituições; elaboração de regulamentos e resoluções; organização de campanhas nacionais de cultura; e defesa do patrimônio cultural. (MAIA, 2011, p.64).

O período de maior atuação do Conselho no cenário cultural foi entre 1967, ano do início de suas atividades, até meados de 1975. Durante este período, o CFC teve em sua presidência Josué Montello²⁸ (1967-68), Arthur Cezar Ferreira Reis²⁹ (1969-72) e Raymundo Moniz de Aragão³⁰ (1973-74). Dentre seus conselheiros, neste período estavam: Câmara de Artes, Ariano Suassuna³¹ e Roberto Burle Marx³²; Câmara de Letras, Guimarães Rosa³³ e Rachel de Queiroz³⁴; Câmara de Ciências Humanas, Gilberto Freyre³⁵; Câmara do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Pedro Calmon³⁶, Raymundo Castro Maya³⁷ e Rodrigo Mello Franco de Andrade³⁸.

²⁸ Josué de Sousa Montello (1917-2006), jornalista, professor, teatrólogo e escritor. Foi diretor do Museu Histórico Nacional (1959-67) e Reitor da Universidade Federal do Maranhão (1972-73).

²⁹ Arthur César Ferreira Reis (1906-93), político e historiador brasileiro. Autor de diversas obras. Governador do estado do Amazonas (1964-67).

³⁰ Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão (1912-2001), médico, professor universitário e político brasileiro. Ministro da Educação (1966) e Reitor UFRJ (1966-69).

³¹ Ariano Vilar Suassuna (1927-2014), dramaturgo, romancista, ensaísta e poeta. Formado em Direito.

³² Roberto Burle Marx (1909-94), artista plástico, conhecido internacionalmente por suas obras paisagísticas.

³³ João Guimarães Rosa (1908-67), escritores, médico e diplomata.

³⁴ Rachel de Queiroz (1910-2003), tradutora, romancista, escritora, jornalista, cronista prolífica e dramaturga.

³⁵ Gilberto de Mello Freyre (1900-87), polímata, escritor, ensaísta, jornalista, poeta e pintor.

³⁶ Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-85), professor, político, historiador, biógrafo, ensaísta e orador. Foi professor de História do Brasil no Curso de Museus. Ministro da Educação (1950-51 e 1959-60). Reitor da Universidade do Brasil/UFRJ (1948-50 e 1951-66).

³⁷ Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1968), empresário industrial e comerciante. Colecionador de arte. Sua coleção constitui hoje a Fundação Castro Maya.

³⁸ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-69), advogado, jornalista e escritor. Comandou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por trinta anos, desde sua fundação em 1937 até 1967.

O CFC também teve como compromisso a elaboração de uma política nacional de cultura. A primeira iniciativa neste sentido ocorreu em 1973, quando o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho³⁹, solicitou ao Conselho que formulasse uma política nacional de cultura. Em março do mesmo ano, o referido Conselho entregou ao ministro o documento intitulado “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”, na qual estabelecia as normas gerais de ação do governo federal no setor cultural, objetivando defender o patrimônio, incentivando a criatividade, a difusão da cultura e relacionando dez medidas básicas que deveriam ser adotadas para a implementação da política:

1- Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura; 2- Criação do Serviço Nacional de Música; 3- Criação do Serviço Nacional de Artes Plásticas; 4- Criação do Serviço Nacional de Folclore; 5- Levantamento e cadastramento dos bens culturais, cuja defesa seja obrigação do poder público; 6- Estímulo ao funcionamento e à criação dos conselhos de cultura; 7- Criação das casas de cultura; 8- Implantação de um sistema de colaboração entre as universidades federais, estaduais e privadas, em seus diversos institutos, como estímulo aos estudantes para o estudo e conhecimento da vida cultural do país; 9- Recuperação e restauração de bens privados tombados, desde que comprovada a incapacidade financeira dos proprietários; 10- Financiamentos de projetos de natureza cultural. (CALABRE, 2006, p.95)

Até, então, o cenário que se construía para o incentivo à cultura nacional se figurava desta forma, mas mesmo com estes avanços, dentro da estrutura do MEC não existia uma secretaria dedicada exclusivamente para tratar dos assuntos culturais. O setor ministerial responsável por esta área era o CFC que baseava-se na mesma estrutura do Conselho Federal de Educação. Isto gerava um agravante, pois havia uma sobrecarga de suas atividades, na medida em que excedia suas funções e comprometia seus trabalhos. Este cenário modificou-se durante a gestão do ministro Ney Braga⁴⁰, com o Decreto 66.967, de 27 de julho de 1970, dispondo sobre a organização administrativa do MEC. Esta lei modificou a estrutura do Ministério e criou o Departamento de Assuntos Culturais (DAC)⁴¹, órgão executivo que ficará responsável pelo planejamento da Política Nacional de Cultura. Com isso, conforme o Decreto, o DAC passou a coordenar todos os setores culturais do MEC e o CFC assumiu, de fato, sua função consultiva e normativa saindo, assim, gradativamente, do centro das ações culturais. Posteriormente, em 1978, através do decreto

³⁹ Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016), militar e político brasileiro. Governador do Pará pelo Governo Militar (1964). Senador por três mandatos. Ministro do Trabalho e Previdência Social (1967-69), Ministro da Educação (1969-74), Presidente do Senado Federal (1981-1983), Ministro da Previdência Social (1983-85), Ministro da Justiça (1990-92).

⁴⁰ Ney Aminthas de Barros Braga (1917-2000), militar e político. Foi prefeito de Curitiba (1954-58), Governador do Paraná (1961-65 e 1979-82, por eleições indiretas), Ministro da Agricultura (1965-66), Ministro da Educação (1974-78) e Presidente da Itaipu Binacional.

⁴¹ Por esse mesmo decreto o DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é transformado em IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao DAC.

nº 81.454, de 17 de março, DAC teve sua denominação alterada para Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC).

Em 1975, o DAC organizou uma nova Política Nacional de Cultura, uma reestruturação da anterior, porém, com melhorias. Dentro da estrutura do MEC, a PNC foi responsável pela inclusão da cultura no plano de desenvolvimento econômico e social da nação implementado pelos militares. Através deste documento ficou estabelecido que o Estado teria mecanismos necessários para promover o acesso da população aos bens culturais e, dentro desta política, para melhor incentivar o estímulo e o acesso à produção cultural, o governo estruturou, dentro do DAC, setores para distribuir as áreas de atuação da cultura, tais como, como o Programa de Ação Cultural (PAC) e a Fundação Nacional de Arte (Funarte).

As mudanças ocorridas no cenário cultural neste momento marcaram esta década por programas de incentivo à cultura nacional, e, conseqüentemente, aos museus. Em 1975, foi criado, na estrutura do IPHAN, sob a coordenação de Aloísio Magalhães, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), com o objetivo de estruturar as políticas oficiais de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em 1979, quando assumiu a direção do IPHAN, Magalhães dividiu sua estrutura em dois setores, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na função de órgão normativo, e a Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão executivo.

Provavelmente, tais incentivos tiveram origem na mobilização provocada pelo Primeiro e Segundo Encontro dos Governadores, respectivamente, em 1970 e 1971, em Brasília e Salvador, que, na verdade, reuniram não somente por governadores, mas também secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios, presidentes e representantes de instituições culturais. Estes encontros produziram recomendações que repercutiram no campo dos museus e da museologia: o Compromisso de Brasília, em 1970, e o Compromisso de Salvador, em 1971, “[...] com a finalidade principal de integrar ao âmbito federal e, ao mesmo tempo, expandir aos estados e municípios, a responsabilidade da proteção dos bens culturais.” (Sá, 2013, p.125).

O Compromisso de Brasília teve como objetivo central adotar “[...] medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional [...]” (CURY, 2000. p.138). O documento alerta para a necessidade de profissionais qualificados, de nível superior, orientando a criação de novos cursos de formação universitária para atender a esta carência, aspecto que já era observado na época principalmente no que se refere aos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, que passam a merecer cuidados

especiais, conforme as regulamentações dos órgãos federais responsáveis pela proteção desse patrimônio.

Para remediar a carência de mão-de-obra especializada nos níveis superior, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando à formação de arquitetos, restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pela DPHAN e pelo Arquivo Nacional os Cursos de nível superior. Não só a União, mas também os Estados e Municípios se dispõem a manter os demais cursos, devidamente estruturados [...] (grifo nosso) (2000. p.139)

Ainda neste Encontro reconheceu-se a necessidade premente de (1) promover ações nas esferas estaduais e municipais para proteção dos bens culturais, sendo proposta a (2) implantação de órgãos técnicos regionais, e (3) alertada sobre a preocupação de se inserir, nos currículos escolares, em todos os níveis, conteúdos que abordassem a preservação do Patrimônio brasileiro.

(1) Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional. (2) Para obtenção dos recursos em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, para fins de uniformidade da legislação em vista [...]. (3) Sendo o culto ao passado o elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas pré-históricas e arqueológicas, das riquezas naturais e da cultura popular [...]; (2000, p.138-139)

Data desta época a implantação do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1970.

No ano seguinte, nesta mesma cidade, realizou-se o Segundo Encontro de Governadores de Estados para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo já denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As discussões e as recomendações propostas pelo Compromisso de Brasília foram ratificadas neste Encontro, manifestando ainda a necessidade de mais verbas para o IPHAN, a criação do Ministério da Cultura e de secretarias de cultura estaduais, discutindo-se, novamente, a formação profissional e a questão do patrimônio cultural e natural.

17. Recomenda-se o aproveitamento remunerado de estudantes de arquitetura, museologia e arte, para formação de corpo de fiscais na área de comércio de bens móveis e de valor cultural.
20. Recomenda-se aos governos estaduais que incluam no estudo de 2º. Grau cursos complementares de estudos brasileiros e museologia, que permita aos diplomados a prestação de serviços nos museus do interior, onde não haja profissionais de nível superior. (CURY, 2004, p.145-146)

Alguns anos depois, no Rio de Janeiro, foram criados mais dois cursos de Museologia no país, mais exatamente em 1975 e 1978. Na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMMARO), mantida pelo Instituto Superior de Estudos Humanos, o Curso de Museologia e Arqueologia teve seu funcionamento aprovado pelo Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE), nº 3.472/75, de 17 de outubro de 1975 e pelo Decreto nº 76.471, de 17 de outubro de 1975. No entanto, não obteve sucesso, durando pouco tempo, pois, dois anos depois de sua criação foi cancelado pelo MEC. Através do Parecer CFE nº 7.622/78, de 12 de dezembro de 1978, foi aprovada a transferência dos cursos da FAMMARO, ou seja, de Museologia e de Arqueologia, para as Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES). Muitos alunos da FAMMARO, diante do impasse de seu fechamento, transferiram-se para o Curso de Museologia da FEFIERJ/UNI-RIO. Por outro lado, o Curso de Museologia da FINES funcionou desde então e durando mais tempo, cerca de vinte anos, sendo fechado em meados da década de 1990.

O início da década de 1970 ainda foi marcado pelas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, ocorrida em 1972. A celebração desta efeméride foi amplamente explorada pela política nacionalista da Ditadura Militar, repercutindo em todo o país.

Em outubro de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu uma comissão nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil [...] Era o início dos preparativos da maior festa cívica nacional realizada sob a ditadura. Em seguida, em janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central para dirigir e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (CEC) (CORRÊA, 1972: 14). Presidida pelo General Antônio Jorge Corrêa, a CEC integrava membros de ministérios civis e militares, além de importantes instituições da sociedade civil. [...] (CORDEIRO, 2011, p.1)

Para difundir estas comemorações, a Ditadura Militar usou da Cultura, para dar-lhe incentivo. Talvez o exemplo mais lembrado seria o filme *Independência ou Morte*, mas outros feitos foram constatados, como a transladação dos restos mortais de D. Pedro I ao Brasil, a publicação de livros e revistas como a edição em quadrinhos *Independência do Brasil*⁴², além de desfiles, congressos, material didático, etc. No que se refere aos museus, o feito mais significativo refere-se a realização de uma grande exposição no MNBA.

A ideia de uma exposição em comemoração aos 150 anos da Independência do Brasil partiu de dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, posteriormente, foi debatida amplamente pelos profissionais da área da Cultura e do Patrimônio, sobretudo museólogos dos vários museus brasileiros. O objetivo desta exposição foi realizar uma

⁴² Publicação de 1972 pela editora Melhoramentos, quadrinização de Pedro Anísio e desenhos de texto e capa de Eugênio Colones.

reconstituição do ambiente físico e cultural da época, e para tanto, foi realizado um grande levantamento de todos os documentos e objetos que se ligavam ao período de 1808 a 1825, que compreende o interstício entre a vinda da Família Real Portuguesa e o reconhecimento da independência (IPHAN, 1972, s.p.). Assim, nasceu a exposição “Memória da Independência” que integrou vários museus nacionais, estaduais e municipais, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, Instituições públicas e privadas, entidades civis e religiosas, além de colecionadores particulares, ocupando 2 mil metros quadrados das galerias do Museu Nacional de Belas Artes.

CAPÍTULO 3

REFORMAS CURRICULARES

NO CURSO DE MUSEUS NA

DÉCADA DE 1970

“De uma maneira simplista podemos dizer que o Curso de Museus concentrava-se no estudo das coleções do MHN – identificação, classificação, catalogação, etc. –, ao passo que o Curso de Museologia passa a enfatizar o estudo das questões da própria Museologia: museu integral, função social, integração com o público, etc.”

Ivan Coelho de Sá

Em relação ao campo da Museologia, ainda há uma grande carência de pesquisas que aprofundem e contribuam com a construção de uma contextualização histórica da Museologia no Brasil. O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, atual Escola de Museologia da UNIRIO, criado pelo Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, que há mais de oito décadas forma profissionais, constitui um importante foco de pesquisas não somente por referir-se ao início dos estudos em Museologia em nosso país, mas também por sua longevidade e por ter passado por momentos que contribuíram para o desenvolvimento da Museologia e dos Museus. Por isso mesmo, grande parte dos fatos que marcaram sua história, tais como as reformas que pautaram a construção de suas matrizes curriculares constituem pontos de muitos questionamentos, como as ocorridas durante a década de 1970, sobretudo porque promoveram transformações estruturais no curso.

No decorrer desta década foram realizadas oito alterações ou reformas curriculares que ocasionaram a mudança de cargas horárias, créditos e nome de disciplinas, mas que provocaram também transformações de base ao atingirem os conteúdos programáticos das disciplinas do eixo de Museologia. Estas transformações atualizaram o Curso de Museus / Curso de Museologia com as mudanças ocorridas no cenário internacional e que tinham como epicentro as discussões lideradas pelo ICOM, sendo um dos principais pontos de partida a Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, quando se estabelece uma nova reflexão no campo: o Museu Integral. Igualmente verificaremos que as transformações ocorridas no país dentro das da Educação e da Cultura terão profundos impactos no Curso de Museus.

Uma década tão importante para a formação em Museologia no Brasil nos obriga a uma reflexão sobre a relevância das transformações do campo da Museologia e do Patrimônio nos anos 1970 e suas repercussões no Curso de Museus MHN/Curso de Museologia FEFIERJ/UNI-RIO, e, por isso mesmo, este capítulo pretende investigar, identificar e analisar as transformações curriculares ocorridas nesta década no referido Curso.

3.1 – Transformações na Educação Superior e repercussões no Curso de Museus

Durante os anos 1960 o país realizou uma ampla reforma na educação brasileira visando readequar e modernizar o ensino em todos os níveis – primário, fundamental, médio e superior. Em 1961, o Governo João Goulart encerrou os debates, que já duravam treze anos, para a elaboração do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB⁴³, sancionado em 20 de dezembro deste ano. Prevista na Constituição de 1934, a LDB, levou quase trinta anos para ser aprovada. Organizada em 120 artigos, foi a primeira legislação criada especificamente para regularizar o sistema educacional brasileiro. Nela, dentre vários assuntos, foram tratados:

- a descentralização do MEC, dando mais poder e autonomia aos órgãos estaduais;
- a regulamentação dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação;
- os repasses de verba para a educação;
- a obrigatoriedade da matrícula nos quatro anos do ensino primário;
- a formação de professores para o ensino primário no ensino normal de grau ginásial ou colegial e de professor para o ensino médio nos cursos de nível superior;
- a fixação do ano letivo em 180 dias.

No que se refere à educação superior, a LDB de 1961 dispõe, logo no primeiro artigo, os objetivos do ensino superior, ou seja, “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (BRASIL, 1961, v. VII, p. 51). A lei, além de estabelecer mudanças para o ensino primário e secundário, também modificou o ensino superior, com destaque para a fixação dos currículos mínimos dos cursos pelo Conselho Federal de Educação, a representação discente nos conselhos universitários, com direito a voto, como pode ser constatado nos artigos abaixo:

Art. 70. O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação. [...]

Art. 78. O corpo discente terá representação, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações, e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades. (1961, v. VII, p. 59)

Em se tratando dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, a LDB determinou a criação de autarquias, fundações ou associações para que se administrem os

⁴³ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

cursos isolados e que, nestas autarquias, fossem constituídos os Conselhos Universitários com submissão aos Conselhos de Educação. Era o início de uma “rejeição” por parte do Governo aos cursos isolados.

Art. 85. Os estabelecimentos isolados serão constituídos sob a forma de autarquias, de fundações, ou associações. [...]

Art. 87. A competência do Conselho Universitário em grau de recurso será exercida, no caso de estabelecimentos isolados, estaduais e municipais pelos conselhos estaduais de educação; e, no caso de estabelecimentos federais, ou particulares, pelo Conselho Federal de Educação. (BRASIL, 1961, p. 62)

A criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961 – pela Lei 3.998/1961, de 15 de dezembro – juntamente com seu Plano Orientador, representam um marco para a reforma do ensino superior. Elaborado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, o Plano Orientador da UnB previa “cursos de curta duração (2 anos), licenciatura (4 anos) e pós-graduação (2 e 4 anos), cursos básicos, sistema de créditos, departamentalização e extinção da cátedra”,(FREITAG, 1980, p. 83), algo nunca antes pensado no país. No entanto, este audacioso projeto não foi concluído, pois, com o golpe de 1964, ocorreu a invasão por tropas militares da UnB resultando na interrupção dos trabalhos. Por outro lado, veremos que estas ideias pioneiras serão implementadas nas posteriores legislações organizadas pelo Governo neste período.

Já sob influência da Ditadura Militar, teremos dois decretos-lei que irão nortear o ensino superior, o nº 53, de 18 de novembro de 1966, que fixa princípios e normas de organização para as universidades federais, e o nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece normas complementares ao decreto-lei anterior. O Decreto nº252/67 regula a departamentalização das universidades.

Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos [...]

§ 2º O departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa, [...]

§ 3º Compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professores e pesquisadores, segundo as especializações. [...] (BRASIL, 1967, s.p.)

No que se refere à Reforma do Ensino Superior de 1968, Lei nº 5.540, de 28 de novembro, o seu texto, segundo FREITAG (1980, p. 84), “se baseia no modelo universitário americano”, e mantém basicamente as mesmas determinações apresentadas na LDB de 1961, como o objetivo do ensino superior ser uma unidade de ensino e pesquisa e a obrigatoriedade de frequência do ensino para professores e alunos:

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. [...]

Art. 29. Será obrigatória, no ensino superior, a freqüência de professores e alunos, bem como a execução integral dos programas de ensino.

§ 1º Na forma dos estatutos e regimentos, será passível de sanção disciplinar o professor que, sem motivo aceito como justo pelo órgão competente, deixar de cumprir programa a seu cargo ou horário de trabalho a que esteja obrigado, importando a reincidência nas faltas previstas neste artigo em motivo bastante para exoneração ou dispensa, caracterizando-se o caso como de abandono de cargo ou emprego. [...]

§ 4º Considerar-se-á reprovado o aluno que deixar de comparecer a um mínimo, previsto em estatuto ou regimento, das atividades programadas para cada disciplina. (BRASIL, 1968, s.p.)

Por outro lado, esta reforma propiciou algumas mudanças na estrutura do ensino superior, dentre as quais podemos observar:

- 1 – a criação dos departamentos pondo fim às cátedras (Art. 11 e 33);
- 2 – a estruturação do ensino em básico e profissionalizante, com dois níveis de pós-graduação – mestrado e doutorado (Art. 17, b);
- 3 – a implantação dos cursos básicos e o oferecimento de cursos profissionalizantes de curta duração (Art. 23);
- 4 – a adoção do sistema de créditos pondo fim às classes seriadas e à matrícula por série, ou seja, a partir de então a matrícula é realizada por matéria, com aplicação de avaliações em vez de notas por menções – inovação introduzida no Plano Orientador da UnB de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro – (Art. 11);
- 5 – introduz o vestibular unificado e classificatório, (Art. 21); e, finalmente,
- 6 – normatiza as representações estudantis, assegurando a estes a participação e formação de grêmios universitários e diretórios estudantis (Art. 38).

Em relação aos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, a reforma de 1968 reafirma o artigo 85, da LDB de 1961, deixando claro a “rejeição” do Governo aos cursos que se mantêm fora de um ambiente universitário, orientando para que estes se associem a uma universidade ou se reúnam em federações. Esta negação pode ser constatada nos artigos abaixo relacionados:

Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. [...]

Art. 6º A organização e o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior serão disciplinados em regimentos, cuja aprovação deverá ser submetida ao Conselho de Educação competente. [...]

Art. 8º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades

próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento. (1968, s.p.)

A partir da promulgação desta lei, ou seja, 28 de novembro de 1968, de acordo com seu artigo 112, as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior deveriam adaptar seus estatutos ou regimentos às novas normas num prazo de cento e oitenta dias, isto é, cerca de seis meses.

3.1.1. – Conselho Federal de Educação

Antes da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os currículos dos cursos de nível superior eram apresentados pela lei que regulamentava a profissão ou, em outros casos, como o do Curso de Museus, na lei de criação do Curso. Com o passar do tempo, esta situação se tornou um problema, pois com a criação de novos cursos ocorreu uma desconformidade de currículos. A LDB sanou esta situação, pois, em seu artigo 70, determinou que fosse de responsabilidade do Conselho Federal de Educação a competência de regulamentar os currículos mínimos dos cursos, isto é, dos componentes básicos que não poderiam faltar no processo de formação do profissional. A fixação do mínimo de disciplina pelo CFE também implicava no mínimo de duração do curso. O currículo pleno (elenco de disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como o prazo de integralização curso) ainda seria de responsabilidade do curso.

Art. 70. O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal [...] serão fixados pelo Conselho Federal de Educação. (BRASIL, 1968, s.p.)

A partir desta lei, o CFE reformulou os currículos dos cursos objetivando sua simplificação e atualização, tendo como base o Parecer CFE 85/70, no qual estabeleceu as diretrizes dos currículos mínimos, além dos conteúdos indispensáveis à organização do currículo bem como sua duração.

O currículo mínimo é o núcleo de matérias fixado pelo Conselho Federal de Educação, na forma do art. 26 da Lei nº 5.540, de 28-11-1968, considerando o mínimo indispensável para uma adequada formação profissional.

O currículo mínimo poderá ser uno, constituído de uma relação de matérias obrigatórias para todos os casos, ou admitir diversificações, abrangendo nesta última hipótese uma parte fixa, comum para todas as escolas, e outra variável constante de uma lista de matérias, das quais os estabelecimentos escolherão tantas quantas forem determinadas pelo Conselho Federal de Educação.

O currículo mínimo será a matéria prima a ser trabalhada pelo estabelecimento na organização do currículo do curso, podendo ser

complementado com outras matérias para atender a exigência de uma programação específica, a peculiaridades regionais e a diferenças individuais dos alunos. A complementação deverá obedecer aos princípios de flexibilidade e sobriedade e guardar relação com a natureza e objetivos do curso, evitando-se os currículos enciclopédicos.

A matéria do currículo mínimo, comum aos cursos agrupados na mesma área de conhecimentos, na forma da Indicação nº 8/68, deverá, por sua natureza, ser incluída entre as matérias do primeiro ciclo.

Para todos os efeitos de conteúdo e duração, o primeiro ciclo ficará incorporado ao currículo do curso de graduação profissional.

Na organização dos cursos deverá ser mantida a nomenclatura do currículo mínimo, admitindo-se, no entanto, que a denominação geral de uma matéria, venha a ser explicitada em disciplinas.

Aos estabelecimentos é lícito desdobrar as Matérias do currículo mínimo em disciplinas anuais ou semestrais ou, ainda, em períodos letivos especiais a serem definidos no regimento.

A duração dos cursos expressas em horas-aula é fixada em termos de duração mínima, com observância dos limites máximos e mínimos de execução dos cursos, estabelecidos pelo CFE.

Os currículos mínimos, uma vez homologados pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura e publicados, estarão em vigor imediatamente no ano letivo a iniciar-se para os alunos matriculados no primeiro ano dos cursos. (CFE, 1970, p.III-IV)

Estas medidas de renovação e adequação dos currículos dos cursos também incluíram, em todos os níveis, a disciplina Educação Moral e Cívica, que, nos cursos de graduação e pós-graduação foi denominada Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB). Também foi incluído nos currículos o estágio, disciplina que associava o elenco de disciplinas com a prática profissional, na qual o CFE já identificava esta disciplina como indispensável.

É interessante observar que já nesta época, havia a preocupação de oferecer uma formação profissional mais diversificada abrangendo várias disciplinas que se comunicassem entre si. Esta característica é observada pela presença da palavra “interdisciplinaridade” no próprio Parecer do Conselho Federal de Educação:

Há, ainda (e essa tendência ganha adeptos), quem introduza matérias **interdisciplinares**, em unidades compósitas, que correspondam à efetiva necessidade da formação profissional. Fato é que o assunto ganhou extrema liberalidade, e o que se busca não é uma arrumação formal, porém um elenco útil, indispensável, servindo de base a desenvolvimentos mais livres. (grifo do autor) (CFE, 1970, p.IV).

O parecer supracitado nos aponta que, nesta época, os estudos em Museologia eram entendidos como interdisciplinar, ou seja, a relação de mais de uma disciplina num projeto específico com troca de informações e, tendo como resultado, um novo conhecimento menos fragmentado. Segundo Japiassu, a interdisciplinaridade “caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (1976, p.74). Contudo, podemos

verificar que hoje em dia, o que mais se aplicaria à Museologia seria o conceito de multidisciplinaridade, pois esta, como a interdisciplinaridade, há mais de uma disciplina num projeto específico, mas, cada área conserva suas teorias e metodologias, resolvendo problemas imediatos. Segundo Domingues se caracteriza por três fatores:

- a) aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos; b) diversidade de metodologias: cada disciplina fica com a sua metodologia; c) os campos disciplinares, embora cooperem, guardam suas fronteiras e ficam imunes ao contato (2005, p. 22).

O CFE constituiu uma Comissão Especial para elaboração do currículo mínimo dos cursos de Museologia. Após a estruturação o elenco de matérias obrigatórias estabelecida por esta comissão, passa pela apreciação e homologação da Comissão Central. O Currículo Mínimo para os Cursos de Museologia foi aprovado pelo Parecer 971/69, de 5 de dezembro de 1969, e homologado pela Resolução CFE 14, de 27 de fevereiro de 1970. No texto do Parecer 971/69, podemos observar que era de conhecimento da comissão responsável pelo currículo de Museologia os debates promovidos pelo ICOM nesta época, pois ao afirmarem que a “[...] formação de novos museólogos é problema que tem preocupado os atuais dirigentes de museu, tendo sido tema exclusivo do penúltimo congresso do “International Council of Museums” (CFE, 1970, p.128), uma referência a Resolução nº8 da Oitava Assembleia Geral do ICOM, Nova Iorque, 1965, que trata da formação de pessoal de museus, bem como a Resolução nº7 da Nona Assembleia, Munique, 1968, que diz respeito ao treinamento museológico (ICOM, 1968, s.p.), na qual ratifica o exposto em 1965 bem como discussões realizadas em Bron, 1967, e orienta no sentido da instrução de Museologia nas universidades e em cooperação com museus (1968, s.p.).

Observando o Parecer supracitado, vemos que o Currículo Mínimo para os Cursos de Museologia foi estruturado da seguinte forma:

- 1 – Museologia:
 - a) Museologia Teórica e Práticas tipológicas, organização administrativa e técnica, legislação relativa aos museus e ao patrimônio cultural e museológico.
 - b) História dos Museus: origens e evolução. Matéria correlata: Arquitetura de Museus.
- 2 – História da Civilização
Disciplinas correlatas: Arqueologia e Etnologia, Heráldica, Numismática, Sigilografia, Filatelia.
- 3 – História Luso-Brasileira e íbero-Americana
Disciplina correlata: Folclore.
- 4 – História do Brasil
Disciplinas correlatas: Etnografia e Arqueologia Brasileira, História Militar e Naval do Brasil, inclusive armaria, fardamento, fortificações e bandeiras.
- 5 – Estética
- 6 – História da Arte
Disciplinas correlatas: Análise Crítica da Arte, Artes Menores (Cerâmica, Prataria, Joalheria, Indumentária, Mobiliário, etc.), Arte Sacra.

- 7 – Arte no Brasil (arte indígena, popular, etc.)
 Disciplinas correlatas: História da Arte Brasileira, Gemologia Brasileira, Arquitetura Brasileira, Artes Menores no Brasil, Arte Sacra Brasileira, Artes Gráficas no Brasil, etc.
- 8 – Introdução ao Estudo da Ciência
 Disciplinas correlatas: História da Ciência, Paleontologia, Antropologia, Botânica e Zoologia Taxonômicas, Ecologia, Geologia, Geografia e outros afins.
- 9 – Museografia
 (problemas de circuito, mostruários, depósitos, catalogação, ilustração, iluminação, etiquetagem e outras técnicas museológicas). A disposição, o funcionamento e a coleção na valorização dos museus.
- 10 – Metodologia da Pesquisa.
- 11 – Técnica e Processos Artísticos (técnica da pintura das artes gráficas, de conservação e restauração).
- 12 – Comunicação Museológica (relacionamento entre o museu e a comunidade, especialmente com a escola, museu-didático, e orientação de visitas, etc.).
- 13 – Atividades extra-curriculares (visitas, viagens, estágios, excursões, etc.). (CFE, 1970, p.128-129)

Por meio da Resolução CFE nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, que fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Museologia, ficou estabelecida a formação do bacharel em Museologia em quatro habilitações: Museus de Arte, Museus de História, Museus de Ciência e Tecnologia e Museus Escolares polivalentes. A duração mínima dos Cursos de Museologia foi fixada em 2.200 horas, ministrado de três a cinco anos. Ainda foram estabelecidas as matérias constantes no tronco comum dos cursos: Estética, História da Civilização, Antropologia e Museologia teórica e prática. As disciplinas pertinentes às habilitações, parte diversificada, seriam escolhidas pelo próprio discente dentre as constantes no currículo pleno. A Resolução também menciona a obrigatoriedade do estágio ao final do curso em museus ou instituições afins.

3.2 – Reformas Curriculares Experimentais de 1970, 1971, 1973 e 1974

Com o advento dos anos 1970, durante os quatro primeiros anos desta década, o Curso de Museus entra numa fase crítica de discussões e reflexões sobre várias questões relativas ao pensar e à prática museológica. Este período corresponde a um verdadeiro processo de reavaliação de seus conceitos e da função social do museu e da própria Museologia. As mudanças emergiam de todo um cenário questionador, tanto nacional quanto internacional que repercutiram no âmbito do Curso e tiveram ressonância na medida em que havia um contexto favorável, identificados, sobretudo, na transição de gerações uma vez que os antigos professores já haviam se afastado ou encontravam-se prestes a se aposentar e que novas gerações – egressos dos anos 50 e 60 – começavam a assumir a

docência e funções de liderança na estrutura do Curso. Este momento contestador foi responsável por sucessivas adaptações em sua matriz curricular de 1967. Este momento de questionamentos sintonizou-se com a necessidade imperiosa do Curso em alinhar-se à nova legislação do MEC, ou seja, às leis já analisadas: a Lei de Reforma do Ensino Universitário de 1968 (Lei nº 5.540, de 28 de novembro) e o Parecer CFE nº 971/69, de 5 de dezembro de 1969, que estabelece as bases de estruturação dos eixos temáticos de um curso de formação em Museologia, no qual foram estruturados 13 eixos temáticos que passaram a constituir a formação teórico-prática dos cursos de Museologia; e ainda, a Resolução CFE nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, que determinou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Museologia. Diante destas determinações do MEC houve uma expansão do número de disciplinas, principalmente da Técnica de Museus, principal disciplina do Curso oferecida desde sua criação.

A primeira experiência ocorrida neste período, tendo em vista adequar o currículo do Curso às normativas se deu em 1970. Neste momento, o curso tinha uma duração de três anos. A disciplina Técnica de Museus, existente desde a criação do curso, foi desmembrada em seis disciplinas, separando-se Museologia e Museografia: Museologia Teórica I e II, Museologia, Comunicação Museológica I e II e Museografia. A disciplina Etnografia foi transformada em Antropologia I e II, Introdução à Etnologia e Etnografia no Brasil. Além das disciplinas já existentes, criaram-se novas que passaram a abarcar as mudanças em curso no campo, Geologia, Cosmografia e Cartografia, Geografia Física, Biogeografia e Antropogeografia e Metodologia e Técnica da Pesquisa. As disciplinas de História e História da Arte se mantiveram. No último ano do curso, havia disciplinas comuns e específicas para as habilitações de Museus Históricos e Artísticos, com disciplinas distribuídas conforme a tipologia das coleções. Disciplinas comuns: Arqueologia, Metodologia das Pesquisas Museológicas, Técnicas de Museus: Heráldica e Técnicas de Museus: Mobiliário. As específicas para Museus Históricos: História Militar e Naval, Sigilografia e Filatelia, Técnica de Museus: Armaria, Técnica de Museus: Arte Naval e Técnica de Museus: Indumentária. E as específicas para Museus Artísticos: História da Arquitetura, História da Pintura e da Gravura, Técnica de Museus: Prataria e Técnica de Museus: Arte Sacra. Além disso, é implantada a habilitação em Museus Científicos, sendo oferecida unicamente neste ano com apenas uma turma formada. A habilitação de Museus Escolares Polivalentes nunca foi oferecida. Como veremos mais à frente, esta situação se verificará pelo fato do Curso de Museus sofrer constantemente com problemas no numerário de seu corpo docente.

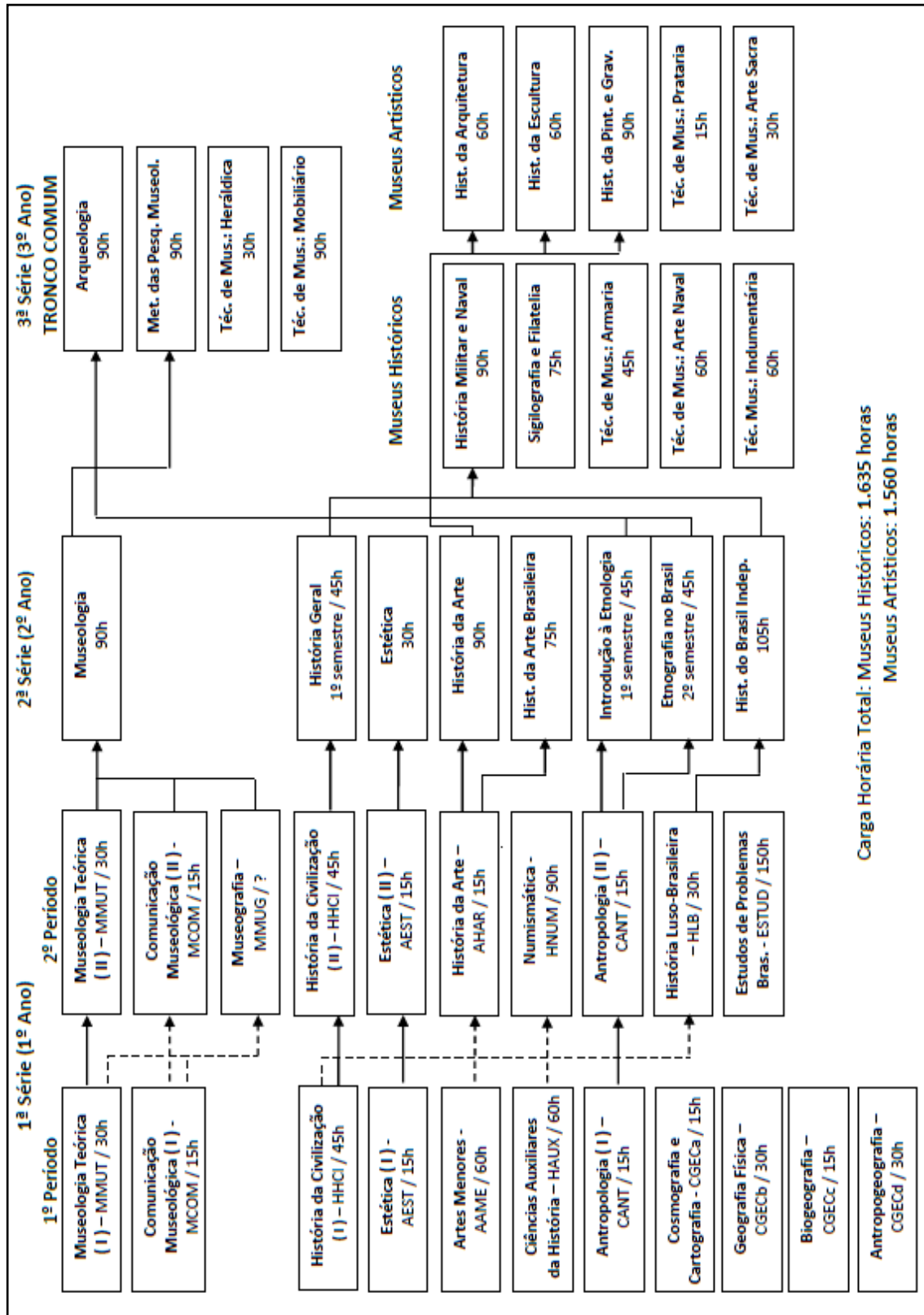


Fig. 02 - Currículo experimental oferecido pelo Curso de Museus do MHN aos ingressantes de 1970. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. III. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

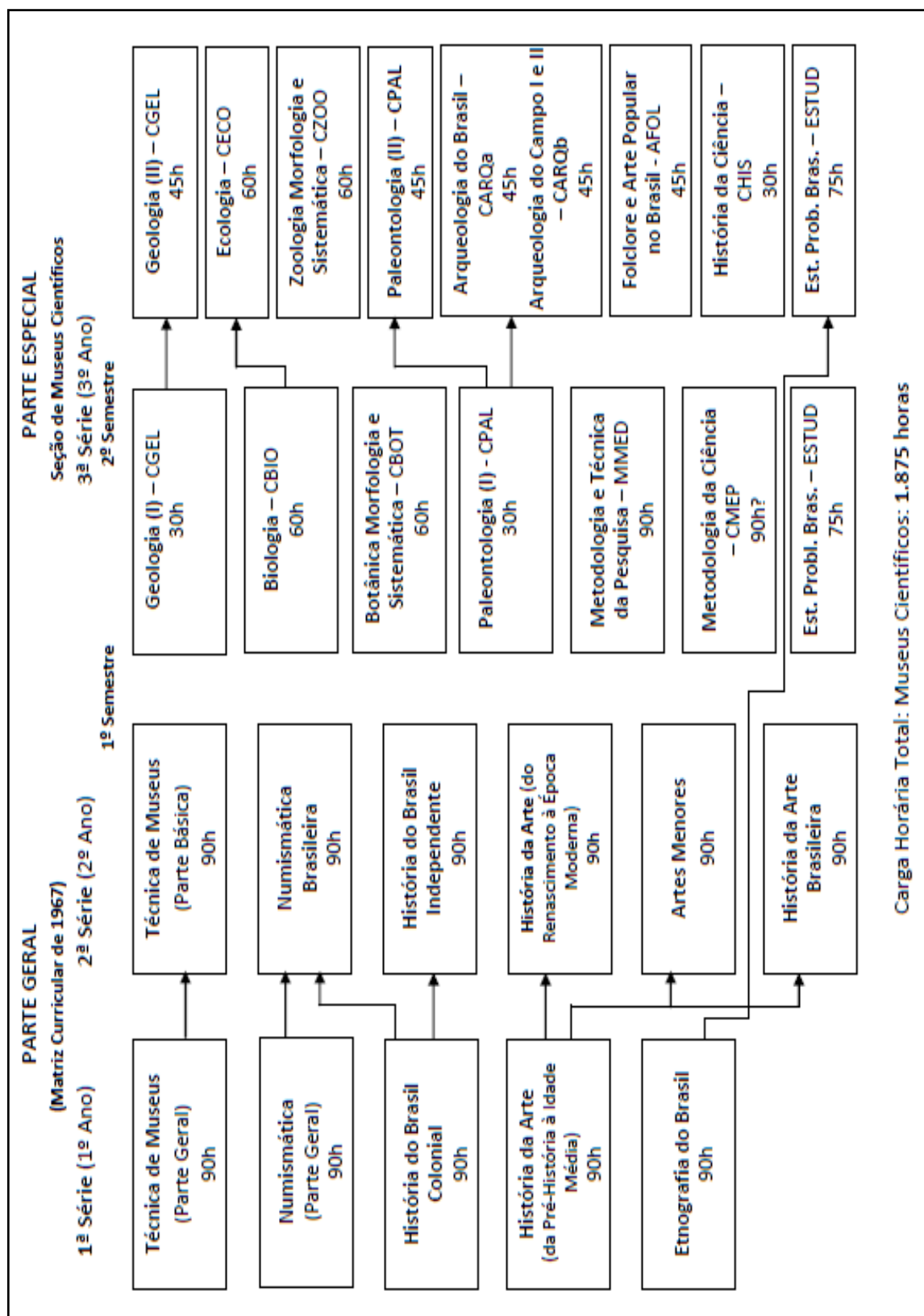


Fig. 03 - Currículo oferecido pelo Curso de Museus do MHN aos matriculados na Habilitação de Museus Científicos, em 1971. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matriz Curriculares. Vol. III. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

No ano seguinte, 1971, ocorreu mais uma reforma experimental. Nesta proposta, nota-se uma redução no número de disciplinas. As disciplinas de Museologia e Museografia se resumem em Museologia e Técnica de Museus. As disciplinas de História e História da Arte são mantidas, ocorrendo apenas mudanças de nomenclatura e carga horária. O mesmo ocorre com as disciplinas Introdução à Antropologia e Introdução à Etnologia. Metodologia das Pesquisas Museológicas é mantida e reposicionada no primeiro ano. No terceiro ano, as disciplinas comuns oferecidas às duas habilitações passaram a ser: Arqueologia, Numismática, Técnica de Museus: Heráldica e Técnica de Museus: Mobiliário. E, em relação à parte específica não houve alterações.

Estas alterações persistem nos dois anos seguintes, 1972 e 1973. Em 1973, uma nova reforma experimental faz com que a disciplina Técnica de Museus reapareça com esta denominação, na 1ª e 2ª Série. No que se refere à 3ª Série, há um aumento no número de disciplinas e aparece uma nova versão da disciplina Museologia que assume o título Museologia: Museografia. Algumas disciplinas ligadas ao estudo de coleções reaparecem conjugadas com o termo Museologia. Isto pode ser percebido nas disciplinas Museologia: Arte Naval e Museologia: Armaria, para Museus Históricos, e Museologia: Arte Sacra e Museologia: Cerâmica, Porcelana e Vidros, para Museus Artísticos. Além destas são oferecidas as disciplinas Técnicas e Processos Artísticos: Escultura, Técnicas e Processos Artísticos: Gravura e Técnicas e Processos Artísticos: Pintura, oriundas de História da Pintura e Gravura.

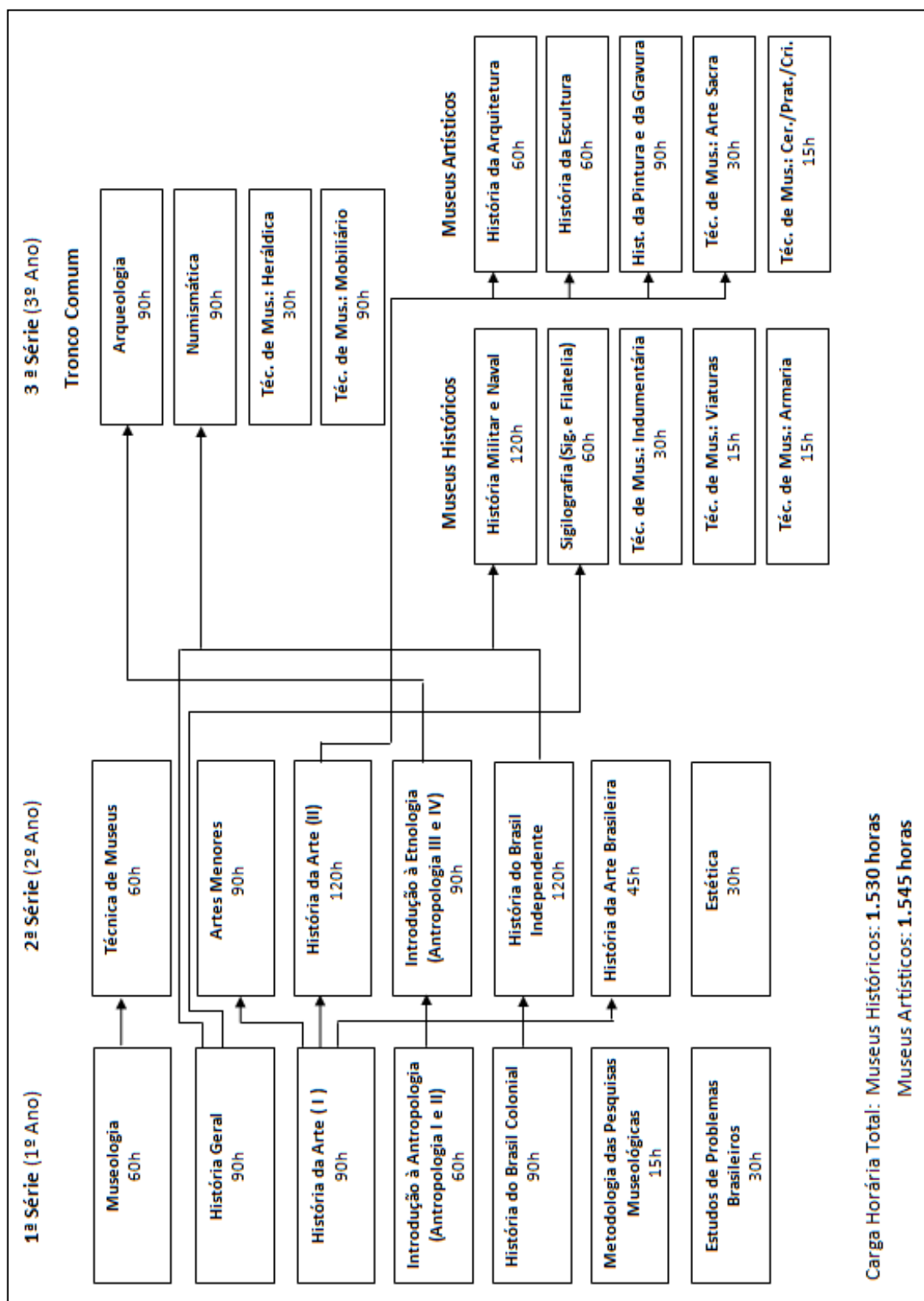


Fig. 04 - C Currículo experimental oferecido pelo Curso de Museus do MHN aos ingressantes de 1971. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. III. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

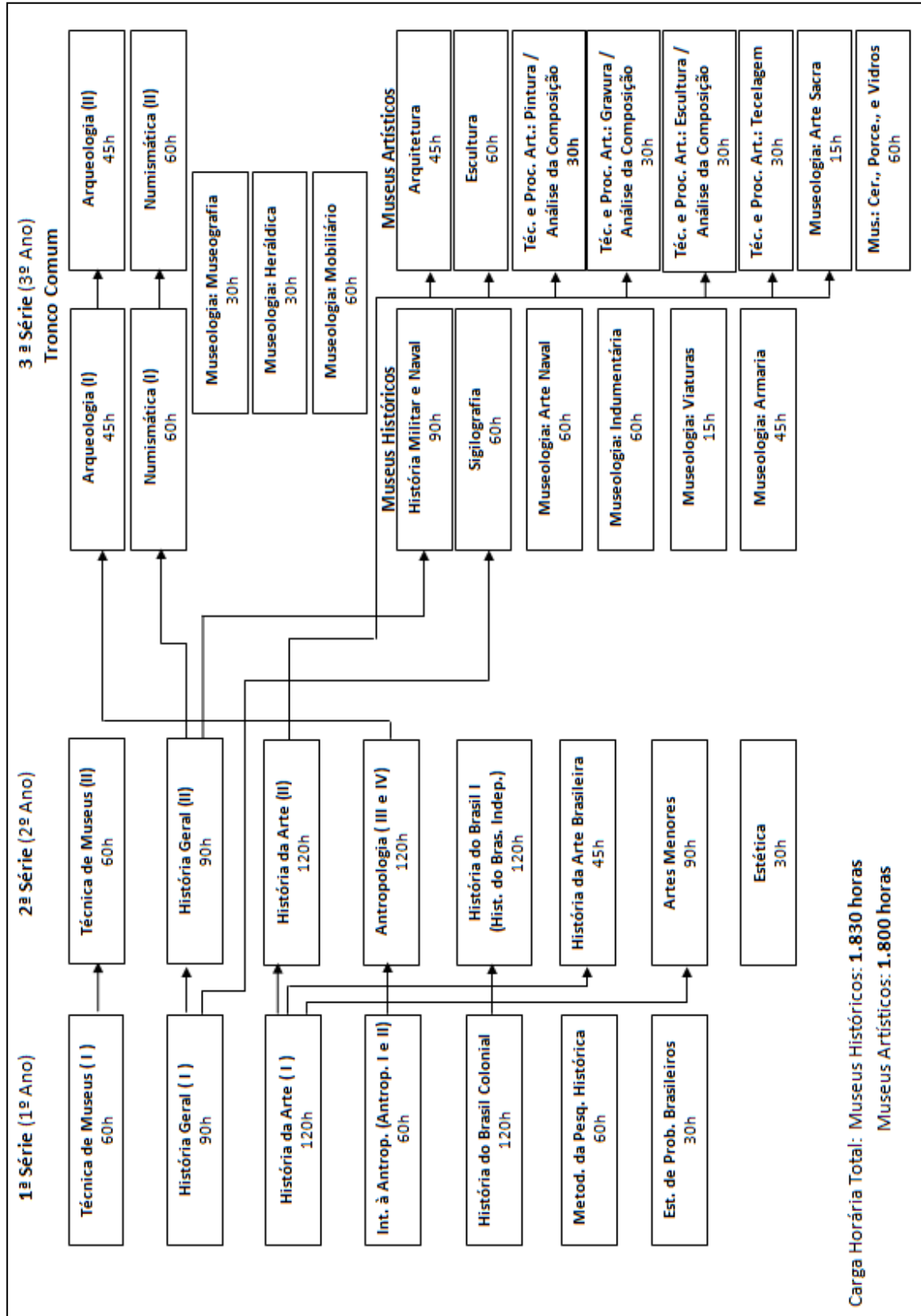


Fig. 05 - Currículo experimental oferecido pelo Curso de Museus do MHN aos ingressantes de 1972. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. III. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

Em 1973, o Curso de Museus, como estabelecido na Lei de Reforma do Ensino Superior de 1968 (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968), adotou o sistema de créditos. Passa a ser oferecido em períodos, não mais em séries (anos). A carga horária das disciplinas foi dividida, ou seja, o que antes era oferecido em um ano, passa a ser oferecido em dois semestres. História do Brasil Colonial agora se denomina História do Brasil I e II, e foi criada a disciplina Artes Decorativas I e II. No 3º e 4º semestres (2ª Série), Técnica de Museus II transforma-se em Museografia I e II, e História do Brasil Independente em História do Brasil III e IV. No que se refere à parte diversificada do Curso, novamente ocorreu uma diminuição das disciplinas. História Militar e Naval passou a ser obrigatória para as duas especializações, assim como Técnicas e Processos Artísticos.

Em 1974, um fato importante, a nomenclatura Técnica de Museus foi definitivamente suprimida e substituída por Museografia, sendo criadas as disciplinas Museografia I, II, III, e IV e Museologia: Museografia. Ainda neste ano, o Curso vinculou seu exame adicional (forma de ingresso existente desde 1944) ao vestibular unificado da Fundação CESGRANRIO⁴⁴, conforme determinação do Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971.

Outro acontecimento importante promovido em 1974 é que, neste ano, o Curso iniciou uma Reforma Curricular que pode ser considerada a mais importante até então, é “[...] quando se percebe efetivamente uma mudança conceitual de base [...]” (SÁ, 2013, p.127). Essa reforma foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação, em 6 de dezembro de 1974 e homologada pelo MEC, em 29 de janeiro de 1975, priorizando a formação de profissionais no “campo da Museologia” (BRASIL, 1974, p.1), segundo consta nos objetivos de seu novo regimento, para tanto, foram criadas várias disciplinas que se destinavam a oferecer uma formação mais abrangente, conforme analisaremos mais adiante.

As sucessivas reformas e adaptações ocorridas entre 1970 e 1974 serviram de suporte experimental para o currículo oferecido a partir de 1975 e finalmente consolidado em 1978.

O caráter insólito destas reformas, ou seja, ocorridas quase que anualmente e sem uma continuidade que demonstrasse sua eficácia ou não, na prática, revela um momento único de transição. Após quarenta anos de manutenção de uma “estabilidade” em termos de conceitos e propostas, o Curso passa por um processo de revisão de suas bases conceituais e metodológicas. Estas reformas sucessivas sem um processo de avaliação

⁴⁴ Em 12 de outubro de 1971, é criado, através de um convênio firmado com o Ministério da Educação e Cultura, o Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio, a partir da associação pioneira de 12 instituições universitárias. Neste mesmo ano, é lançado o projeto-piloto dos primeiros vestibulares unificados Rio. Com o grande sucesso ocorrido com os vestibulares realizados em 1972 e 1973, as Universidades associadas solicitaram ao MEC a criação de uma fundação privada autônoma, que se dedicasse permanentemente à organização dos exames de vestibular. Surgindo assim, em 4 de janeiro de 1973, a Fundação CESGRANRIO. (Fonte: <http://www.cesgranrio.org.br/institucional/historia.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2017)

denuncia um momento vontade de mudanças, mas também de conflitos. Isto pode ter origem numa espécie de “choque” de gerações, ou seja, entre os professores mais conservadores que defendiam as tradições barrobianas e as novas “levas” de museólogos que se sintonizavam com as novas questões que despontavam e que foram consolidadas na Mesa Redonda de Santiago. Todas estas novas questões, sintetizadas no conceito de Museu Integral, deslocavam o objetivo de estudo da Museologia de uma ênfase nas coleções, ou seja, no objeto musealizado, para as questões interativas do homem, da sociedade e da cultura e das funções sociais e de comunicação do museu nesta interação.

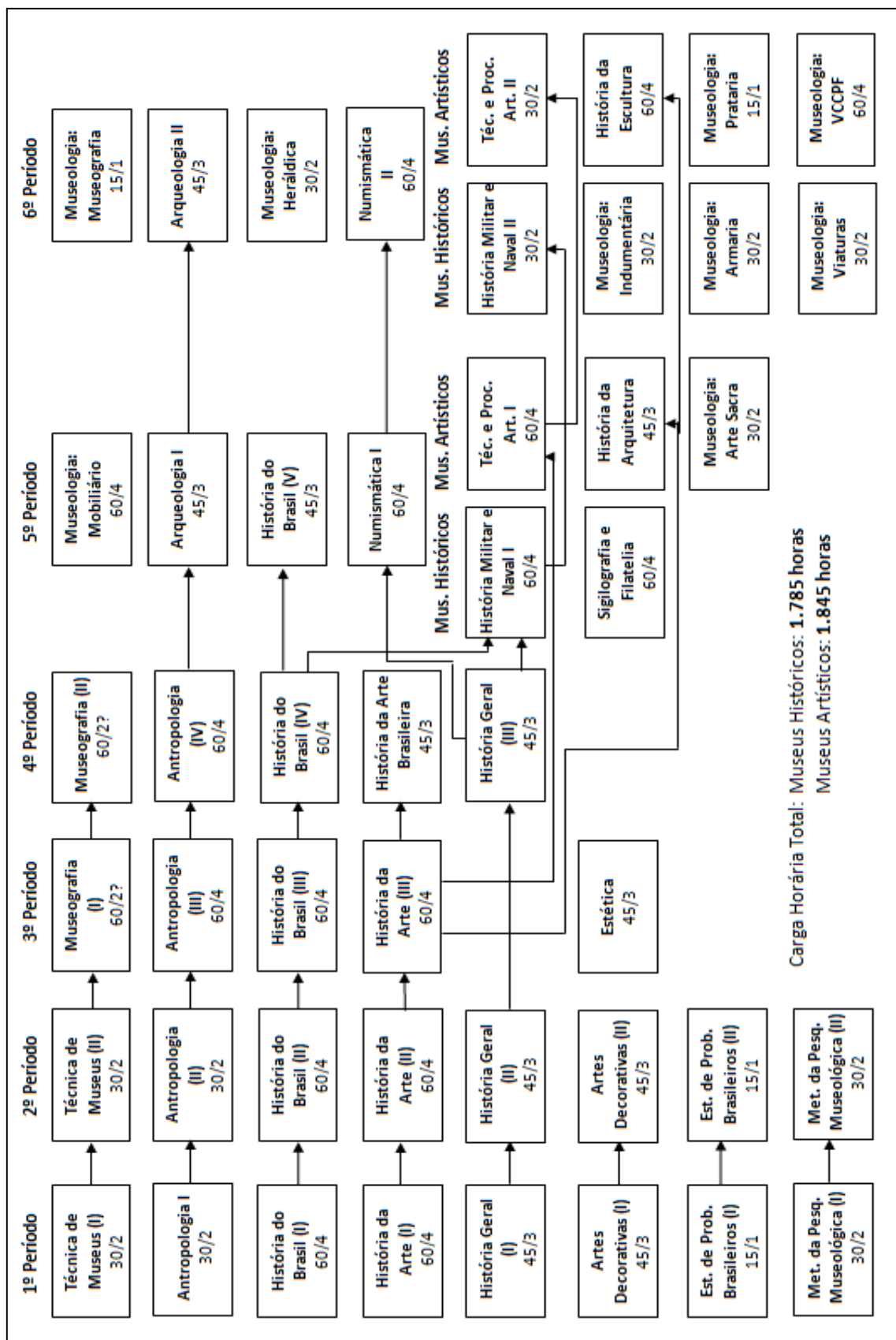


Fig. 06 - Currículo experimental oferecido pelo Curso de Museus do MHN aos ingressantes de 1973. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. IV. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

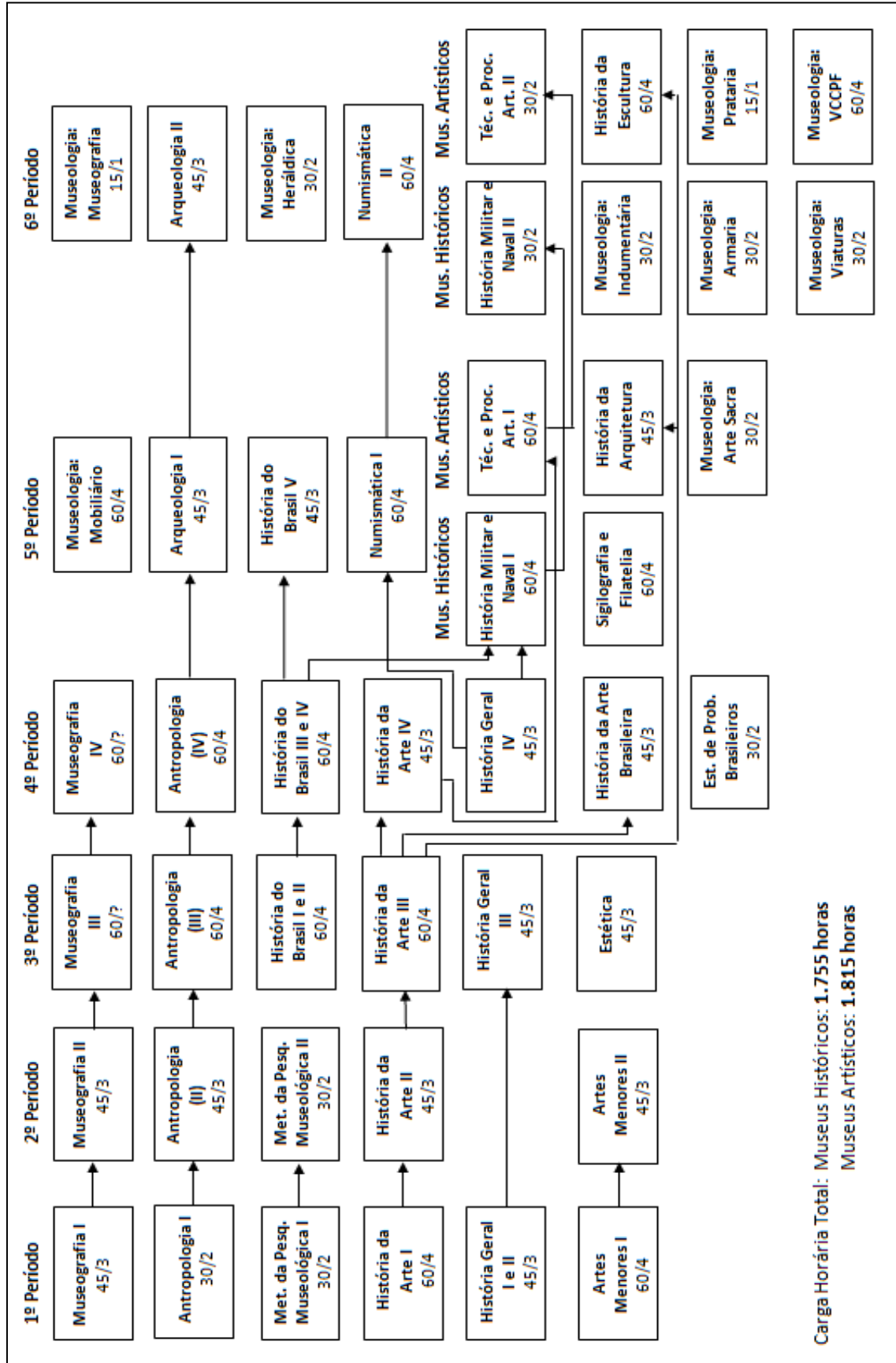


Fig. 07 - Currículo experimental oferecido pelo Curso de Museus do MHN aos ingressantes de 1974. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. V. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

2.3 – Consolidação das discussões: Reforma Curricular de 1975 e 1978

Em registro de ata da 3ª reunião do Conselho Departamental de 1974, de 8 de agosto de 1974, a subcoordenadora do Curso, Marilda Azevedo⁴⁵, colocou em pauta que o Curso de Museus não estava colocando em prática as determinações exigidas pelo Parecer CFE 971/69 e a Resolução 14/70, relatando que foram realizadas aplicações pontuais, ou seja, os currículos experimentais de 1970, 1971, 1973 e 1974, como vimos anteriormente, tendo como base a Matriz Curricular de 1966 (que vigorou até 1974). Este currículo possuía falhas em relação às novas normativas, como, por exemplo, a ausência das matérias Introdução ao Estudo da Ciência, Técnicas e Processos Artísticos e História Luso-Brasileira, além da discordância na denominação de certas disciplinas como História da Civilização, ministrada como História Geral, e Museologia e Museografia, ministradas como Técnica de Museus. Após esta observação realizada pela subcoordenadora, o Diretor do Museu Histórico Nacional e presidente da Reunião, Prof. Gerardo Câmara⁴⁶, e a Profª. Solange Godoy fizeram uma exposição do problema do número de professores e contratação de novos. Um fato corrente há anos no Curso de Museus que impedia inclusive, o oferecimento das habilitações em Museus de Ciência e Museus Escolares Polivalentes. Ao final da reunião, o Diretor do Museu, Prof. Gerardo Câmara disse estar tentando solucionar esta situação, com isso, a subcoordenadora solicitou aos professores que preparassem os programas das novas disciplinas que iriam constar no novo currículo. Era o início da Reforma Curricular de 1975.

Foi iniciada a reunião tendo a sub-coordenadora do Curso manifestado sua preocupação por haver verificado que o currículo mínimo de museologia, fixado pelo Parecer número 971/69, não vinha sendo cumprido. [...] O prof Gerardo Alves de Carvalho diz não ver como acrescentar outras disciplinas no atual currículo, sem contar com professores para lecioná-las, pois com o presente quadro não há a mínima condição de se fazer qualquer programação. Também a prof. Solange Godoy concorda com o prof. Gerardo e cita seu Departamento, composto de apenas duas professoras [...]. O Diretor respondeu aos profs Gerardo e Solange informando que se está empenhado no sentido da contratação de professores [...] não havendo, pois, razões para apreensão, tendo em vista que ao início do ano o impasse já deverá estar solucionado. A sub-coordenadora pede aos professores que preparem a relação de programas das novas disciplinas a serem incluídas em seus Departamentos, em face do Parecer 971/69, com os requisitos, número de créditos e outros elementos que julguem oportunos, já com vistas à programação para mil novecentos e setenta e cinco. (CURSO DE MUSEUS, 1974, p.3v-4)

⁴⁵ Funcionária do Museu Histórico Nacional responsável pela Secretaria do Curso.

⁴⁶ Gerardo Britto Rapozo da Câmara, formado pela Turma de 1943. Professor de História. Atuou no Museu Imperial e como Diretor do Museu Histórico Nacional e do Curso de Museus (1971-1985). Sócio fundador da Associação Brasileira de Museologia (ABM). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.60).

Na 4ª reunião do Conselho Departamental de 1974, ocorrida em 8 de outubro de 1974, o assunto discutido foi os problemas com a falta de professores, contratação de novos e pagamento dos existentes. Esta reunião também foi uma continuação da anterior, ocorrida em 8 de agosto. Com a implantação de um novo currículo com disciplinas seguindo o estabelecido no Parecer 971/69, ocorreu uma alteração nos Departamentos, ficando assim constituídos:

Departamentos do Curso de Museus: 01 - História da Arte I; 02 - História da Arte II; 03 - História da Arte III; 04 - História da Arte IV; 05 - Artes Menores I; 06 - Artes Menores II; 07 - Estatística e Crítica da Arte; 08 - Arte no Brasil; 09 - Técnicas e Processos Artísticos I; 10 - Técnicas e Processos Artísticos II; 11 - Arquitetura, 12 - Arte Sacra, 13 - Escultura; Departamento de História: 01 - História da Civilização I; 02 - História da Civilização II; 03 - História da Civilização III; 04 - História do Brasil I; 05 - História do Brasil II; 06 - História do Brasil III; 07 - História do Brasil IV; 08 - História do Brasil V; 09 - História Militar e Naval I; 10 - História Militar e Naval II; 11 - Estudo dos Problemas Brasileiros; 12 - Numismática I; 13 - Numismática II, 14 - Sigilografia; 15 - Filatelia; 16 - Heráldica; 17 - Diplomacia; 18 - Metodologia da Pesquisa Histórica. Departamento de Ciências: 01 - Introdução aos Estudos das Ciências; 02 - Antropologia I; 03 - Antropologia II; 04 - Antropologia IV; 05 - Arqueologia I; 06 - Arqueologia II; 07 - Biologia; 08 - Geologia e Mineralogia; 09 - Tecnologia Cultural; 10 - Zoologia; 11 - Botânica; 12 - Ecologia; 13 - Paleontologia; 14 - Folclore. Quanto ao Departamento de Museologia, o Presidente do Conselho disse ter de ser reformulado, sugerindo que o estudo fosse feito em outra oportunidade. (CURSO DE MUSEUS, 1974, p.5)

Após estas reuniões, o projeto da Reforma Curricular foi concluído e a proposta do novo Regimento do Curso de Museus, sendo encaminhada ao Conselho Federal de Educação para aprovação. Ao final do ano, o novo Regimento obteve aprovação pelo Parecer CFE 4.127/74, de 6 de dezembro de 1974. Com isso, no primeiro período de 1975, esta reforma curricular foi implantada. A partir de então, o Curso passa a ser oferecido em quatro anos, dividido em oito períodos, uma forma de se adaptar a uma estrutura universitária, e, como ocorrido anteriormente, há uma distribuição e aumento no número de disciplinas, cargas horárias e créditos. Foram implantadas as disciplinas de Museologia, compondo o eixo ministrante de Museologia, Exposição Curricular, Estágio Supervisionado Obrigatório e Trabalho de Conclusão de Curso, visando atender ao Parecer do CFE nº 971/69 e a Resolução CFE nº 14/1970. No que diz respeito a sua organização, o ensino no Curso seria ministrado em nível de graduação em Museologia, de pós-graduação⁴⁷, de especialização em Museologia para museólogos diplomados, bem como de aperfeiçoamento e extensão. As quatro habilitações em Museus Históricos, Artísticos, Ciência e Tecnologia e Escolares Polivalentes foram mantidas, e, deste momento em diante

⁴⁷ A ideia de um curso de pós-graduação em mestrado ou doutorado em Museologia nunca foi posto em prática. O primeiro curso implantado no Brasil e na América Latina, foi o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) UNIRIO/MAST. Em 2006 com o curso de mestrado e, posteriormente, oferecendo doutorado a partir de 2010.

o Curso passou a oferecer ao aluno uma formação geral em Museologia, como descrito no seu novo Regimento:

a) formar profissionais e especialistas de Museologia; b) realizar, desenvolver e incentivar a pesquisa no campo da Museologia; c) aprimorar processos, métodos e técnicas relativas aos problemas de Museus, e divulgar seus resultados; d) contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país; e) estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais” (grifo nosso) (BRASIL, 1974, p.1)

Após o término destas discussões, ao final do ano, o currículo, oferecido a partir deste ano, passou a ser disposto em quatro anos, dividido em oito períodos, não mais em séries anuais, uma forma de se adaptar à estrutura universitária. Com isto, houve um aumento no número de disciplinas, cargas horárias e créditos. Ocorre uma mudança conceitual claramente percebida a partir da denominação das disciplinas. A transformação mais significativa, de fato, refere-se à antiga disciplina Técnica de Museus que, desde o ano anterior havia sido transformada em Museografia e agora, desmembrada em várias outras que irão constituir a formação de Museologia teórica e prática, sendo o eixo principal da formação do profissional, foram criadas as disciplinas: Museologia I, II, III, IV, V e VII e Museografia I, II, III e IV. Além de ser instituída a Exposição Curricular (ainda em caráter experimental), assim como o Estágio Supervisionado Obrigatório, oferecido em módulos: Técnicas de Registro Museológico, Conservação-Restauração de Bens Culturais, Administração e Dinâmica de Museus e Pesquisa Museológica, que, futuramente, se transformaria no Trabalho de Conclusão de Curso. Em relação às outras disciplinas, podemos perceber que a disciplina de Etnografia é transformada em Antropologia I, II e III. As disciplinas de História são estruturadas de História da Civilização I, II, III e IV, e História do Brasil I, II, III, IV e V, e as de História da Arte em História da Arte I, II, III e IV e Arte no Brasil I e II. São criadas as disciplinas Introdução ao Estudo das Ciências, Ciências Sociais e Metodologia da Pesquisa Histórica I e II⁴⁸.

⁴⁸ Metodologia da Pesquisa Histórica I era oferecido um conteúdo relacionado à metodologias de pesquisa como seleção e definição de tema a ser pesquisado, coleta de informações, fontes, questionários, entrevistas, técnicas de fichamento, amostragem, organização e formatação de monografia, quanto que em Metodologia da Pesquisa Histórica II tinha seu conteúdo voltado para Historiografia

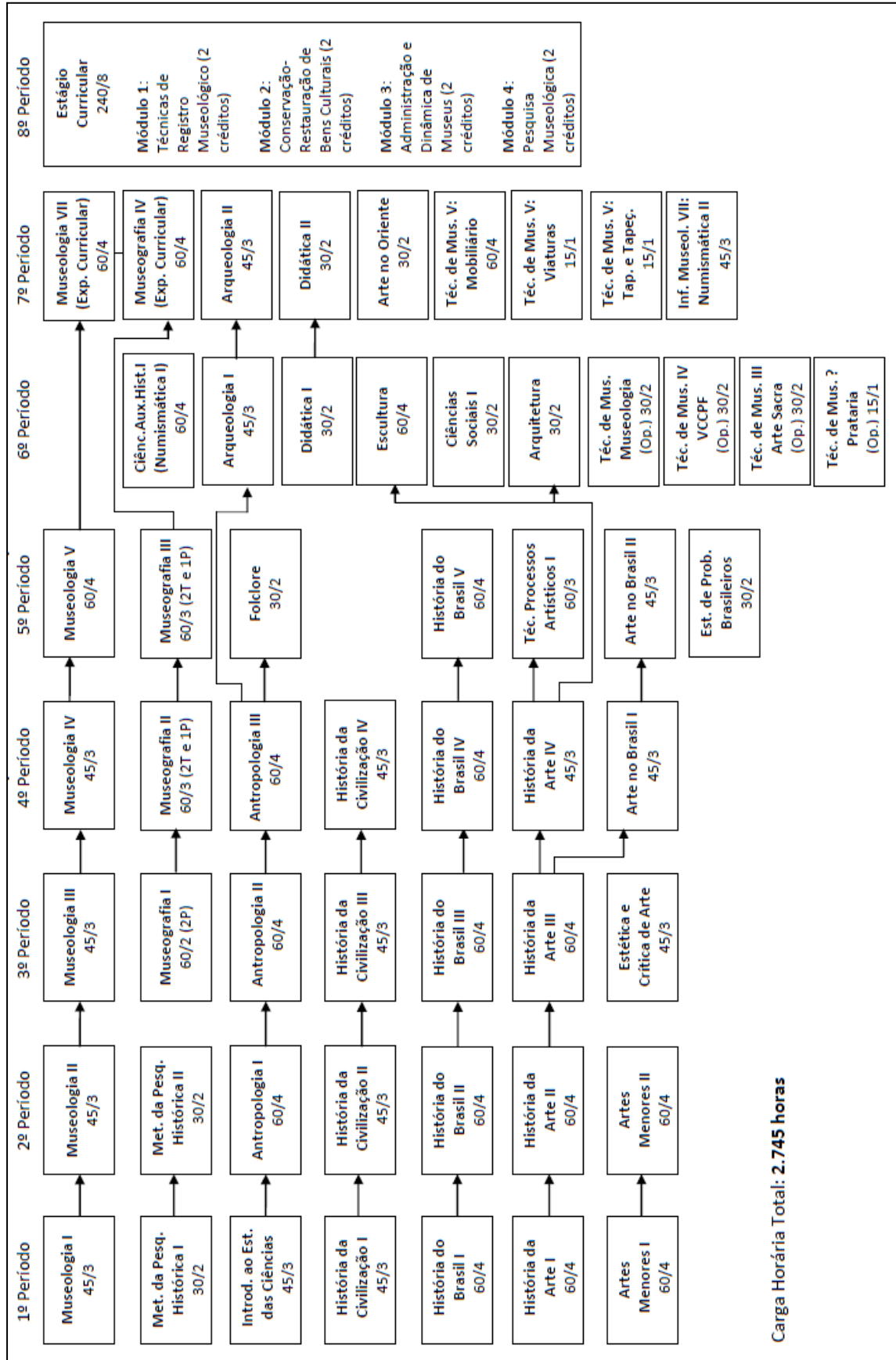


Fig. 08 – Matriz Curricular do Curso de Museus do MHN implantada em 1975. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. VI. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

Esta importante Reforma Curricular, ainda passará por modificações nos três anos seguintes até sua definitiva conclusão em 1978. Todas estas mudanças foram registradas nas atas do Conselho Departamental, e, além de podermos discorrer sobre todas estas discussões ocorridas, veremos ainda, que a memória e influência de Gustavo Barroso também se fazia presente entre os professores.

Em Reunião Extraordinária do Conselho Departamental de 15 de janeiro de 1975, ficou explicado que como orientado pelo CFE, os alunos matriculados em 1973 e 1974 continuariam cursando o currículo vigente no ano de seu ingresso, com isso, terminariam o curso em 1975 e 1976, ou seja, em três anos. Já os ingressantes em 1975, seriam matriculados no novo currículo que foi aprovado pelo Parecer CFE 4.127/74, como comunicado nesta reunião pelo Prof. Gerardo Câmara, Presidente do Conselho, que ainda expôs os esclarecimentos a ele recebidos em reunião com a Prof. Nair Fortes Abu-Mehry, relatora do processo de aprovação do novo Regimento do Curso de Museus e do respectivo currículo no Conselho Federal de Educação, acerca dos procedimentos para a reforma curricular.

[...] a) que o conteúdo do currículo e do regimento não é irremovível e que o Conselho Federal de Educação poderá alterar títulos e grupamentos de matérias por solicitação da direção do Curso de Museus, só não sendo possível alterar-se o tronco comum das mesmas; b) que para tanto tornar-se necessário que se convoque inicialmente uma reunião do Conselho Departamental para recebimento e estudo das emendas a serem feitas; c) que numa segunda reunião do Conselho Departamental, após estudo e discussão final das emendas propostas sejam as mesmas redigidas e aprovadas por esse Conselho; d) que a direção do Curso de Museus, através do Museu Histórico Nacional, submeta finalmente as modificações aprovadas à homologação do Conselho Federal de Educação. Esclareceu mais o Senhor Diretor que, segundo lhe foi informado pela Senhora Conselheira Professora Nair Fortes Abu-Mehry, em cada ano poderá ser feita uma Resolução Regimental nesse sentido, pelo que encareceu o Senhor Diretor a necessidade de que as proposições a respeito sejam estudadas e aprovadas pelo Conselho Departamental até o mês de outubro. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1975, p.6v-7)

Com a implantação da matéria Ciências Auxiliares da História, os professores de Sigilografia e Numismática foram transferidos para o Departamento de Ciências Sociais.

Na Reunião Ordinária do Conselho Departamental de 6 de agosto de 1975, foi discutido as disciplinas que irão compor as matérias de Museologia e Museografia. Nesta reunião ficou decidido que o programa de Museografia III seria destinado à Documentação de acervos, sendo a terminologia utilizada para este fim, a mesma existente na antiga disciplina Técnica de Museus. O Prof. Gerardo Câmara, informou que esta medida seria no intuito do aluno voltar a ter uma formação de uma linguagem técnica ao invés da acadêmica.

Ainda nesta reunião ficou decidido que a matéria Ciências Auxiliares da História seria composta de Numismática, Heráldica, Sigilografia e Filatelia.

O Presidente especificou [...] o programa sintético de Museologia e Museografia [...]. De acordo com a explanação feita pelo Presidente, à Museografia III ficará afeta a Documentação, Classificação, Sistematização, Catalogação do acervo histórico, artístico, científico e tecnológico. Terminologia descritiva inseriu-se os assuntos da antiga Técnica de Museus. O Presidente explicou que a idéia será no sentido de padronizar o processo de fichamento de peças, dando maior ênfase ao acervo existente no país e procurando dar ao aluno uma informação técnica ao em vez de uma informação acadêmica, como vem sendo feito. [...] Discussão das disciplinas que devem compor a matéria Ciências Auxiliares da História (Numismática, Heráldica, Sigilografia e Filatelia). [...] O Presidente concordou que sejam mantidas as disciplinas, mas sugeriu que de futuro nada implica se sejam inseridas outras, como iconografia, diplomática, etc., que faziam parte da antiga Técnica de Museus. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1975, p. 17v.)

Em ata de Reunião Ordinária da Coordenadora do Curso de Museus com os Chefes dos Departamentos, em 3 de setembro de 1975, a Prof^a Therezinha Sarmiento informou que a carga horária prevista para Mobiliário era pequena, por isso, não poderia incluir no programa a parte de Mobiliário Brasileiro. Em seguida, a Coordenadora do Curso, Prof^a. Anna Barrafatto, informou que esse problema poderia ser contornado com a modificação do currículo e da carga horária do Curso de Museus.

Neste mesmo dia, durante a 7^a reunião do Conselho Departamental de 1975, ocorreu a primeira discussão do plano elaborado pela Coordenação do Curso de Museus, modificando o currículo e a carga horária do Curso inseridos em seu Regimento, aprovado pelo Parecer CFE 4.127/74. Durante a reunião foram feitas observações sobre o conteúdo da matéria Ciências Auxiliares da História, sobre a distribuição de cargas horárias e créditos de disciplinas, inclusive as de Museologia e Museografia que deveriam compor um terço das demais disciplinas. O Prof. Gerardo Câmara sugeriu aos professores do Departamento de Museologia para que se inteirassem de literatura técnica estrangeira especializada, como as produzidas pelo ICOM, para que assim, suprissem a carência de bibliografia das disciplinas. Esta fala do Prof. Gerardo Câmara evidencia dois fatores, a intenção em atualizar o conteúdo das disciplinas com uma bibliografia mais recente e, ainda, demonstra não só sua vontade, mas a da maioria dos professores em manter a base de ensino do Curso predominantemente técnica.

Igualmente nesta reunião, podemos observar a forte influência de Gustavo Barroso no Curso, através das falas da Prof^a. Gabriella Pantigoso e da Prof^a. Therezinha Sarmiento ao afirmarem que, com a Reforma Curricular em andamento, o Curso de Museus voltaria a oferecer uma formação conforme seu objetivo original, ou seja, uma perspectiva mais

técnica do que conceitual, segundo idealização de seu criador, corroborando a fala do Prof. Gerardo Câmara.

Ainda foram dadas instruções técnicas do funcionamento do sistema de créditos.

[...] O Presidente informou que leu as modificações e as achou boas. No entanto, deve ser feito um reparo nas disciplinas que compõem a matéria Ciências Auxiliares da História, uma vez que Armaria, Indumentária e Filatelia devem ser inseridas em Museologia. Quanto a distribuição de cargas horárias e créditos está perfeita. A Professora Dulce propôs que se desligue Sigilografia de Filatelia e em Ciências Auxiliares da História sejam incluídas as disciplinas Cronologia e Epigrafia, o que o Presidente concordou. A Professora Maria Gabriella e Therezinha Sarmiento apartearam dizendo que o currículo que vinha sendo ministrado ultimamente no Curso de Museus fugia a sua finalidade. Com as modificações que estão sendo feitas o Curso de Museus voltará ao tempo em que na realidade atingia ao seu objetivo, cuja orientação e programação foi obra do Professor Gustavo Barroso. O Diretor alertou que as cargas horárias de Museologia e Museografia devem perfazer, no mínimo, um terço da carga horária de outras disciplinas. Como não existe uma bibliografia especializada para o estudo dessas disciplinas, o Presidente sugeriu que o Departamento de Museologia fizesse um intercâmbio com entidades estrangeiras, como por exemplo o Centro de Informações do ICOM em Paris, a fim de colher material técnico. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1975, p. 18v-19)

Ainda em setembro, no dia 23, em Reunião Extraordinária do Conselho Departamental foi solicitado pela Prof^a. Therezinha Sarmiento uma nova retificação para inclusão das disciplinas Museografia e Museologia no sexto e sétimo período, uma vez que, segundo ela, “se essas disciplinas terminarem no quinto semestre haverá um hiato, pois serão novamente estudadas no estágio supervisionado, que consta ao oitavo período” (CURSO DE MUSEUS, 1975, p.20v). Após proposta, a Prof^a. Anna Barraffatto solicitou que se apresentasse na próxima reunião a proposta por escrito para ser apreciada pelos membros do Conselho.

No mês seguinte, em 10 de outubro, na segunda reunião departamental para a discussão do novo currículo de Museologia, dando-se continuidade a alocação, distribuição e modificações das disciplinas. A Prof^a. Therezinha Sarmiento, Chefe do Departamento de Museologia, apresentou proposta da disciplina Museologia Específica, oferecida no nos 6º e 7º período e, ainda, solicitou a Prof^a. Dulce Ludolf, Chefe do Departamento de Ciências Sociais, reunião para distribuição de disciplinas nos respectivos departamentos. Por sua vez, a Prof^a. Dulce Ludolf orientou aos professores do Curso que o currículo contemplasse toda a prática museológica para uma melhor formação do aluno.

[...] a Coordenadora deu a palavra à Professora Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmiento que apresentou, em três vias, proposta para inclusão da disciplina Museologia Específica na Parte Diversificada do currículo do Curso de Museus. [...] desdobrada nas disciplinas Museologia Específica I

com a carga horária de 120 horas e Museologia Especifica II com carga horária de 120 horas, totalizando 240 horas, disciplinas estas que serão incluídas nos 6º e 7º semestres. [...] A Professora Dulce Ludolf insistiu, com os demais membros do Conselho Departamental, para que a distribuição das matérias e disciplinas seja a mais objetiva possível de modo que os alunos possam ter melhor base para identificação, classificação e catalogação de peças e seu fichamento. A Professora Therezinha solicitou à Chefe do Departamento de Ciências Sociais uma reunião para estudo das disciplinas que integrarão o Departamento de Museologia e o Departamento de Ciências Sociais, no que foi atendida pela professora Dulce Ludolf. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1975, p.21-21v)

No dia 29 deste mesmo mês, em Reunião Extraordinária do Conselho, a discussão do currículo prosseguiu com a apresentação de um quadro demonstrativo pela Coordenadora do Curso, Profª. Anna Barrafatto, sobre o aumento da carga horária do tronco comum do currículo e inclusão de duas disciplinas na parte diversificada no Departamento de Museologia e modificação sugerida pela Profª. Therezinha Sarmiento. A Profª. Barrafatto solicitou que se transferisse a matéria Estética do tronco comum para a diversificada de Habilitação em Museus Artísticos, mas o Prof. Gerardo Câmara, presidente do Conselho, foi contra, pois, como conta na Resolução CFE 14/70, que dispõe sobre o Currículo Mínimo dos Cursos de Museologia, esta matéria deve contar do tronco comum. Ainda entrou em pauta discussões de outras matérias como Ciências Auxiliares da História.

[...] A Coordenadora solicitou, caso seja possível o tronco Comum sofrer modificações, que a matéria Estética passasse para a Parte Diversificada – Habilitação em Museus de Arte, ou constasse do currículo do curso de mestrado ou doutorado, por exigir pré-requisito de conhecimentos de Filosofia, com o que a Chefe do Departamento de Arte concordou plenamente. O Presidente foi de opinião contrária, informando que pela Resolução quatorze barra setenta, Estética está incluída no Tronco Comum, servindo de base para o estudo de outras disciplinas na parte Diversificada. A Professora Anna Barrafatto argumentou em defesa de seu ponto de vista mas aceitou a opinião do Diretor. A Professora Dulce Ludolf perguntou se o Presidente estava de acordo que as disciplinas cronologia, epigrafia, Paleontologia e Diplomática compusessem a matéria Ciências Auxiliares da História. O Presidente concordou, salientando que essas disciplinas fossem dadas de forma sucinta por não existir acervos nacionais que exija um estudo minucioso das mesmas frisando, na ocasião a necessidade de se formar museólogos com uma mentalidade brasileira. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1975, p.23-23v)

Durante reunião do Conselho Departamental de 8 de novembro de 1975, discutiu-se sobre as indicações do programa de Museologia a serem inseridas no Regimento aprovado pelo Parecer CFE 4.127/74. Nesta reunião prosseguiram-se, principalmente, as apreciações de propostas e análise da distribuição de carga horária no Departamento de Museologia. Ficou decidida que haveria uma nova reunião para deliberar sobre esta discussão.

[...] foram estudados os planos apresentados pela Coordenadora e pela Chefe de Departamento de Museologia, tendo a Professora Anna Barrafatto

informado que caso a Professora Therezinha Sarmiento achasse excessiva a carga horária de duzentas e quarenta horas destinada à Parte Diversificada, a mesma deveria ser diminuída. A Professora Therezinha Sarmiento concordou que fosse mantida essa carga e propôs que se analisasse nova reunião para o estudo final do assunto no dia doze de novembro [...] com a participação do Professor Gerardo Britto Raposo da Câmara e das Professoras Anna Barrafato, Octávia Corrêa dos Santos Oliveira e Tereza Cristina Guimarães Moletta⁴⁹. O Presidente concordou e frisou que o Tronco Comum só pode sofrer modificação no que diz respeito à distribuição de disciplinas e respectivas cargas horárias. A Coordenadora alertou que a reunião programada deve ter por objetivo solucionar o problema de programação, distribuição de disciplinas e cargas horárias, não interferindo na carga horária do Departamento de Museologia. Como ficou estabelecido será de mil e noventa e cinco horas, incluindo duzentas e vinte e cinco horas destinadas a estágio supervisionado. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1975, p.24-24v)

Após estas discussões ocorridas neste ano, 1975, o Curso de Museus ficou assim oferecido para o primeiro semestre de 1976:

⁴⁹ Nome de solteira da Prof^ª. Dr^ª. Tereza Cristina Moletta Scheiner. Formada pelo Curso de Museus do MHN, habilitação em Museus Científico (1970), Licenciada e Bacharel em Geografia, UERJ (1977/78); Mestre (1998) e Doutora em Comunicação pela ECO/UFRJ (2004). Professora do Curso de Museologia desde a década de 1970. Coordenadora do PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. Membro-fundadora e Consultora Permanente do ICOFOM-LAM. Presidente do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) (1998/2000). Membro do Conselho Executivo, ICOM (2004/2010). Vice-Presidente do ICOM (2010/2016). Criadora e Consultora Permanente do Comitê Internacional para Museologia do Conselho Internacional de Museus (ICOM) – para América Latina e Caribe (ICOFOM LAM). Membro do Comitê Internacional para Treinamento de Pessoal (ICTOP).

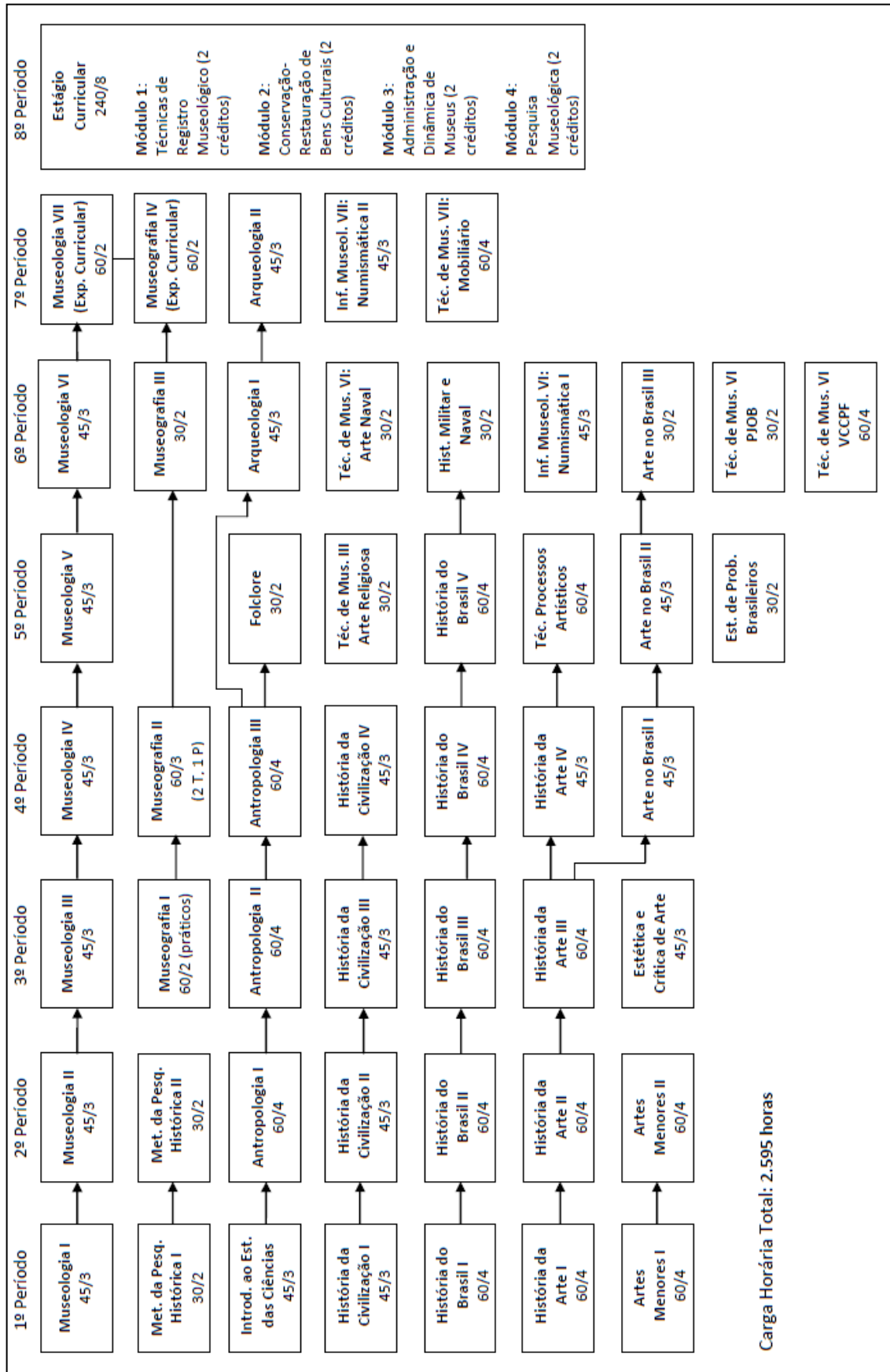


Fig. 09 - Currículo oferecido pelo Curso de Museus do MHN / Curso de Museologia da FEFIERJ entre 1976 e 1977. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. VII. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

Ao iniciar o ano de 1976, o Conselho Departamental reuniu-se em 7 de janeiro, para resolver as modificações que seriam inseridas no currículo e a carga horária das disciplinas Museologia e Museografia. A Prof^a. Therezinha Sarmiento apresentou um quadro elaborado pelas três professoras do Departamento – Prof^{as}. Therezinha Sarmiento, Tereza Moletta Scheiner e Octávia Corrêa dos Santosa – em que se expõem as modificações do currículo e carga horária das disciplinas Museologia e Museografia.

[...] O Presidente concordou com as modificações, esclarecendo, entretanto, que de acordo com o que despõe o Regimento e a Resolução catorze barra setenta, as disciplinas Museologia Especial quatro e cinco devem permanecer no Tronco Comum e não passar para a Parte Diversificada, como consta do quadro apresentado. A Professora Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmiento informou que pedirá à Professora Tereza Moletta para reformular o quadro de acordo com os esclarecimentos prestados pelo Presidente. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1976, p.27)

Em reunião do Conselho Departamental, ocorrida em 29 de setembro de 1976, foi enfatizado, pela Prof^a. Therezinha Sarmiento, aos professores sobre a necessidade de se formar profissionais qualificados para exercer a profissão. Afirmou ainda que o museu não se restringe a expor objetos, é preciso antes classificar, identificar, catalogar, etc. para então se realizar a exposição. Por isso mesmo, o profissional formado pelo Curso deve ser entendido de todo este processo. Logo após, outros professores se manifestaram informando que em suas disciplinas estas práticas de processamento técnico de acervos já são aplicadas. Logo após, a Prof^a. Maria Gabriella Pantigoso informou que a professora de Museologia, Kátia Braune, solicitou sua ajuda para montar uma exposição e uma das salas do Curso de Museus, esta proposta seria o início do que a partir de 1978 se tornaria a Exposição Curricular, sendo a primeira realizada sob o tema “Fragmentos da vida social brasileira”, ocorrida entre 19 e 22 de junho.

[...] a Professora Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmiento, Chefe do Departamento de Museologia, que afirmou ser necessário para a formação básica de um museólogo o conhecimento da classificação de objetos que compõem o acervo de um museu. A ideia de museu como apenas uma exposição é profundamente errada. Essa medida visa a preparar museólogos capacitados, que possam substituir os que se aposentam. A Coordenadora disse que a ideia de um museu vitrine não era esposada pelo Curso de Museus, pois todos os seus professores estão cônescios do que seja um Curso de Museologia, isto é, um curso que se destina a preparar pessoal apto para identificar, classificar, catalogar, etc., e por fim expos, dentro das técnicas apresentadas, as peças depois de selecionadas, de compõem o acervo de um museu. A Chefe do Departamento de Arte informou que a ideia desposta pela Professora Therezinha Sarmiento já vem sendo posta em execução desde o início do Curso. Em escultura, de cuja disciplina é professora, isto se verifica através de nomenclatura, ficha de nomenclatura, ficha de classificação, com descrição e comentário histórico, de todas as esculturas estudadas [...]. A Professora Dulce Ludolf aparteu dizendo que em relação à sua disciplina, Numismática, principlamente no quinto semestre, são ensinados todos os termos técnicos, procedimentos em relação à classificação das moedas, elaboração de fichas técnicas,

diante do conhecimento da nomenclatura e exigida a aplicação correta de todos esses termos técnicos, [...]. A Professora Maria Gabriella afirmou, também, que em suas aulas, [...] como o Professor Gerardo Alves de Carvalho já fazia, existe a preocupação de se dar ao aluno conhecimento da terminologia adequada para que ele tenha condições de aplicá-la na parte prática. Comunicou que a Professora de Museologia, Kátia Braune, solicitou sua cooperação para montarem uma exposição em fins de novembro, de cerca de vinte peças, na sala cinco, cedida pela Coordenação. Essa exposição demonstrará a integração dos departamentos, no que tange à orientação didática do Curso de Museus. O Diretor aprovou plenamente o plano da exposição. A Coordenadora louvou o trabalho das chefes dos Departamentos, integradas no mesmo objetivo de preparar museólogos capazes de exercerem, futuramente, sua profissão. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1976, p.38-38v)

No final do ano, em 30 de novembro de 1976, o Conselho Departamental reunindo-se mais uma vez, foi solicitado a Prof^a. Therezinha Sarmiento, Chefe do Departamento de Museologia, os programas detalhados de Museologia V e Museografia III, constantes do tronco comum do Curso, além dos programas das diversas disciplinas que irão compor as Museologia Específica I e II “[...], com a carga horária de duzentas e quarenta horas, sendo cento e vinte horas no sexto semestre, e cento e vinte horas no sétimo semestre. [...]” (CURSO DE MUSEUS, 1976, p.40v). Também nesta reunião foi esclarecido pelo Prof. Gerardo Câmara, Presidente do Conselho, que havia entrado em contato com o Diretor da Secretaria Executiva do CFE, no qual foi informado que o Curso poderia aumentar a carga horária dos Departamentos mediante posterior comunicação ao CFE. Com isto, o problema com falta de carga horária no Departamento de Museologia, que há tempo tem sido solicitado por sua chefe, ficaria resolvido. Ainda neste ano, foi acrescentada a disciplina Museologia VI, no sétimo período, aumentando, de dez para onze, o número de disciplinas no eixo principal do Curso. As propostas para as modificações no currículo com objetivo de sanar este problema foram apresentadas durante a 1^a reunião ordinária de 1977, ocorrida em 12 de janeiro.

[...] a chefe do Departamento de Museologia apresentou as modificações sugeridas pelas Professoras do Departamento, conforme ficou resolvido na Reunião do Conselho Departamental do dia 30 de novembro de mil novecentos e setenta e seis. O assunto foi posto em discussão, sendo vetadas as modificações referentes ao Tronco Comum por alterarem o plano curricular. A Parte Diversificada foi aprovada por se tratar da introdução de disciplinas omitidas no Regimento em vigor e conseqüentemente no aumento de carga horária do Departamento de Museologia. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1977, p.41v)

Ao término da reunião, a Prof^a. Anna Barraffatto, Coordenadora do Curso, perguntou a Prof^a. Therezinha Sarmiento por que não foram previstas as cargas horárias para as disciplinas referentes às Habilitações em Museus de Ciências e Museus Escolares Polivalentes constantes do Departamento de Museologia. A Professora Therezinha Sarmiento disse que este assunto seria colocado na pauta do Departamento assim que as

duas habilitações fossem de fato implantadas. Vale lembrar que, neste momento, os problemas com a falta de professor ainda persistiriam.

Posteriormente, esta inclusão de disciplinas e alteração de carga horária realizada pelo Departamento de Museologia receberam pequenas alterações, na reunião ordinária de 20 de maio de 1977, pela coordenação do Curso de Museus com a finalidade de se encaixarem dentro das 27 horas de carga horária semanal do Curso, pois o plano apresentado totalizava 33 horas semanais. As horas semanais em excesso foram convertidas como disciplinas optativas.

[...] O Senhor Presidente, depois de ter ouvido as reivindicações da Chefe do Departamento de Museologia, esclareceu que o plano apresentado pela Chefe do referido Departamento e aprovado pelo Conselho Departamental na Reunião de doze de janeiro de mil novecentos e setenta e sete, havia sido modificado para ser submetido à nova discussão, uma vez que constatou-se um excesso de quatro horas semanais para o sétimo semestre – Museu de Arte. A carga horária semanal do Curso de Museus é de vinte e nove horas. O Plano apresentado era de dez horas que somadas à carga horária do plano curricular, vinte e três horas, perfaziam um total de trinta e três horas. A Chefe de Departamento de Museologia contestou a inclusão dessas disciplinas como optativas, achando que as mesmas deviam fazer parte do currículo pleno do Curso de Museus. O Senhor Presidente esclareceu que o currículo pleno é formado por disciplinas do plano curricular e de disciplinas complementares eletivas ou optativas, e que o aluno desde que se matricule em uma dessas disciplinas é obrigado a cumpri-la. O Senhor Presidente esclareceu ainda, que o resolvido na Reunião de treze de abril passado não colide com as modificações propostas pelo Departamento de Museologia. O importante é que o assunto seja resolvido de imediato para que os alunos do sexto semestre, que se matricularão no próximo período letivo, não sejam prejudicados. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1977, p.42)

Com o objetivo de incluir no currículo disciplinas complementares (optativas) para preencher lacunas deixadas pelas disciplinas da antiga Técnica de Museus, que não foram inseridas no plano de reestruturação, o Presidente do Conselho, Prof. Gerardo Câmara, apresentou para aprovação dos membros a Normativa nº01/77, que dispõe sobre a inserção das disciplinas supracitadas, e a Normativa nº02/77, que estabelece normas de matrículas nas disciplinas isoladas, em reunião do dia 13 de abril de 1977. Logo em seguida a Prof^a. Tereza Moletta Scheiner sugeriu que estas disciplinas fossem direcionadas ao “campo da Museologia” que, neste momento, já se faziam mais atuais à formação do profissional de Museus. Após as discussões e sugestões as normativas foram aprovadas e passaram a vigorar a partir do segundo semestre de 1977. Neste momento, a reforma curricular iniciada três anos antes, em 1974, já atendia as normativas estabelecidas pelo Parecer CFE nº 971/69, e pela Resolução CFE nº 14/70, encontrando-se estável e em fase final de conclusão, fazendo com que o Curso de Museus se encontrasse num momento bastante propício para a sua transferência de um estabelecimento de ensino superior isolado para

uma estrutura universitária, como estabelecido no texto da Reforma do Ensino Superior de 1968, Lei nº 5.540, de 28 de novembro.

A Professora Tereza Cristina Scheiner sugeriu que as disciplinas complementares deveriam ser especiais do campo da Museologia mais necessárias a seu ver, que as da antiga Técnica de Museus que ficariam a cargo de outros Departamentos. Todos os membros do Conselho concordaram [...]. A Coordenadora informou que a inclusão das disciplinas da antiga Técnica de Museus foi exatamente defendida pela chefe do Departamento de Museologia, informou, ainda, que o estudo para essa inclusão fora várias vezes alterado pela referida chefe, quando as disciplinas e cargas horárias, alongando-se as discussões por quase dois anos e resultando, por isso mesmo, improfícua até hoje. [...] O Presidente do Conselho Departamental afirmou que hoje o Curso de Museus está administrativamente e pedagogicamente organizado, o que não acontecia há cinco anos atrás. O que se fez nestes últimos três anos foi muita coisa em termos de ajuste e agora o Curso pode passar tranquilamente para a FEFIERJ ou ora a Universidade. Presumimos estar fazendo o que é correto. Materialmente não se pode solucionar todos as lacunas, mas estamos caminhando dentro da realidade. O Presidente deu então início a discussão do item 1, dizendo que essa Normativa [01/77] abria um período e que outras viriam para reajustar o Curso de Museus, porque não se pode conceber um Curso cristalizado, o que hoje satisfaz amanhã estará caduco. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1977, p.42v)

Apesar da aprovação destas duas normativas, a Prof^a. Therezinha Sarmiento, Chefe do Departamento de Museologia, não apresentou o elenco das novas disciplinas optativas, como disposto em reunião do dia 22 de junho de 1977, pois, como já fora explicado anteriormente, não existia neste momento, ainda, recursos para a contratação de novos professores, impossibilitando o oferecimento das mesmas. Um problema que se prolongava há anos. Com isso, sugeriu aos membros do Conselho que fosse mantida o oferecimento das disciplinas constantes para o ano de 1977, ou seja,

[...] sexto semestre – Museus de Arte – Vidros, Cristais, Cerâmica, Faiança e Porcelana, setenta horas, quatro créditos; Prataria - quinze horas, um crédito; Arte Sacra - trinta horas, dois créditos; Museologia - trinta horas, dois créditos; Museus de História – Indumentária, trinta horas, dois créditos; Armaria - trinta horas, dois créditos; Arte Naval - trinta horas, dois créditos; Viaturas - quinze horas, um credito; Museologia - trinta horas, dois créditos. Essas disciplinas sendo ministradas, caso haja possibilidade de pagamento a professores conferencias. As disciplinas complementares ao sétimo semestre dependerão de posterior estudo. [...] (CURSO DE MUSEUS, 1977, p.49v)

Em março de 1978, mais exatamente no dia 22, ocorreu a primeira reunião ordinária do Curso de Museologia, a partir de então, nas atas do Conselho Departamental, o Curso passa a denominar-se não mais Museus e sim, Museologia. Com a passagem do curso para a FEFIERJ, os departamentos do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, foram automaticamente extintos. Foi criado dentro da estrutura do Centro de Ciência Humanas o Departamento de Museologia. Assunto que será abordado mais detalhadamente à frente. A

reunião foi presidida pela primeira Chefe do Departamento de Museologia da FEFIERJ, Prof^a. Gabriella Pantigoso, no qual ficou decidido que haveria uma redistribuição das matérias do Currículo visando uma melhor formação do Museólogo. Através desta reunião também podemos constatar que em 1978 ainda existiam alunos cursando o currículo oferecido em 1974, provavelmente os últimos. As disciplinas constantes no novo currículo valeriam como optativas para os que cursavam a antiga grade.

[...] A Professora Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmiento plenamente de acordo [...] enfatizou a necessidade da implantação urgente da nova medida. A Professora Maria Gabiella informou aos presentes que as alterações no Currículo foram submetidas à aprovação do Decano do Centro de Ciências Humanas, Professor Antônio Caetano Dias. Pelo Professor Diógenes foi lembrado que os alunos matriculados em mil novecentos e setenta e quatro, têm seus direitos garantidos pelo antigo Regimento do Curso de Museus, e que, deste modo, as disciplinas inscritas no novo Currículo, deveriam ser oferecidas como optativas. [...] O Professor Diógenes, salientou ainda, a importância de ser mantida, no Departamento de Museologia, a cadeira de Artes, sendo apoiado pela Professora Maria Lucila de Moraes Santos, [...] (CURSO DE MUSEOLOGIA, 1978, p.50v)

A seguir, em 23 de maio de 1978, foi estabelecida a alteração da carga horária da disciplina Metodologia da Pesquisa, solicitação da Prof^a. Gabriella Pantigoso, por observar que os alunos tinham dificuldades em realizar pesquisas com uma carga horária e 30 horas pela disciplina⁵⁰. A disciplina Tapetes e Tapeçarias foi ampliada em dois módulos, por solicitação da Prof^a. Liana Ocampo⁵¹, aliviando assim, a carga horária dos 6º e 7º semestre. E por fim, estabelecer normas e critérios para a disciplina Estágio Supervisionado, do oitavo e último período.

[...] Com referência, ao estágio do oitavo semestre, foi pela Professora Liana sugerido o sistema de módulos, os quais constariam de atividades extra-classe, atividades práticas, conhecimento e vivência do problema dos museus. Ao final do estágio, os alunos apresentariam um trabalho de monografia – pequena tese. Pela Professora Maria Gabriella foi esclarecido que esse estágio deveria ser realizado em museus que possuíssem um Corpo Técnico especializado, para orientação dos alunos. A sugestão foi aceita por unanimidade. [...] (CURSO DE MUSEOLOGIA, 1978, p.52)

Durante reunião ordinária em 19 de julho de 1978, foi tratado do currículo a ser adotado no 2º período letivo de 1978. Após várias discussões e sugestões apresentadas pelos professores, ficou decidido alguns ajustamentos, mas que seria mantida a grade curricular oferecida no primeiro período de 1978. A denominação das disciplinas que

⁵⁰ Podemos verificar através de um programa não datado de Metodologia da Pesquisa mas que, segundo o padrão existente, fora produzido entre 1978 e 82, este pedido da Prof^a. Gabriella Pantigoso fora atendido, pois consta carga horária de 45 horas.

⁵¹ Liana Rubi Teresa de Ocampo, formada pela turma de 1973. Bacharel em Humanidades. Especialização em Metodologia do Ensino Superior e em Educação Brasileira. Mestrado em Educação. Professora do Curso de Museologia ministrando disciplinas de Museologia. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.220).

compõe o eixo de História foi alterada. Estas mudanças não afetariam os alunos matriculados no antigo currículo, pois estes cursariam os programas constantes no currículo do ano de ingresso.

[...] Ficou deliberado que para os alunos ingressantes, assim como já acontecera no primeiro semestre de 1978, as disciplinas constantes da História da Civilização e da História do Brasil seriam condensadas e ministradas como História da Civilização I, integrando História Antiga e Medieval, com carga horária de 60 horas, anteriormente ministradas como História da Civilização I e II; História da Civilização II - História Moderna, com carga horária de quarenta e cinco horas, anteriormente História da Civilização III; História da Civilização III - História Contemporânea, com carga horária de 45 horas, anteriormente História da Civilização IV; História do Brasil I de Independência do século XVIII, com carga horária de sessenta horas, anteriormente História do Brasil I e II; História do Brasil II - 1º Reinado, com carga horária de 45 horas anteriormente H. do Brasil III; História do Brasil III - Brasil Império - Reinado de Dom Pedro II, anteriormente História do Brasil IV; História do Brasil IV - Proclamação da República até os dias atuais com carga horária de sessenta horas, anteriormente História do Brasil V. [...] (CURSO DE MUSEOLOGIA, 1978, p.52v-53)

Em relação ao eixo de História da Arte, com a retirada da matéria Artes Menores do currículo, ficou decidido que seria inseridas disciplinas que oferecessem em seu programa identificação de motivos decorativos e materiais utilizados pelas Artes, “[...] já que os objetos que são parte de variadas coleções são também o principal motivo de estudo por parte dos alunos.” (CURSO DE MUSEOLOGIA, 1978, p.53). Artes Populares foi mantida no currículo como Artes no Brasil III. E sugeriu-se o aumento da disciplina Metodologia da Pesquisa para melhor preparar os alunos à pesquisa. Ainda foram solicitadas e aprovadas outras propostas. A Prof^a. Helena Pavão⁵² informou que não mais seria possível oferecer a disciplina Instrumentos de Suplício, sendo proposto que a mesma fosse inserida em Armaria, como oferecida à época de Gustavo Barroso. A Prof^a. Celia Seabra⁵³ sugeriu que a disciplina Tapetes e Tapeçaria tivesse como pré-requisito das disciplinas História da Civilização, História da Arte I, II e III. Foi solicitado ainda o aumento da carga horária por outros professores em suas disciplinas, sendo o pedido aprovado na medida do possível. Por outro lado, as Prof^{as} Lucienne Symonowicz⁵⁴ e Tereza Scheiner solicitaram que as disciplinas Arte

⁵² Helena Pavão (falecida em 2013), formada pela Turma de 1976. Organizou e implantou o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra do Rio de Janeiro. Especialista em Arte Sacra e Artes Decorativas. Ministrou disciplinas de Museologia Aplicada a Acervos no Curso de Museologia. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.244).

⁵³ Célia de Almeida Seabra, formada pela Turma de 1960. Professora. Licenciada em Letras Neolatinas. Professora conferencista do Curso de Museologia na década de 1970. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.143).

⁵⁴ Lucienne Fernandes Symonowicz, formada pela turma de 1976. Especializada em Ação Educativa e Cultural nos Museus, pela UNIRIO, 1984. Criadora e fundadora do Museu Audiovisual Tenente Brigadeiro Nelson Wanderley. Realizou a pesquisa e catalogação da coleção Sofia Jobim no MHN. Professora de Arte Naval, Antropologia II e III, Museografia IV, no Curso de Museologia. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.245).

Naval e Armaria fossem incorporadas à História Militar e Naval, mas a sugestão foi rejeitada pelo colegiado.

Desta forma, a reforma curricular mais importante do Curso de Museus ocorrida nesta década que se iniciou no Museu Histórico Nacional, em 1974, que resultou na implantação da Matriz Curricular de 1975, passando por melhorias entre 1976 e 1978, juntamente com a transferência do Curso para uma estrutura de uma universidade, teve finalmente sua estrutura concluída com o oferecimento do primeiro currículo do já denominado Curso de Museologia da FEFIERJ.

Em síntese, o currículo oferecido ao final do ano de 1978 manteve praticamente a mesma estrutura estabelecida pela Reforma Curricular de 1975, as principais mudanças envolveram a implantação das disciplinas Introdução ao Estudo das Ciências, no primeiro período, e Monografia, no oitavo e último período e a criação de disciplinas obrigatórias relativas às práticas de exposição, resultando na realização da primeira Exposição Curricular do Curso de Museologia.

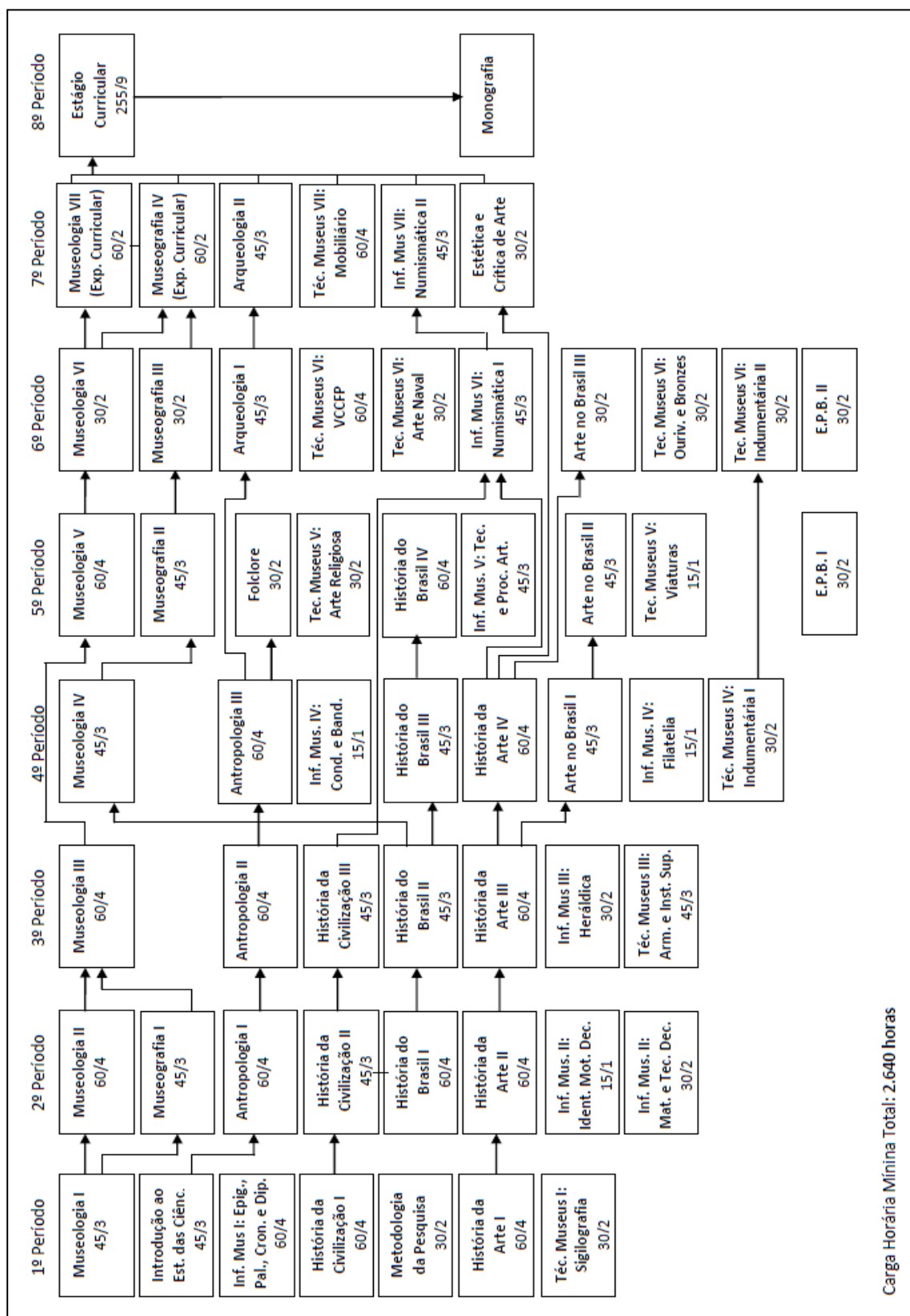


Fig. 10 – Matriz Curricular do Curso de Museologia da FEFIERJ implantada em 1978. Coleção Curso de Museus-Escola de Museologia. Caderno de Matrizes Curriculares. Vol. VIII, IX, X, XI. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

CAPÍTULO 4

ENSINO EM MUSEOLOGIA E MUSEOGRAFIA DURANTE A DÉCADA DE 1970

A disciplina que serviu de base para os experimentos ocorridos no decorrer da década de 1970, no que se refere ao ensino da Museologia, foi Técnica de Museus, que compunha o cerne do Curso de Museus, desde sua criação, em 1932. Foi idealizada e implantada por Gustavo Barroso, seu professor ministrante até 1951. A disciplina consistia, basicamente, de um conjunto de conhecimentos ligados à Museologia e à Museografia, bem como ao estudo de coleções. Estes estudos foram organizados por Gustavo Barroso e como apontado por Sá, “[...] condensados numa obra seminal, Introdução à Técnica de Museus, publicada em dois volumes, em 1946, e que resume tanto os conteúdos da disciplina como o próprio conceito do Curso” (2007, p.16). As referências por ele utilizadas ainda são obscuras, mas, analisando o primeiro volume do livro Introdução à Técnica de Museus, notamos a citação de vários textos estrangeiros especializados em Museus e Museografia, como os que foram publicados na revista *Mouseion* e em outras publicações do *Office International des Musées*, ambas publicações da UNESCO. Isto nos leva a crer que Barroso se baseou no estudo destas referências tornando-se, desta forma, um material único e que ainda hoje é de importância para a pesquisa no campo da Museologia no Brasil.

Como dito, a disciplina Técnica de Museus foi criada juntamente com o Curso de Museus em 1932, através do Decreto nº 21.129, de 07 de março deste mesmo ano, que, ao estabelecer a estrutura curricular, no Artigo 2º, dispunha o oferecimento da mesma no segundo ano do Curso (BRASIL, 1932, p. 4.414). Dois anos depois, com a aprovação do novo regulamento do Museu Histórico Nacional, pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, ocorreram mudanças pontuais na nomenclatura de disciplinas, mas Técnica de Museus permanece a mesma. No entanto, estes decretos não mencionam informações mais concretas sobre estas disciplinas, como conteúdo e carga horária.

Em relação à carga horária, um importante documento produzido pela Prof^a. Anna Barrafatto⁵⁵, em 1975, revela lacunas existentes nas matrizes curriculares mais antigas, como o real oferecimento das disciplinas e suas cargas horárias. Denominado de “Relação dos Currículos Adotados de 1932 a 1975” (BARRAFATTO, 1975), este trabalho consiste num estudo minucioso dos currículos oferecidos neste período em questão. As informações apresentadas pela Prof^a. Anna Barrafatto muitas vezes se confrontam com as existentes nos documentos oficiais, como é o caso da Técnica de Museus que, segundo ela, fora oferecida não apenas no segundo ano, como consta no decreto, mas sim no primeiro e segundo ano.

1º Ano:

⁵⁵ Anna Barrafatto (1913-99), formada pela turma de 1936. Museóloga do Museu da Cidade. No Curso de Museus ministrou disciplinas de História da Arte, História da Escultura, História da Arquitetura, Etnografia, Arqueologia, Numismática e Técnica de Museus, entre 1946 e 1953. Foi Chefe do Departamento de Arte (1966-74) e Coordenadora do Curso de Museus (1974-77). (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.37).

História do Brasil Colonial – 90 horas / Numismática (Parte eral) – 90 horas / História da Arte – 90 horas / Arqueologia – 90 horas / **Técnica de Museus – 90 horas**

2º Ano:

História do Brasil Independente – 90 horas / Numismática Especial – 90 horas / Arqueologia – 90 horas / **Técnica de Museus– 90 horas** (grifo nosso) (BARRAFATTO, 1975, p.1)⁵⁶

Esta discordância de informações pode ser resolvida a partir da análise dos históricos escolares dos alunos, produzidos pelo Curso desde 1932⁵⁷. No momento da matrícula, neles eram registrados os dados cadastrais do aluno e, no decorrer do Curso, seu histórico escolar com as disciplinas cursadas. Com isso, podemos observar que, de fato, Técnica de Museus era ministrada nos dois anos letivos do Curso, como fora indicado pela Profª. Anna Barrafatto. Nestas fichas, as disciplinas constantes para o primeiro ano neste período são: História do Brasil Colonial, História da Arte, Técnica de Museus, Numismática Geral e Arqueologia; e no segundo: História do Brasil Independente, Técnica de Museus, Numismática Especial e Arqueologia. Tanto o documento produzido pela Profª. Barrafatto quanto as fichas de matrícula não especificam qual a modalidade de Técnica de Museus era oferecido em cada ano.

Esta falta de documentação oficial quanto à carga horária e conteúdo se encerrará com a Reforma Curricular de 1944 já que, em seu Decreto de regulamentação, a matriz oferecida a partir de 1945, trás a disciplina Técnica de Museus distribuída nos três anos de duração do Curso: no primeiro ano, Técnica de Museus (Parte Geral) com 90 horas, que tinha como objetivo o estudo das funções

[...] sociais e educativas dos museus e compreenderá os seguintes tópicos: organização, arrumação, classificação, catalogação, adaptação de edifícios e noções de restauração (BRASIL, 1944, p.12474).

Prosseguindo, no segundo ano, Técnica de Museus (Parte Básica) com 90 horas, estudava-se a Cronologia e noções básicas de Epigrafia, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Bibliografia, e, no terceiro ano, Técnica de Museus (Parte Aplicada) igualmente com 90 horas, destinada a colocar em prática os “estudos feitos nas demais disciplinas aos problemas inerentes, respectivamente, aos museus históricos e de belas artes” (1944, p.12.474) onde o aluno era direcionado para um estudo específico da seção de museu escolhida para cursar. Visto isto, interessa-nos para esta pesquisa, a análise a disciplina Técnica de Museus (Parte Geral), pois é nela que se encontram e dará origem aos eixos programáticos destinados aos estudos da Museologia, Comunicação, Documentação,

⁵⁶ BARRAFATTO, Anna. **Curso de Museus Relação dos Currículos Adotados de 1932 a 1975**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 1975. p. 1.

⁵⁷ Inicialmente, desde 1932, os registros escolares dos alunos eram lançados nos livros de Assentamentos e, a partir de 1939, em fichas individuais, os históricos escolares.

Preservação e Pesquisa, “[...] os pilares básicos da Museologia contemporânea” (SÁ, 2007, p.16).

Apesar de se deduzir que o conteúdo oferecido em Técnica de Museus (Parte Geral) durante a vigência desta Matriz Curricular, ou seja, 1945 a 1966, foi o que se constatou no Decreto, alguns documentos formulados pelo Curso nos mostram o contrário. Em 1941, tendo em vista sistematizar o Decreto de 1932 que criou o Curso de Museus, Barroso elabora uma portaria com instruções normatizando o funcionamento do Curso e nela podemos observar os programas das disciplinas oferecidas, dentre elas, Técnica de Museus que, mesmo sendo apresentada de forma sintética, nos dá uma noção do que era ministrada. Técnica de Museus, do primeiro ano, dividida em quatro partes:

- 1ª parte – organização: finalidade, regulamentação, quadro de funcionários e estudos ou cursos.
- 2ª parte – arrumação: condições pessoais, gosto, propriedade, simetria, efeitos de luz, perspectiva e fundos.
- 3ª parte – catalogação: catálogos descritivos, catálogos comemorativos, fichários (cronologia e epigrafia).
- 4ª parte – classificação. (MHN, 1941, p.11-12)

Já Técnica de Museus, do segundo ano, lidava com os estudos de Heráldica, armaria, navios, viaturas, arquitetura, Indumentária, moveis, cerâmica e cristais, joias e prataria, pinturas e gravuras, instrumentos de suplício e mecanismos.

Outro documento produzido pelo Curso de Museus denominado “Instruções para Matrícula”, datado de 1956, cinco anos após o Mandato Universitário, estas instruções apresentavam, ao aluno ingressante, o funcionamento geral do Curso – exame vestibular, duração do ano letivo, corpo docente, horário, frequência, bolsa de estudos, excursões, etc. – assim como o currículo e suas disciplinas com os conteúdos programáticos. Técnica de Museus (Parte Geral), aparece com certas modificações ao que se observou no Decreto, pois está dividida em 20 unidades de ensino, contendo, nos quatro primeiros tópicos uma modificação dos seis constantes no Decreto juntamente com o que se previa para Técnica de Museus (Parte Básica), da segunda série:

- 1) Definições especiais de Técnica de Museus. Organização de Museus.
- 2) Arrumação. Regras e princípios técnicos.
- 3) Catalogação de objetos. Numeração, etiquetagem, catálogo e fichamento.
- 4) Restauração. Regras e princípios técnicos.
- 5) Noções de Bibliografia. História. Sistemas bibliográficos.
- 6) Classificação de livros. Regras bibliográficas. Abreviaturas, Encadernações.
- 7) Catalogação. Catálogos auxiliares. Timbragem e etiquetagem. Materiais do livro. Arrumação.
- 8) Diplomática. Psicografia. Noções Gerais.
- 9) Cronologia. Definição. Divisão. Cronologia Astronômica ou Matemática.

- 10) O Zodíaco. O ano solar. O ano lunar. O ano misto.
- 11) Ciclos Lunar e Solar. Letras Dominicais. Epacta. Número áureo.
- 12) Cronologia histórica. Eras. Épocas. Períodos. Páscoa. Festas Móveis.
- 13) Calendários. Táboas cronológicas.
- 14) Epigrafia. Definição. Sistemas e maneiras de escrita. Divisão.
- 15) Epigrafia rupestre e epigrafia egípcia.
- 16) Epigrafia cuneiforme, fenícia e aramaica.
- 17) Epigrafia sânscrita, helênica e latina.
- 18) Epigrafia rúnica, chinesa, khmer ou cambogiana.
- 19) Epigrafia azteca, calculiforme, targui e eslava.
- 20) Epigrafia moderna. (MHN, 1956, p.14-15)

Técnica de Museus (Parte Básica), se volta também para os estudos de coleções, mais especificamente, históricas e artísticas, sendo igualmente distribuídas em 20 pontos com conteúdos ligados às Ciências Auxiliares da História – Heráldica, Indumentária, Mobiliário, Arte Religiosa, etc. Com isso, podemos observar que, a partir do que foi apresentado através das informações extraídas deste documento, que a disciplina não tinha seu conteúdo estático, ele foi sendo modificado e adaptado com o passar dos anos. O outro fato interessante é que, à primeira vista, parece-nos que ocorria o oferecimento de uma grande quantidade de conteúdo por disciplina, mas devemos nos lembrar que, por disciplina, existia uma carga horária de 90 horas com a duração de um ano letivo cada.

Em 1951, Técnica de Museus deixa de ser ministrada por Gustavo Barroso, passando para sua ex-aluna e discípula, Prof^a. Octávia Corrêa dos Santos Oliveira que continuou seguindo o programa e o pensamento conforme idealizado por Gustavo Barroso para a disciplina.

Posteriormente, ocorreu a Reforma Curricular de 1966, aprovada pelo Decreto nº 58.800, de 13 de Julho de 1966, que institui o Regimento do Curso de Museus. A partir deste Decreto vemos que, em relação ao oferecimento da disciplina Técnica de Museus, praticamente nada mudou em relação ao currículo de 1944, mantendo-se, na primeira série a Parte Geral; na segunda série, a Parte Básica; e, na terceira série, a Parte Aplicada. Será deste currículo que a disciplina Técnica de Museus servirá de base para as primeiras reformas ocorridas durante a década de 1970.

Foi possível localizar um programa da disciplina Técnica de Museus oferecida na primeira série, datado de 1968, que corrobora o disposto nas “Instruções para Matrícula” e contraria novamente o Decreto que o regula. Denominada apenas como Técnica de Museus, com carga horária de 90 horas, divididas em 56 horas teóricas e 34 horas práticas e extracurriculares. Entretanto, no entanto, o que nos chama a atenção, é que, para o primeiro semestre, consta o oferecimento de Técnica de Museus (Parte Geral), com carga horária de 26 horas teóricas e 19 horas práticas e extracurriculares, perfazendo 45 horas do programa e disposta em sete pontos: 1. Introdução à Técnica de Museus; 2. Organização

geral do museu; 3. Coleções; 4. Inventário; 5. Exposição; 6. Restauração; e 7. Museus e a Educação (MHN, 1968, p.2). Já no segundo semestre, era ministrado a Parte Básica, igualmente com carga horária de 45 horas e em 8 pontos: 1. Paleografia; 2. Alfabeto; Escrita; 3. Diplomática; 4. Toponímia e Onomástica; 5. Chancelaria; 6. Gravura; 7. Cronologia; e 8. Epigrafia (MHN, 1968, p.3).

Este programa nos leva a crer que, até onde temos conhecimento, desde 1956, Técnica de Museus, era assim oferecida na primeira série, reunindo os conteúdos da Parte Geral e Básica, deixando-se para a segunda série, os estudos de coleções – Indumentária, Arte Sacra, Armaria, Cerâmica, Mobiliário, etc.

No que se refere ao conteúdo programático para a Parte Geral, segundo este programa de 1968, no primeiro tópico, Introdução à Técnica de Museus, baseando-se em publicações da UNESCO, era apresentado ao aluno definições e conceitos de Museu, Museologia e Museografia, além da classificação dos museus e o seu papel moderno na sociedade. O segundo tópico da disciplina, Organização, voltado para o que hoje conhecemos como Administração de Museus, era vista a parte organizacional da instituição museu, seus serviços administrativos e técnicos e o pessoal técnico especializado. Em Coleções, terceiro tópico, discutia-se os princípios de organização das coleções, suas categorias, além dos procedimentos de aquisição, numeração de objetos, conservação e preservação. No quarto tópico, Inventário, as tipologias e os princípios gerais de um inventário, bem como fichamentos e catálogos. Exposição, o quinto tópico, direcionava-se para as práticas expositivas, seus princípios gerais de apresentação, efeito estético e tipologias, além dos tipos de vitrines e suportes, iluminação e etiquetagem. No sexto tópico, Restauração, apresentava-se as normas e os princípios técnicos e práticos, bem como os procedimentos para a restauração de pinturas. Finalmente, no sétimo e último ponto, Museus e Educação, era analisada a relação entre estas duas áreas, as atividades educativas e de audiovisual. Este programa de aula tinha como objetivo demonstrar ao aluno

[...] o padrão da história da organização de museus, o que é essencial, o que é supérfluo, o que deve ser abolido ou eliminado; o mínimo a ser exigido e o máximo a ser adquirido em cultura. Como resolver os casos omissos, dado o modo de apresentação dos problemas, de modo prático. Destacar os itens mais importantes da parte geral, notadamente na arrumação, segundo o espaço apresentado, como aumenta-lo, apresentações relativas, sobre tudo às qualidades pessoais, ligadas às condições gerais, de modo a tirar do melhor proveito das mesmas. Na parte de restauração, o aluno estará apto a seguir a mesma, embora não a execute, orientando mesmo o restaurador no que dizer respeito à causa do estrago da peça, o local ou melhor o estudo do local em que está colocado, etc. Exigência do material absolutamente adequado a ser usado nas restaurações. (MHN, 1968, p.3)

Em relação às referências apresentadas neste programa, encontramos o primeiro volume de Introdução à Técnica de Museus, de Gustavo Barroso, já mencionado, a Revista *Museum*, publicação trimestral da Unesco, existente desde 1948, especializada na publicação de informações “[...] científicas y técnicas sobre los museos y el patrimonio cultural en una perspectiva de colaboración internacional”⁵⁸; e a revista ICOM News, igualmente criada em 1948, destinada a profissionais de museus com publicação de artigos, entrevistas, reportagens e notícias relacionadas a área; além de outras publicações da UNESCO não detalhadas, de material didático produzido pela Prof^a. Octávia Corrêa e objetos do acervo do MHN.

4.1 – PROFESSORES DE MUSEOLOGIA E MUSEOGRAFIA

Este tópico pretende analisar os professores do Curso de Museus do MHN, depois Curso de Museologia da FEFIERJ/UNIRIO, que ministraram disciplinas componentes do eixo Museologia e Museografia. No entanto, faremos um levantamento inicial do quadro docente efetivo do Curso desde sua criação até a década de 1970, correspondendo a três gerações de professores.

Durante os doze anos que se seguiram da criação do Curso até a Reforma de 1944, se manteve um quadro de professores constituído exclusivamente por técnicos do MHN.

Sendo assim, Gustavo Barroso (Diretor); Rodolfo Garcia (Diretor); Pedro Calmon (Secretário do MHN); Joaquim Menezes de Oliva (Chefe da 1ª Seção); João Angyone Costa (3º Oficial); e Edgar de Araújo Romero (Chefe da 2ª Seção), constituem o corpo docente do Curso na época. (SIQUEIRA, 2009, p.25).

Ainda segundo Siqueira, no Relatório de Atividades do MHN, datado de 1942, “Barroso chama a atenção para o fato destes professores não serem remunerados por suas atividades docentes, como destaca o trecho a seguir” (2009, p.25):

Todos os professores trabalham com dedicação e estão prestando valioso serviço à formação técnica de funcionários especializados como são os conservadores e a cultura geral do país. Mas é de desejar sejam recompensados os funcionários que, há mais de 10 anos, prestam serviços gratuitos, sem prejuízo das funções de seus cargos, lecionando em vários turnos as matérias daquele curso. (MHN, 1943 *apud* SIQUEIRA, 2009, p.25)

Com a Reforma Curricular de 1944 os professores passam a ser remunerados e ainda ocorre o aumento das disciplinas, com isso, entre 1945 e 1952, o MHN pôde contratar novos professores para suprir o quadro docente constituindo a segunda geração de

⁵⁸ In: Revista *Museums and Monuments*, Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 20 jan. 2017

docentes, não mais autodidata (SÁ, 2007, p.27), todos ex-alunos do Curso: Mario Antonio Barata⁵⁹ (1945), Anna Barrafatto (1946), Diógenes Vianna Guerra (1946), Jenny Dreyfus⁶⁰ (1946), José Francisco Félix de Mariz⁶¹ (1946), Oswaldo Mello Braga de Oliveira⁶² (1947), Nair de Moraes Carvalho⁶³ (1949), Gerardo Alves de Carvalho⁶⁴ (1952), Octávia Corrêa dos Santos Oliveira (1952), Ruy Alves Campello⁶⁵ (1952), Yolanda Portugal⁶⁶ (1954), Umberto Peregrino⁶⁷ (1959).

No decorrer das décadas de 1940-50, os professores pioneiros irão se aposentando fazendo com que o Curso novamente fique com carência de docentes, e, juntamente com a eminente aposentadoria de parte desta segunda geração entre os anos 1960-70. Durante este período, o Curso contrata uma segunda geração de novos professores, todos igualmente ex-alunos do Curso, constituindo uma terceira geração docente: Ecylla Castanheira Brandão⁶⁸ (1964), Dulce Cardozo Ludolf (1965), Solange Sampaio Godoy (1968), Sonia Gomes Pereira⁶⁹ (1968), Therezinha de Moraes Sarmento (1968), Gilda

⁵⁹ Mario Antônio Barata (1920-1907), formado pela Turma de 1940. Graduado em Ciências Sociais. Doutor em História da Arte. Realizou curso de Didática da História. Licenciatura em História da Arte pela Universidade de Paris, Sorbonne. Único representante latino-americano na criação do ICOM, em 1946. Conservador do MHN, de 1942-54, e do SPHAN, 1947-54. Professor de Artes Menores no Curso de Museus. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.57-58).

⁶⁰ Jenny Dreyfus (1905-86), formada pela Turma de 1939. Especialista em Artes Decorativas, Heráldica e Genealogia. Conservadora do MHN trabalhando na Seção de História e na Seção de Numismática, onde se destacou. Professora de Sigilografia e Filatelia no Curso de Museus. Participou da implantação do Museu da República no Palácio do Catete onde atuou como chefe em 1962. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.50-51).

⁶¹ José Francisco Félix de Mariz (1900-73), formado pela Turma de 1940. Médico pediatra. Especialista em Arte Sacra. Diretor do Museu da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Professor de Pintura e Gravura no Curso de Museus, entre 1945-60. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.56-57).

⁶² Oswaldo Mello Braga de Oliveira, formado pela turma de 1937. Bibliotecário da ABL. Professor de História da Arte Brasileira no Curso de Museus, entre 1947-54. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.44).

⁶³ Nair de Moraes Carvalho, formada pela turma de 1936. Ocupou diversos cargos no MHN, entre 1937 e 1977, como o de Diretora substituta, 1954-67. Traduziu em 1937 a primeira versão em português da Carta de Atenas. No Curso de Museus, ministrou disciplinas de Escultura e foi a primeira coordenadora do Curso, entre 1944-67. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.38-39).

⁶⁴ Gerardo Alves de Carvalho (1914-1975), formado pela turma de 1948. Médico radiologista. Professor de Etnologia no Curso de Museus, entre 1952-74. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.90).

⁶⁵ Ruy Alves Campello, professor do Curso de Museus entre 1952 e 1975, ministrando as disciplinas de Arquitetura e História da Arquitetura.

⁶⁶ Yolanda Marcondes Portugal, formada pela turma de 1937. Conservadora da Seção de Numismática do MHN, 1940, e Chefe da Seção de Numismática, 1960. Atuou na implantação do Museu da República. No Curso de Museus ministrou as disciplinas de Numismática Geral e Numismática Brasileira, entre 1954-73. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.45-46).

⁶⁷ Umberto Peregrino Seabra Fagundes (1911-2003), General do Exército. Professor conferencista do Curso de Museus entre 1959 e 1970, ministrando disciplinas de História e Ciências Auxiliares da História.

⁶⁸ Ecylla Castanheira Brandão, formada pela turma de 1953. Atuou como museóloga do MHN, 1955-67, do MNBA, 1967-72, e do Museu da República, 1973-77. Ainda foi Diretora Adjunta do MNBA, 1985-90, e do MHN, 1990-94. Sócia-fundadora da ABM, 1963. No Curso de Museus, ministrou a disciplina História da Pintura e da Gravura, 1964-73. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.95-96).

⁶⁹ Sonia Gomes Pereira, graduada pela turma de 1967. Professora. Mestre em História da Arte e Doutora em Comunicação Social. Atuante nas áreas de Arte Brasileira do Século XIX. No Curso de Museus ministrou Arte Brasileira a partir de 1968, e de Produção Artística I e II, até 1994, quando aposentou-se. Atuou em vários museus, como no Museu D. João VI, onde foi diretora, 2002-04. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.179-180).

Marina de Almeida Lopes⁷⁰ (1969), Maria Gabriella Pantigoso (1969) e Vera Lúcia Brottel Tostes⁷¹ (1969). A partir de então, fica muito evidente a presença do professor conferencista, docente contratado pelo MHN para ministrar uma disciplina no Curso de Museus durante certo tempo, mas um fato interessante é que o número dos referidos professores neste período é o dobro de professores contratados, totalizando vinte docentes, e isto se deve ao fato de que com as décadas de 1960-70, o Curso ganhará um problema crônico, a falta de um quadro docente permanente, justificando a contratação sucessiva de professores temporários.

A década de 1970 não será diferente, novos atores irão surgir, mas, ao contrário dos anos anteriores, este período, como já fora discutido no capítulo anterior, terá uma grande dificuldade decorrente da falta de recursos, um problema que se arrastava desde os anos anteriores. Esta situação irá afetar diretamente a contratação de novos professores, justamente num momento em que o Curso passava por grandes alterações, principalmente nos quatro primeiros anos desta década em que o quadro de disciplinas aumentará consideravelmente necessitando de novos docentes para ministrá-las.

Num memorando da Coordenadora do Curso de Museus, Anna Barrafatto, ao Diretor do MHN, datado de 14 de janeiro de 1975, revela esta situação de carência de professores apontando alguns pontos que contribuíam para o agravamento a partir do primeiro semestre de 1975, sendo o principal fator a Reforma deste ano que resultou no aumento de disciplinas e na duração do Curso multiplicando as turmas e a carga horária dos professores, mas vejamos, na íntegra, os termos do memorando para que possamos estender melhor a complexidade desta problemática:

[...] Encarecemos a necessidade de contratação de auxiliares de ensino, tendo em vista o que se segue:

- 1) **Aumento de carga horária nas diversas disciplinas, consequência do aumento do número de turmas;**
- 2) Reexame, por parte das autoridades competentes, das acumulações de professores e auxiliares de ensino que trabalham no Museu Histórico Nacional e no Estado da Guanabara e provável necessidade de opção, por parte destes professores;
- 3) No caso de opção em favor do Museu Histórico Nacional e Estado da Guanabara abrir-se-ão 4 vagas, o que impossibilitaria o funcionamento do Curso no presente exercício;
- 4) Possibilidade de opção dos auxiliares de ensino pelo regime de 20 horas semanais;
- 5) A aposentadoria compulsória de dois professores efetivos e um por tempo de serviço;

⁷⁰ Gilda Marina de Almeida Lopes, formada pela turma de 1942. Conservadora do MHN. Sócia-fundadora da ABM, 1963. Professora do Curso de Museus ministrando História da Arte Brasileira. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.112-113).

⁷¹ Vera Lúcia Brottel Tostes, formada pela turma de 1965. Especializada em História da Arte, e Mestre em História Social. Atuou em vários museus, dentre eles, o Museu Histórico Nacional, onde ocupou a direção, 1994-2014. Professora do Curso de Museologia nas disciplinas Heráldica e Genealogia, Sigilografia e Filatelia, de 1977 até aposentar-se em 2014. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.173-174).

- 6) O exercício de um professor efetivo na função de Chefe da Divisão de Curso de Museus (40 horas semanais) e com vinte e nove anos de serviço;
 7) O fato de um auxiliar de ensino, que deverá optar quanto ao número de horas semanais, estar fazendo mestrado nos EUA até agosto de 1976; [...] (MHN, 1975, s.p.) (grifo nosso)

Ainda neste memorando, a Prof^a. Anna Barrafatto alerta para a imediata contratação de professores para serem distribuídos entre os departamentos com o intuito de suprir as necessidades e de se poder iniciar o ano letivo de 1975 sem impedimentos:

[...] Considerando-se a possibilidade de serem mantidos os atuais auxiliares de ensino e professores efetivos que acumulam, ainda assim urge a contratação de 8 novos auxiliares de ensino a saber:
 2 para o Departamento de Arte
 2 para o Departamento de Ciências Sociais
 2 para o Departamento de Museologia
 2 para o Departamento de Ciências
 [...] Caso não seja possível a acumulação dos quatro professores citados, serão necessários 12 auxiliares de ensino, para se iniciar o ano letivo de 1975 com todas as turmas funcionando. [...] (MHN, 1975, s.p.)

Neste momento, o Departamento de Museologia que funcionaria a partir de então com onze disciplinas possuía três professores lotados, Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, Therezinha de Moraes Sarmento e Tereza Moletta Scheiner, recém-chegada.

Após a solicitação supracitada realizada pela Prof^a Anna Barrafatto, outros professores foram contratados nos cinco anos que se seguiram, dentre elas, Irene Zoffoly⁷², Avelina Addor⁷³, Celma Thereza Franco⁷⁴, Maria Aparecida Mota⁷⁵, Maria de Lourdes Naylor Rocha⁷⁶, Maria Helena Bianchini⁷⁷, Marilda Monteiro da Silva⁷⁸, Helena Pavão, Liana Ocampo, Líbia Schenker⁷⁹, Loda Angeli⁸⁰, Lucienne Symonowicz⁸¹, Maria Lucila Morais

⁷² Irene Zoffoly (1915-?), formada pela turma de 1973. Graduada em Enfermagem. No Curso de Museologia ministrou disciplinas de Antropologia, entre 1975 e 1981. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.219).

⁷³ Avelina Addor, graduada em Ciências Sociais. Especialização em Sociologia da Educação. Professora do Curso de Museologia desde 1976, onde ministrou as disciplinas de Metodologia da Pesquisa Histórica I e II, História da Civilização I e II, História do Brasil I, Didática I, Ciências Sociais I, Metodologia da Pesquisa Científica. Atualmente ministra Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso.

⁷⁴ Celma Thereza Franco, formada pela turma de 1970. Professora do Curso de Museologia ministrando disciplinas de Museologia, Estágio Curricular e Monografia, entre 1977 e a década de 1990. Chefe do DEPM (1987-90), Vice-Diretora da Escola de Museologia (1989-90 e 1993-98) (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.192-193).

⁷⁵ Maria Aparecida Resende Mota, historiadora. Professora do Curso de Museologia, ministrando disciplinas de História entre as décadas de 1970 e 90.

⁷⁶ Maria de Lourdes Naylor Rocha, formada pela turma de 1969. Graduada em Direção Teatral. Mestrado em Teatro Educacional e Doutorado em Teatro. No Curso de Museologia ministrou disciplinas de Museologia e Museografia entre 1975 e 1988. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.186).

⁷⁷ Maria Helena Saide Bianchini, formada pela turma de 1966. Museóloga da FUNARJ, atuando também em outras instituições museológicas. Co-autora do livro *Thesaurus para Acervos Museológicos*. No Curso de Museologia ministrou as disciplinas Informação Museológica I e II, Técnica de Museus II, Identificação de Técnicas Decorativas e Paleografia, entre 1978 até 1990. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.170-171).

⁷⁸ Marilda Monteiro Gomes da Silva, formada pela turma de 1974. Especialização em Arqueologia. No Curso de Museologia ministrou disciplinas de Arqueologia desde a década de 1970 até 2001. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.225).

⁷⁹ Líbia Schenker, especialização em História da Arte e da Arquitetura no Brasil. No Curso de Museologia ministrou disciplinas de História da Arte entre 1977-2013. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.234).

Santos⁸², Marisa Vianna Salomão⁸³ e Niuza Rebordões Carauta⁸⁴. Igualmente nesta década, outros doze professores conferencistas auxiliaram no ensino Curso até 1978.

Em relação ao eixo de Museologia e Museografia e a partir destes dados levantados referentes ao quadro docente no Curso de Museus, podemos observar que, estas mudanças de gerações de profissionais representam também uma transição de pensamento que irá se refletir diretamente no currículo oferecido pelo Curso do que diz respeito ao ensino de Museologia, constatamos que o ensino desta área teve início com Gustavo Barroso ministrante das disciplinas Técnica de Museus – Geral (1ª série), Básica (2ª série) e Aplicada (3ª série), de 1932 a 1951. Posteriormente, estas disciplinas serão oferecidas pela a Profª. Octávia Oliveira dos Santos, indicação direta de Barroso e sua ex-aluna, que ministrará Técnica de Museus - Parte Geral e Parte Básica, de 1952 a 1966, Técnica de Museus - Parte Aplicada, de 1952 a 1969 e, durante o contextos de reformas da década de 1970, Técnica de Museus - Museologia, de 1971 a 1972, e Técnica de Museus – Museografia, em 1973.

De 1966 a 1973, segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Memória da Museologia no Brasil referente aos professores do Curso de Museus de 1932 à década de 1970, outros docentes também irão ministrar esporadicamente o eixo Técnica de Museus entre 1967 e 1970.

Em 1967, Prof. Artur Tavares Machado⁸⁵, Técnica de Museus - Parte Geral (1ª série).

Em 1968, Profª. Therezinha Sarmiento e Profª. Marília Duarte Nunes⁸⁶, Técnica de Museus (Parte Aplicada). Profª. Sigrid Porto de Barros, Técnica de Museus - Parte Básica (2ª série).

⁸⁰ Loda Maria Angeli, formada pela turma de 1975. Pós-graduação em Didática do Ensino Superior. No Curso de Museologia ministrou as disciplinas de Arquitetura, Indumentária, Viaturas e Arte Naval, de 1977-79. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.235).

⁸¹ Lucienne Fernandes Symonowicz, formada pela turma de 1976. Atuou em vários museus e projetos culturais. Professora do Curso de Museologia de 1977 a 2007, ministrando disciplinas de Arte Naval, Antropologia e Museografia IV. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. P.245-246).

⁸² Maria Lucila de Moraes Santos, formada pela turma de 1975. Pós-graduação em Didática do Ensino Superior. Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil. Atuou em vários museus. No Curso de Museologia ministrou disciplinas de História da Arte e Estudos dos Problemas Brasileiros 1979-97. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.235-236).

⁸³ Marisa Vianna Salomão, graduada em Desenho e Pedagogia com especialização em História da Arte no Brasil e mestrado em Artes Visuais. Professora do Curso de Museologia desde 1978, ministrando disciplinas de História da Arte, Arte Brasileira e Arte Popular.

⁸⁴ Niuza Rebordões Carauta, historiadora. Professora do Curso de Museologia, ministrando disciplinas de História entre as décadas de 1970 e 90.

⁸⁵ Artur Tavares Machado, graduado pela turma de 1963. Cirurgião dentista. Oficial da Reserva do Exército. Assistente do Prof. Umberto Peregrino, no Curso de Museus, na disciplina História Naval e Militar. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.146).

⁸⁶ Marília Duarte Nunes, formada pela turma de 1962. Professora, licenciatura em Geografia e História. No Curso de Museus, atuou como professora conferencista ministrando disciplinas de Técnica de Museus e Etnografia. Membro do ABM onde ocupou a vice-presidência em 1979. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.155).

Em 1969, Prof^a. Maria de Lourdes Parreiras Horta⁸⁷; e em 1970, Prof. Edson Souza Carneiro⁸⁸, ambos, Técnica de Museus não especificada.

Com o advento dos anos 1970, Técnica de Museus passará por transformações conceituais que deram origem aos eixos de Museologia e Museografia, mudanças estas promovidas pelo o Departamento de Museologia, mais exatamente, por sua Coordenadora, Prof^a. Therezinha de Moraes Sarmiento fortemente assessorada pela Auxiliar de Ensino, Prof^a. Tereza Moletta Scheiner, verdadeira artífice do conteúdo dos novos eixos de Museologia e Museografia, como visto no capítulo anterior ao analisarmos as Atas do Departamento.

Ainda em relação aos eixos de Museologia e Museografia, foi possível realizar um mapeamento dos professores que ministraram estas disciplinas através de pesquisas realizadas pelo subprojeto de pesquisa Professores e Disciplinas do Curso de Museus-MHN, 1932-1976: influências, inovações e relações mestre-discípulo (2006), vinculado ao projeto de pesquisa Memória da Museologia no Brasil, e documentos pertencentes ao Curso de Museus extraídos do Museu Histórico Nacional e dos arquivos da Escola de Museologia da UNIRIO. O espaço de tempo delimitado foi entre 1975 e 1986, constituindo o período em que vigorou a Matriz Curricular de 1975, ano de implantação destas disciplinas, e, posteriormente, de 1978, quando se reajustou o Currículo com as correções transcorridas nos dois anos anteriores e que vigoraram até 1986 com a nova Reforma Curricular.

- **Museologia I:** Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975-76), Prof^a. Maria de Lourdes Naylor (1976), Prof^a. Celma Franco (1977-78), Prof^a. Helena Pavão (1977-80), Prof^a. Solange Godoy (1981-82) e Prof^a. Liana Ocampo (1983-86).
- **Museologia II:** Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975), Prof^a. Maria de Lourdes Naylor (1976), Prof^a. Celma Franco (1976-78) e Prof^a. Liana Ocampo (1979-86).
- **Museologia III:** Prof^a. Irene Zoffoly (1975), Prof^a. Octávia Corrêa (1976), Prof^a. Maria de Lourdes Naylor (1977), Prof^a. Kátia Braune (1976-78), Prof^a. Solange Godoy (1980) e Prof^a. Violeta Cheniaux⁸⁹ (1986).
- **Museologia IV:** Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975), Prof^a. Octávia Corrêa (1976), Prof^a. Kátia Braune (1976-78), Prof^a. Liana Ocampo (1983-86), Prof^a. Helena Pavão (1977-80), Prof^a. Solange Godoy (1981) e Prof^a. Celma Franco (1983-86).

⁸⁷ Maria de Lourdes Parreiras Horta, formada pela turma de 1965. Doutora em Museologia pela Universidade de Leicester, 1992, a única até então no Brasil. Museóloga do MNBA e do Museu Imperial, onde foi diretora. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.170-171).

⁸⁸ Edson Souza Carneiro (1912-1972), ingressou na turma de 1952, mas não frequentou o Curso. Graduado em Ciências Políticas e Sociais. Escritor e jornalista. Estudioso de Arte Popular, defendeu o Folclore Nacional. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.116-117).

⁸⁹ Violeta Cheniaux, graduada pela turma de 1978. Museóloga especializada em Conservação de Bens Culturais. Mestre em Administração de Centros Culturais. No Curso de Museologia, atuou por vários anos ministrando as disciplinas de Preservação e Conservação. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.95-96).

- **Museologia V:** Prof. José Manoel Pires (1976), Prof. Gilson Nazareth (1977-78), Prof^a. Celma Franco (1977) e Prof^a. Liana Ocampo (1978-85).
- **Museologia VI:** Prof^a. Dulce Ludolf (1975), Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975), Prof^a. Ecylla Brandão (1976-78), Prof. Gilson Nazareth (1977), Prof^a. Liana Ocampo (1977-78) e Prof. José Manoel Pires (1977-78).

- **Museografia I:** Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975-82), Prof^a. Helena Pavão (1980), e Prof^a. Violeta Cheniaux (1980-85).
- **Museografia II:** Prof^a. Octávia Corrêa (1975) e Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975-1986).
- **Museografia III:** Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975-80), Prof^a. Maria de Lourdes Naylor (1977-78) e Prof^a. Violeta Cheniaux (1981-86).
- **Museografia IV:** Prof^a. Tereza Moletta Scheiner (1975-78 e 1982-86), Prof^a. Kátia Braune (1976) e Prof^a. Maria de Lourdes Naylor Rocha (1979-86).

A partir deste mapeamento, podemos observar que neste mesmo período de onze anos (1975-86) cerca de 15 professores, efetivos e conferencistas, ministraram estas disciplinas, uns por período mais longos que os outros, sendo a Prof^a. Tereza Scheiner a mais ativa do grupo:

8 disciplinas:

Prof^a. Tereza Moletta Scheiner – Museologia I, II, IV, VI, Museografia I, II, III e IV.

5 disciplinas:

Prof^a. Maria de Lourdes Naylor – Museologia I, II, III, Museografia III e IV.

Prof^a. Liana Ocampo – Museologia I, II, IV, V e VI

4 disciplinas:

Prof^a. Celma Franco – Museologia I, II, IV e V.

3 disciplinas:

Prof^a. Octávia Oliveira – Museologia III e IV.

Prof^a. Helena Pavão – Museologia I, IV e Museografia I.

Prof^a. Solange Godoy – Museologia I, III e IV.

Prof^a. Kátia Braune – Museologia III, IV e Museografia IV.

Prof^a. Violeta Cheniaux – Museologia III, Museografia I e III.

2 disciplinas:

Prof. Gilson Nazareth – Museologia V e VI.

Prof. José Manoel Castro Pires – Museologia V e VI.

1 disciplina:

Prof^a. Irene Zoffoly – Museologia III.

Prof^a. Dulce Ludolf – Museologia VI.

Prof^a. Ecylla Brandão – Museologia VI.

Da primeira geração de professores, apenas ministrou estas disciplinas a Prof^a. Octávia Oliveira, que se aposentou em 1977. As Prof^{as}. Therezinha Sarmiento, Ecylla Brandão, Dulce Ludolf e Solange Godoy representam a segunda geração docente e, por fim, as Prof^{as}. Tereza Scheiner, Helena Pavão, Celma Franco, Maria de Lourdes Naylor, bem como os conferencistas Gilson Nazareth, José Manoel Castro Pires e Kátia Braune que integram a terceira e última geração de docentes do Curso de Museus do MHN.

4.2 – DESDOBRAMENTO DA TÉCNICA DE MUSEUS

A Matriz Curricular oferecida a partir de 1967 serviu de base para as experiências aplicadas ao currículo nos anos de 1970, 1971 e 1973 e que foi consolidada a partir de 1975, isto é, durante os cinco primeiros anos da década de 1970 serão implementadas modificações na Matriz de 1966 que terão, neste momento, um caráter de experiência. No que diz respeito à Técnica de Museus durante este período experimental, serão realizadas propostas visando a modificação de sua nomenclatura e a readequação dos conteúdos como fora analisado no capítulo anterior. Neste momento, Técnica de Museus – Parte Geral, Básica e Aplicada, deram lugar a outras disciplinas como:

– Oriundas de Técnica de Museus (Parte Geral), do primeiro semestre da primeira série, e de Técnica de Museus (Parte Aplicada), da terceira série: Museologia Teórica I e II, Museologia, Museografia e Comunicação Museológica I e II, de 1970; Museologia e Técnica de Museus, de 1971; Museologia: Museografia, de 1972; Museografia I e II, de 1973; Museografia I, II, III, e IV e Museologia: Museografia, de 1974.

–Técnica de Museus (Parte Básica) do segundo semestre da primeira série e de Técnica de Museus da segunda série, deram origem às várias disciplinas técnicas do Curso:

Heráldica, Mobiliário, Armaria, Arte Naval, Indumentária, Prataria, Arte Sacra, e Cerâmica, Porcelana e Vidros.

Por se tratar de um período transitório e de poucas fontes disponíveis para consulta, daremos início a uma análise mais detalhada a partir da Matriz Curricular implantada em 1975 que irá vigorar até 1978.

A seguir, analisaremos pontualmente os conteúdos oferecidos nos programas destas disciplinas de Museologia e Museografia. São documentos que remontam à época da construção do currículo oferecido pela Reforma Curricular de 1975, ou seja, veremos a concepção original destas disciplinas, logo após, seguiremos para as alterações e adequações realizadas, entre 1976 e 1977, nos primeiros programas oferecidos, onde foram corrigidos os erros e remanejados conteúdos entre disciplinas, por fim, analisaremos a Matriz Curricular de 1978, currículo que coroou todo o processo ocorrido no Curso de Museus-Curso de Museologia no decorrer da década de 1970. Infelizmente, alguns programas não puderam ser localizados, muito anotações, tanto de professores quanto de alunos, do que fora passado em sala de aula. Por outro lado, as ementas e os pontos de aula ou unidade de ensino nos dão uma boa ideia do conteúdo programático dado pelo docente na disciplina que ministrava.

4.2.1 – MATRIZ CURRICULAR DE 1975

MUSEOLOGIA I

Num programa que consta nos Cadernos de Matrizes Curriculares (NUMMUS), volume VI, datado de 1975, verificamos que esta disciplina constitui uma carga horária de 45 horas e 3 créditos, e tinha como objetivo fazer o aluno “[...] adquirir noções sobre os museus e sobre Museologia. Conhecer os planejamentos arquitetônicos dos museus” (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1975, s.p.). Seu conteúdo era voltado para o estudo do Museu e da Museologia, aspectos gerais de administração de museus e planejamentos arquitetônicos dos museus, divididos em três unidades de ensino: O Museu, O Prédio do Museu e As Coleções.

O primeiro ponto, O Museu, tinha por objetivo o estudo da definição de Museu, suas características e finalidades. O desenvolvimento da ideia de museu e seu papel na sociedade moderna. Também são desenvolvidos os estudos dos museus, da Museologia e da Museografia, bem como o papel do museólogo. Posteriormente, passava-se para o planejamento de um museu, partindo-se dos procedimentos que envolviam sua criação, planejamento e organização, assim como os departamentos que deveria constituir, suas

funções, pessoal técnico, equipamentos e recursos. Na sequência, eram discutidos os tipos de museus e suas diferentes finalidades e a diferença entre museus planejados e adaptados.

No segundo ponto, O Prédio do Museu, se aprendia conteúdos sobre arquitetura de museus, como localização, planta, construção e adaptação de prédios existentes, além de prédios históricos e a particularidade de museus montados em salas.

No final da disciplina, o aluno via estudos sobre organização de coleções, métodos de formação, aquisição de acervo, tipologias, identificação de objetos originais, cópias, modelos e as reproduções.

Com relação às referências utilizadas, constam a Introdução à Técnica de Museus, de Barroso, já analisado anteriormente; o Guia dos Museus do Brasil, de Fernanda Moro⁹⁰, contendo informações referentes aos principais museus existentes no Brasil à época de sua publicação (1972); Museus da Guanabara⁹¹, de Neusa Fernandes⁹², com a mesma intenção da referência anterior, neste, é relacionado localização, histórico e acervo dos museus do Rio de Janeiro; *Museums: in search of a usable future*, de 1968, de Alma Stephanie Wittlin⁹³, constando de uma análise do Museu como instituição pública desde suas raízes e projetando previsões de seu futuro; Recursos Educativos dos Museus Brasileiros, de Guy de Hollanda⁹⁴, de 1958, um guia contendo informações técnicas dos principais museus brasileiros. Ainda foram referenciadas publicações da Unesco, *The Organization of Museum*, 1967, publicação da série *Musées et Monuments* (UNESCO) que trás artigos referentes à organização de museus; e a Revista *Museum*.

MUSEOLOGIA II

⁹⁰ Fernanda de Camargo e Almeida Moro, formada pela turma de 1956. Doutora em Arqueologia Romana e Pós-Doutoramento em Arqueologia Ambiental. Membro-fundadora do ICOFOM, participando da primeira diretoria, e da AMICOM. Presidente da FEMURJ, 1979-80, e Diretora Superintendente de Museus da FUNARJ. Professora de Arqueologia do Curso de Museus, entre 1968-71. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.124-126.

⁹¹ No programa esta referência consta de forma errada, na verdade, este livro se chama Museus do Rio, autoria de Neusa Fernandes e Sonia Gomes Pedreira.

⁹² Neusa Fernandes, formada pela turma de 1967. Bacharel e Licenciada em Pedagogia. Mestrado e Doutorado em História Social. Pós-Doutorado nas áreas de Letras, Patrimônio e Museologia. Foi professora da Faculdade de Museologia da FAMMARO e participou do projeto de implantação dos cursos de Museologia e Arqueologia da FINES. Primeira diretora da FEMURJ, 1975. Presidente da ABM, 1982-85, onde trabalhou pela regulamentação da profissão de Museólogo. Atuou na direção de várias instituições museológicas, dentre elas, Museu da República (1989-90), Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural, INEPAC (1984-88), MAM-Rio (1980-81), MIS-Rio (1971-72), Museu Histórico da Cidade (1968-75). No Curso de Museus ministrou a disciplina de História do Brasil Colonial, entre 1968-73, e chefe do Departamento de História, de 1970-71. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.171-172).

⁹³ Alma Stephanie Wittlin (1899-1992), escritora austríaca. Doutora em História da Arte pela Universidade de Viena. Realizou uma pesquisa educacional no Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade de Cambridge. Foi para os Estados Unidos em 1952. Wittlin trabalhou na interface Museu-Educação.

⁹⁴ Guy José Paulo de Hollanda, formado pela primeira turma em 1933. Bacharel Biblioteconomia e Ciências e Letras. Bacharel e Doutorado em Direito. Licenciatura e Doutorado em História. Professor de História de várias instituições. Membro da ONICOM. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.31).

Do segundo período, com carga horária de 45 horas e 3 créditos, e conteúdo voltado para o registro de acervo, tombamento, catalogação e pesquisa, além da discussão dos conceitos expositivos. A disciplina tinha início com o tópico As peças e o Museu, que se referia aos procedimentos de entrada de coleções no museu e no departamento de registro para a realização do inventário, catalogação, marcação, posterior trabalho de estudo e pesquisa, preparação dos objetos para guarda e encaminhamento. Também se discutia o intercâmbio de objetos entre museus. Logo após, o aluno era introduzido no universo das exposições estudando os conceitos, importância para o museu, tipos e elementos que as compõem. Por fim, discutia-se o papel do objeto na exposição. As referências também constavam de bibliografia nacional e internacional: Que é a Técnica de Museu, conferência de Regina real, publicada na revista Estudos brasileiros, de 1941; O museu, órgão de documentação, de F. dos Santos Trigueiros⁹⁵, artigo publicado na Revista do Serviço Público, 1952; Elementos de Museologia, autoria do português Mario Viana, de 1953; *Museum registration methods*, de Dudley⁹⁶ e Bezold⁹⁷, publicação de 1958, contendo informações relativas aos procedimentos básicos de museus como registro, armazenagem de objetos, empréstimos, transporte, seguro, etc.; *Guia para la clasificación de los dados bens culturales*, de Murdock, 1965, como o próprio título sugere, contém um manual prático para classificar bens culturais; da UNESCO temos, Manual of Travelling Exhibitions, de 1953, e Temporary & travelling exhibitions, de 1970, publicações da série *Musées et Monuments* contendo informações relevantes para montagens de exposições temporárias, exposições itinerantes, procedimento para transporte de acervos, etc.; e a já citada *The organization of Museum*, de 1967.

MUSEOLOGIA III e MUSEOLOGIA IV

Em relação às disciplinas Museologia III e IV, ambas com carga horária de 45 horas e 3 créditos, não foi possível localizar programas para análise dos dados, mas segundo o ementário, tinham por finalidade, respectivamente, o estudo do planejamento educativo e cultural nos museus, e a relação entre o museu e o público.

⁹⁵ F. dos Santos Trigueiros, formado pela turma de 1951. Bolsista pelo estado do da Bahia. Bacharel em Economia. Especializou-se em administração, organização de exposições e processamento técnico de museus numismáticos e de valores, publicando livros nestas áreas. Conservador do Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil, entre 1955-65. (SÁ, I. C. de; SIQUEIRA, G. K., 2007. p.101-102).

⁹⁶ Dorothy H. Dudley, trabalhou no Metropolitan Museum of Art. Em 1958, ela ajudou Dorothy H. Dudley, registradora do Museu de Arte Moderna, escreveu "Métodos de registro de museus". Publicado pela Associação Americana de Museus, circula em todo o mundo e, depois de duas revisões, continua sendo uma importante fonte de estudo dos profissionais em museus dos EUA.

⁹⁷ Irma Bezold Wilkinson (1906-1997), trabalhou como responsável pelo registro do catálogo de coleções do Metropolitan Museum of Art.

MUSEOLOGIA V

Possuindo carga horária de 60 horas e 4 créditos, destinava-se ao estudo dos museus especializados e seus recursos e técnicas com o objetivo de “[...] tornar o aluno capaz de conceituar e aperfeiçoar a habilidade de reconhecer, planejar, projetar e administrar museus especializados” (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1975, s.p.). Este programa não contém dados suficientes que especifiquem o conteúdo programático, por outro lado, é apresentado, em seu lugar, a metodologia que consistia no levantamento de museus especializados, levantamento de bibliografia correlata para posterior avaliação dos museus pontuados, conceituação de autores e obras através das diferentes correntes de pensamento, discussão de conceitos fundamentais de planejamento e programação de técnicas e recursos dos museus especializados levantados.

MUSEOGRAFIA I

Museografia I possuía carga horária de 60 horas e 2 créditos, destinando-se ao estudo dos problemas técnicos relativos à exposição como luz, cor, forma, etc., além da estética geral de ambientes, forma e composição. Nesta disciplina eram apresentadas as estruturas e tipos de apoio para acervos em exposições, assim como a confecção, materiais empregados e métodos de fabricação e uso e seus efeitos no ambiente. Com relação à iluminação, via-se o seu planejamento dos detalhes de utilização da luz e dos efeitos conseguidos. Também eram estudadas as técnicas de som em ambientes expositivos levando em conta a acústica das salas, os recursos gráficos, confecção de etiquetas, painéis e publicações, bem como a programação visual.

MUSEOGRAFIA II

Com carga horária de 60 horas e 2 créditos, destinava-se à preservação, conservação e restauração de bens culturais, além do estudo do Patrimônio.

Não foram apresentadas as bibliografias nos programas de Museografia I e II.

MUSEOGRAFIA III

Contendo carga horária de 60 horas e 2 créditos, tinha o conteúdo voltado para a fotografia no museu. O aluno era introduzido aos conceitos de fotografia e à prática de fotografia. Em relação às referências, o programa apresenta uma bibliografia inteiramente

voltada para as práticas fotográficas com publicações específicas desta área como: Fotografia - guia prático, de 1975; *Life, library of protography, by the editors of time*, da revista *Life*, 1972; Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa, de Collier Jr.⁹⁸, de 1973; uma referência em especial a *Museums, imagination and education*, de 1973, da coleções *Museums*, com artigos que relacionam o Museu à Educação e o papel da escola na instituição museal.

MUSEOLOGIA IV

A última disciplina deste eixo era Museografia IV, cursada juntamente com Museologia VII, e se destinava à execução da Exposição Curricular, no entanto, não foi localizado o programa desta disciplina.

4.2.2 – AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS ENTRE 1976-77

Entre 1976 e 1977, estes programas, apresentados pela primeira vez no ano de 1975, passaram por reajustamentos e reformulações para que assim, fossem finalmente consolidados na Matriz Curricular de 1978. A seguir, analisaremos as partes dos programas onde se pôde observar alterações neste período.

MUSEOLOGIA I

Num programa de 1977, Museologia I, com 45 horas e 3 créditos, tinha por objetivo fazer com que o aluno fosse capaz de “[...] adquirir noções sobre os museus e sobre Museologia. Conhecer os planejamentos arquitetônicos dos museus.” (MHN, 1977, s.p.). Notamos que ocorreu uma redistribuição e acréscimos de conteúdo, antes dividida em dois tópicos, O Museu e O Prédio do Museu e As Coleções, agora divide-se em quatro, 1. Museu, 2. Museologia, 3. A Administração dos Museus, e 4. A Arquitetura dos Museus. O único a ser mantido foi o primeiro tópico, O Museu, onde permaneceram os pontos referentes ao estudo da definição e desenvolvimento histórico do museu, criando-se outros pontos de aula, Estudo dos museus no Brasil. O conceito atual de museu. Os museus e a pesquisa. Categorias dos Museus (MHN, 1977, s.p.).

No segundo tópico, A Museologia, redirecionou-se para este momento da disciplina os conteúdos relacionados ao estudo da área, mantendo-se os pontos que existiam no

⁹⁸ John Collier Jr. (1913-92), antropólogo americano e um dos primeiros líderes nas áreas de Antropologia Visual e Antropologia Aplicativa. Seu livro *Antropologia Visual: Fotografia como método de pesquisa*, foi pioneiro na área e ainda em uso.

programa de 1975 e criando-se um novo que levava o aluno refletir sobre o papel do museólogo no mundo moderno. Logo após, no terceiro tópico, A Administração dos Museus, notou-se que praticamente foram mantidos os itens referentes ao assunto, sendo trabalhada a criação, o planejamento e organização de um museu, assim como os departamentos e pessoal técnico que nele devem existir, a novidade encontra-se na inclusão dois tópicos, um elaborava a construção de um organograma para museus e o outro referente à segurança de museus. Finalmente, no quarto e último ponto, Arquitetura de museus, da mesma foram, é mantido no programa da disciplina pontos referentes a localização de museus, assim como a instalação de museus em prédios históricos e museus projetados. Foram inclusos pontos que estudavam o planejamento arquitetônico de um museu e o trabalho do arquiteto, a construção do prédio, sua estrutura e seus serviços. Infelizmente não obtivemos acesso a informações referentes à bibliografia.

MUSEOLOGIA II

Oferecida no segundo período com carga horária de 45 horas e 3 créditos, teve avanços identificados para seu oferecimento num programa de 1977, onde seu conteúdo destinava-se na “movimentação de coleções. Funcionamento do departamento de registro. Conceituação e planejamento de exposições” (MHN, 1977, s.p.). A disciplina é dividida em três unidades de ensino, As coleções, Departamento de Registro e A Exposição. Iniciava-se com o estudo dos acervos museológicos, migrando-se de Museologia I os conteúdos de Tipologias de acervos e formação de coleções. A partir de então, esta disciplina destinou-se ao ensino dos procedimentos de metodologias para aquisição de acervos e distinções em objetos originais, cópias, modelos e reproduções. Logo após, na próxima unidade, era apresentado o departamento de registro e suas finalidades dentro de um museu, mantendo-se os pontos já existentes de tombamento e de catalogação, numeração, encaminhamento e pesquisa, e ampliando-se o item referente ao ensino do inventário com tópicos destinados às tipologias, ao inventário retrospectivo e de depósito. Por fim, era a vez da exposição museológica, apresentando conceitos, tipologias, composição e sua importância para o museu, estudos já existentes, e a novidade refere-se ao estudo e preparação de objetos a serem expostos e planejamento e organização de exposições.

A bibliografia foi inteiramente modificada, de F. dos Santos Trigueiros, aparece em duas referências, Dinheiro no Museu, de 1972, livro técnico voltado para o estudo numismático da moeda no Brasil, e Museus, sua importância na educação do povo, de 1956. Duas publicações disponíveis na revista *Musées et Monuments*, da Unesco, *Protection of cultural property in the event of armed conflict*, 1958, referente a Convenção de

Haia de 1954, que promulgou as convenções para a proteção de bens culturais em época de conflito armado; *The conservation of cultural property, with special reference to tropical conditions*, 1967, e *Preserving and restoring monuments and historic buildings*, de 1972, ambos apresentando profissionais da área de Conservação e Restauração com artigos destinados ao estudo de problemas relativos a proteção de bens culturais em lugares de clima tropical (volume de 1967), noções de controle climático e ambiental, parte laboratorial e conservação-restauração de monumentos históricos. Além de exemplares não especificados da revista *Museum*.

MUSEOLOGIA III

Esta disciplina passa a ser observada a partir de um programa produzido em 1977, pois não localizamos o programa criado na reformulação curricular de 1975. O conteúdo a que se destinava Museologia III, é o planejamento educativo e cultural nos museus e, tendo como objetivo, “[...] tornar o aluno capaz de compreender e analisar a função educativa e cultural do Museu e fim de elaborar planos, projetos e programas educativos no museu” (MHN, 1977, s.p.). O programa contém oito unidades de ensino e se iniciava com a introdução à técnica de planejamento educativo, levando ao entendimento de seus conceitos, fases de planejamento bem como a importância da mesma. Em seguida, passava-se para o planejamento administrativo do museu, uma unidade muito semelhante ao que foi apresentado na disciplina Museologia I de 1975, contendo tópicos relativos à relação entre o museu e sua administração além do ensino de sua organização e do planejamento de organogramas.

Na próxima unidade, seguia-se para a discussão conceitual da relação entre o Museu e a Educação, trabalhando a educação e seu papel no museu como um sistema de ensino. Posteriormente, era desenvolvido o funcionamento do Setor Educativo, apresentando-se o pessoal destinado a este departamento e a relação existente entre o museólogo e o educador. Após a apresentação do setor educativo, entrava-se nos estudos das atividades a que se destinava o referido setor. Esta unidade era responsável por apontar as distinções existentes entre a figura do visitante estudante e do pesquisador, bem como as práticas de formação de coleções de estudos, os laços de ensino existentes entre o museu e a escola, tendo o acervo museológico a serviço do ensino, e a biblioteca do museu como suporte de ensino.

Por fim, dava-se a vez dos estudos dos museus escolares, como tipologia de museu, e da parte metodológica destinada ao Departamento Educativo nas exposições de caráter didático e itinerantes. Num segundo momento, era abordado o caráter diversificado do

visitante de museus, mostrando ao aluno as atividades culturais que deveriam ser desenvolvidas desde o atendimento e a importância dos espaços de lazer e convivências em museus. Por fim, a última unidade de ensino destinava-se a elaboração do planejamento educativo e cultural nos museus, destacando seu funcionamento e necessidades de constante avaliação para atualização e retroalimentação.

Quanto à bibliografia, para esta disciplina, notamos uma grande carga de referências em comparação às demais, e ainda, a maioria publicações provenientes da Unesco, como vários volumes da revista *Museum* destinados a educação em museus. E da coleção *Musées et Monuments*, como *The Organization of Museums*, de 1967, volume desta série destinado a apresentar artigos relacionados a administração de museus, com temas que envolvem a criação, serviços, pessoal, visitantes, coleções, etc., e *Musées, Imagination et Education*, de 1973, que trabalha o papel educador do museu e sua relação com a escola, além de abordar outros temas como os museus científicos e as exposições temporárias e itinerantes. Outras publicações internacionais referem-se a *Project ETW: an exemplary school-museum program*, de Duane Anderson⁹⁹, de 1973, *El museo en la educacion*, de Maria Luisa Herrera Escudero¹⁰⁰, 1971, *Los museos y la educación*, de Rafaela Chacon, 1967, e *Do Museums Educate?*, de Wilcomb Washburn¹⁰¹, 1976, etc.

Quanto a autores nacionais, verifica-se O Museu e a Criança, de Sigrid Porto de Barros, artigo publicado nos Anais do MHN de 1948, e de Horácio Martins de Carvalho¹⁰², o livro *Introdução à Teoria do Planejamento*, 1976. Este programa apresenta ainda três documentos resultantes da Conferencia de Genoble – ICOM 1971, *Los museos, escolares y profesores*, de Ayala Gordon¹⁰³, *El maestro y el museógrafo pedagogo*, de Helmut Hotlzhauer¹⁰⁴, e *La terceira dimension em la educacional, oportunidade y deber del museo*, de Klaus Von Dohnanyi¹⁰⁵.

MUSEOLOGIA IV

⁹⁹ Duane Anderson, Antropólogo (Ph.D., Universidade do Colorado). Foi diretor do Museu e Planetário de Sanford (1966-1975), do Museu Dayton de História Natural em Ohio (1986-1992), e do Museu de Artes e Cultura Indiana e Laboratório de Antropologia, Santa Fé (2000-2005).

¹⁰⁰ Maria Luisa Herrera Escudero (1913-2012), arqueóloga espanhola e a primeira mulher a dirigir o Museu Nacional do Povo Espanhol.

¹⁰¹ Wilcomb Washburn (1925-1997) foi um historiador americano. Doutor em História da Civilização Americana, Harvard. Em 1958, ingressou na Smithsonian Institution, como curador de História Política do National Museum of American History. De 1968 a 1997, atuou como diretor do Smithsonian's American Studies Program.

¹⁰² Horácio Martins de Carvalho, engenheiro agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia, Universidade Rural do Brasil, e especialista em Ciências Sociais pela PUC São Paulo.

¹⁰³ Ayala Gordon, atuou como curadora da Ala da Juventude para Educação Artística, do Museu de Israel, Jerusalém.

¹⁰⁴ Helmut Hotlzhauer

¹⁰⁵ Klaus Karl Anton von Dohnanyi, advogado e político alemão. Ministro da Educação e Ciência (1969-81).

Igualmente, esta também será a primeira análise de um programa desta disciplina. Oferecida no quarto período, Museologia IV, com carga horária de 45 horas e 3 créditos, conforme consta num programa datado de 1977. Seu conteúdo destinava-se ao estudo da comunicação em museus, o museu e o público, e tendo como objetivo “[...] tornar o aluno capaz de conhecer, avaliar e aplicar o processo de comunicação do museu” (MHN, 1977, s.p.).

Dividia-se em nove unidades de ensino, o primeiro tópico, Noção do processo de comunicação, onde era abordado o estudo específico desta área. Na segunda unidade, O museu no processo de comunicação, visando o estudo da comunicação no âmbito dos museus, sendo os pontos de discussões, o museu como centro de informação, os tipos de informação existente no mesmo – o acervo e a documentação – e os valores a eles empregados. Logo após, era discutido os elementos de comunicação dentro do museu, destacando o museólogo como “transmissor de conhecimento” (MHN, 1977, s.p.).

Na quarta unidade, O público e o museu, que apresentava ao aluno os fatores que determinavam o tipo de visitante de um museu e o estudo de seu público. Na unidade seguinte, Os meios de comunicação do museu, se discutia a exposição como meio de comunicação, o objeto e seus graus de informação e a apresentação da informação numa exposição. Logo após, se analisava o planejamento da exposição. Partindo da escolha de um tema e seguindo pelos recursos e resultados.

A unidade sete, O museu e sua área de atuação, destinada aos entendimentos das áreas de influência, sua ampliação através de atividades realizadas extramuros, além de uma análise da ação do museu em áreas rurais e marginalizadas. Em seguida, abordava-se a organização dos serviços do museu em relação ao público, uma unidade que tratava da aplicação de conceitos específicos da comunicação ao museu, como a adequação, manipulação ou interação do público com seus sistemas comunicacionais. Por fim, a unidade nove apresentava a programação dentro e fora do museu e atividades promocionais, tratando da publicidade e divulgação, além das mídias, como rádio, televisão e jornal. Igualmente era discutida a contribuição do museu à sociedade e a relação existente entre o museu e a indústria, comércio e sindicatos.

As referências não fugia das demais, bibliografia internacional encontrada em periódicos do campo dos museus, como *The museum and popular culture*, de Thomas R. Adam¹⁰⁶, 1939, *Pourquoi va-t-on musée?*, de O'hara, 1975. Da coleção *Musées et Monuments*, da Unesco, *Museums, imagination and education*, de 1973, já referenciada no

¹⁰⁶ Thomas Randolph Adams (1921-2008), bibliotecário da Biblioteca John Carter Brown e professor de bibliografia da John Professor Hay de Bibliografia e professore de biblioteconomia na Universidade Brown.

programa de Museografia III, de 1975. Ainda encontramos referenciada a revista *Curator*¹⁰⁷ e algumas referências específicas da área da Comunicação.

MUSEOLOGIA V

Museologia V, do quinto período com 60 horas, foi inteiramente reformulada, como constatado num programa de 1977. A partir de então, seu conteúdo destinava-se aos tipos de museus e seus recursos e técnicas. Tendo como objetivo “tornar o aluno capaz de conhecer os tipos de museus, analisar suas bases científicas, interpretar os museus especializados e aplicar técnicas e recursos para cada um” (MHN, 1977, s.p.).

Dividida em seis unidades de ensino, partia da abordagem dos tipos de museus e suas categorias, observando seu porte, especialidade, forma individual, sua modalidade – arte, história, científico, etc. – bem como a transformação de edifícios históricos em museus. Em seguida, se discutia os conceitos, definições e categorias dos museus especializados. No final do programa, o aluno era apresentado ao estudo comparado dos museus em suas diferentes modalidades com a análise de planta de uma exposição. Por fim, na última unidade, era analisado os museus do Brasil, com o levantamento de estatísticas, os principais museus do país e ainda os museus especializados.

A bibliografia, bem sintética, reunia publicações estrangeiras e nacionais como a coleção *O Mundo dos Museus*, 1967, a revista *Museum* da Unesco, publicações do ICOM não mencionadas, e o documento resultante do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, ocorrido no Rio de Janeiro em 1958, sob a coordenação de Georges Henri Rivière, à época presidente do Comitê. Da museóloga Fernanda Moro, o livro *Guia dos Museus do Brasil*, já mencionada pelo programa de Museologia I, de 1975.

MUSEOLOGIA VI

A última disciplina deste eixo, oferecida no sexto período, com carga horária de 30 horas e 2 créditos, conforme programa de 1977, compreendia basicamente nos estudos de conhecimentos administrativos. Seu objetivo baseava-se em “fornecer aos alunos noções de administração, organização geral, funções, burocracia e documentação, com o fito de facilitar o desempenho das tarefas do dia a dia do museu” (MHN, 1977, s.p.). Com oito tópicos, que compreendiam noções de administração, organização de museus, elaboração de relatórios, correspondências oficiais e documentação afim, análise de museus federais,

¹⁰⁷ O periódico *Curator*, criado pelo Museu Americano de História Natural em 1958, e existente desde então, destina-se a publicação de trabalhos de profissionais do campo dos Museus.

estaduais, fundações e particulares, assim como a Política Nacional de Museus e a Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro - FEMURJ.

Na bibliografia foi referenciada publicações da Revistas *Museum* e *Icom News*. Também a conhecida coleção *Musées et monuments* da Unesco, com o artigo *The Organization of Museum*, 1967, já utilizados nos programas de Museologia I, II e III, de 1975. De F. dos Santos Trigueiros, vemos três referências, O Dinheiro no Brasil, mencionada em Museologia II, de 1977; Expressão e cultura, de 1972, e Museus e Educação, de 1958. Também foi referenciado o Manual de Redação Oficial, além de uma apostila gerada do seminário de museologia ocorrido no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), em 1972, ministrada pelo Prof. Basil Hedrick¹⁰⁸, da *Southern Illinois University*.

MUSEOGRAFIA I

A partir desta disciplina, do terceiro período, com carga horária de 60 horas e 3 créditos, tinha-se início às práticas de estudo de uma exposição museológica e, o ponto de partida, se dava com a aplicação de conceitos e finalidades que se desenvolvem nas exposições, além da composição. Em seguida, partia-se para a análise dos elementos que a integra, como o espaço, cor, acervo a ser exposto, suportes, iluminação, bem como recursos auxiliares. Ao final da disciplina, o assunto era direcionado para programação visual e propaganda aplicada à exposição.

A bibliografia era bem sucinta, sendo utilizado a publicação *Temporary and travelling exhibitious*, da coleção *Musées et Monuments*, Unesco, já oferecida num programa de Museologia II, de 1975; a bem utilizada revista *Museum*; e o livro *Dinheiro no Museu*, do museólogo F. dos Santos Trigueiros, já citada em Museologia II de 1977. Ainda aparece uma apostila da disciplina Técnica de Museus, de autoria da Prof^a. Tereza Scheiner.

MUSEOGRAFIA II

Do quarto período, com 60 horas e 3 créditos, trabalhava questões ligadas à Preservação, Conservação e Restauração de acervos. A primeira unidade reservada para as noções de Patrimônio natural e cultural, sua preservação e a atuação do IPHAN e o ICOM, bem como o papel do museólogo e dos museus na preservação do patrimônio no país. As próximas unidades eram destinadas ao ensino das práticas de Preservação,

¹⁰⁸ Basílio Calvin Hedrick (1932), administrador, professor, historiador, consultor estadunidense. Ddiretor assistente do Museu da Universidade de Lewistown (1967-70), diretor do Museu Universitário e Galeria de Arte (1970-77). Fundador e diretor do Museu de Arqueologia e Publicações de Michigan, Lansing (1988-91). Diretor da Associação do Museu de Washington, 1993-2000.

Conservação e Restauração, com conteúdos de agentes de degradação, higienização, noções de restauração por tipologia de acervo, embalagem e transporte. A última unidade falava-se da importância dos depósitos¹⁰⁹ em museus, tratando de seu planejamento e da segurança de acervos através do controle contra sinistros, temperatura, luz, etc.

Em relação à bibliografia utilizada na disciplina, existem duas publicações de F. dos Santos Trigueiros, já citadas, *Dinheiro no Museu*, 1972, e *Museus, sua importância na educação do povo*, 1956. Como as demais disciplinas, a revista *Museum* a coleção *Musées et Monuments*, Unesco, com publicações destinadas aos estudos da Preservação e Conservação de Patrimônio, *Protection of cultural property in the event of armed conflict*, 1958, *The conservation of cultural property, with special reference to tropical conditions*, 1967, e *Preserving and restoring monuments and historic buildings*, de 1972, as três também oferecidas em Museologia II.

MUSEOGRAFIA III

Museografia III, do sexto semestre, com 60 horas e 3 créditos, destinava-se ao “estudo das técnicas de fotografia, como elementos de percepção visual e de pesquisa, e sua utilização na museologia como instrumento de documentação, divulgação, limpeza e restauração, e de práticas audiovisuais” (MHN, 1977, s.p.). Inicialmente, o aluno era introduzido aos conceitos de fotografia, logo em seguida, apresentava-se a fotografia no museu como um importante aliado à documentação, preservação, restauração, divulgação e educação, igualmente se enfatiza a necessidade a implantação de um Departamento Fotográfico no museu. Por fim, a última unidade era reservada para a prática de montagem, gravação e execução de material audiovisual. No que se refere à bibliografia, é apresentada a mesma oferecida em Museografia III, de 1975.

MUSEOGRAFIA IV

A última disciplina deste eixo, era Museografia IV, do sétimo período, com 60 horas e 2 créditos, cursada juntamente com Museologia VII, referente a execução da Exposição Curricular, no entanto, não foi localizado o programa desta disciplina para o oferecimento neste momento.

4.2.3 – A MATRIZ CURRICULAR DE 1978

¹⁰⁹ Nesta época, no Brasil, ainda não era utilizado pelo campo o termo Reserva Técnica, o local destinado a guarda de acervos neste momento eram designados de depósitos.

Como já abordado, a última Reforma Curricular ocorrida nesta década será a implantada em 1978, a primeira no âmbito da FEFIERJ/UNIRIO e que vigorará até 1986. De fato, um coroamento de todos os pontos de discussão gerado neste período que foram sendo gradativamente aplicados às disciplinas e hoje documentados, sobretudo, nos programas elaborados. Abaixo será analisada a configuração final dos programas de Museologia e Museografia apresentados nesta reforma e que representam a concretização de toda uma década de mudanças e discussões.

MUSEOLOGIA I

Oferecida no primeiro período, com carga horária de 45 horas e 3 créditos, também denominada de Introdução à Museologia, conforme programa produzido após período Uni-Rio (a partir de 1979), tinha por objetivo fazer com que o aluno adquirisse “noções sobre museus e Museologia” (UNI-RIO, 1979, s.p.). Ao iniciar a disciplina, o aluno era conduzido ao campo dos Museus através de suas definições, características e finalidades, passando por seu desenvolvimento conceitual e histórico, inclusive no âmbito nacional. Em seguida, era analisada a Museologia, realizando uma apresentação do campo assim como sua relação com a Museografia. Também era discutida a formação do profissional museólogo e seu papel no Museu, bem como a função do Museu na sociedade. Igualmente eram apresentados os órgãos nacionais e internacionais do campo museal, como o ICOM e o IPHAN. A parte final da disciplina destinava-se em abordar os tipos de museus e a importância da pesquisa, indicando figura do museólogo como o pesquisador dos museus. Não consta a bibliografia no programa.

MUSEOLOGIA II

Esta disciplina, com carga horária de 60 horas e 4 créditos, do segundo período, tinha por finalidade discutir a “[...] estrutura e funcionamento dos museus. Estudo da arquitetura de museus: necessidades físicas e instalações específicas. Noções básicas de administração aplicadas ao museu” (UNI-RIO, 1978, s.p.). Os objetivos de Museologia II destinavam-se a oferecer ao aluno uma discussão geral sobre as questões ligadas a estrutura arquitetônica e administrativa dos museus.

- Identificar as necessidades, distribuições do espaço físico e instalações específicas do museu, analisar plantas arquitetônicas de museus e elaborar um programa de necessidade básica para um museu.
- Discriminar as funções do museu de acordo com as noções básicas de administração, interpretação documentos administrativos relativos a museus e elaborar um organograma de museu. (UNI-RIO, 1978, s.p.)

Foi constatado que esta disciplina foi inteiramente reformulada, contendo conteúdos antes encontrados nas disciplinas Museologia II e VI, além da criação de novos pontos de aula. Distribuída em três unidades de ensino, 1. Estrutura orgânica do Museu, responsável por realizar uma descrição geral do funcionamento de um museu, observando as necessidades básicas, suas finalidades e objetivos; 2. Arquitetura de Museu, que discutia a localização e as instalações ideias para um museu, seja em prédios adaptados ou planejados, assim como procedimentos específicos de museus, como segurança, conservação, manuseio, incêndio, roubo, aparelhamento, etc., temas estes antes abordados em Museologia II; e 3. Funcionamento de Museus, responsável pela parte burocrática e administrativa dos museus, com pontos que analisavam os métodos operacionais, a confecção de documentos oficiais, o funcionamento dos principais museus nas esferas federais, estaduais, municipais, bem como fundações e particulares, e, por fim, a Política Nacional de Museus e a Política Estadual de Museus, temas estes propostos até então na disciplina Museologia VI.

A bibliografia consistia de três títulos, *Introdução à Administração*, de Michael Jucius¹¹⁰, 1978, *Preservação e Segurança nos Museus*, do Ministério de Cultura e Meio Ambiente francês, 1978, e o volume *Museum Architecture*, da Revista *Museum*, Unesco, 1974, série dividida em quatro volumes contendo artigos de profissionais da área com estudos de casos e apresentação de técnicas relacionadas a arquitetura de museus, como planejamento, conservação, edificações, etc.

MUSEOLOGIA III

Museologia III, do terceiro período, com carga horária de 60 horas e 3 créditos, antes destinada ao planejamento educativo e cultural nos museus, agora dirige-se para o ensino da conservação de bens culturais, com o objetivo de fazer o aluno “[...] reconhecer a necessidade e as técnicas e recursos para a conservação dos bens culturais” (UNIRIO, 1978, s.p.). Nesta disciplina o aluno adquiria noções gerais de conservação e restauração de bens culturais, funcionamento de uma reserva técnica, à época denominada de depósito, os efeitos da luz sobre objetos, danos causados por insetos e outros organismos, além dos efeitos provenientes da variação climática e seu controle.

A bibliografia, assim como as demais, também era bem sucinta, com apenas três publicações produzidas pela Unesco, *Preserving and restoring monuments and historic buildings*, 1972, já destacados nos programas de Museologia III e Museografia II do ano de

¹¹⁰ Michael James Jucius (1907 - 1986).

1977, *La conservacion de los biens culturales*, 1969, oferecendo a mesma ideia do conteúdo apresentado na publicação anterior, e a Revista *Museum*, volumes não especificados.

MUSEOLOGIA IV

Do quarto semestre, com carga horária de 45 horas e 3 créditos, referia-se ao estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural, com objetivo de “reconhecer a importância da preservação do patrimônio histórico e artístico” (UNI-RIO, 1978, s.p.), bem como “[...] identificar os critérios para restauração do patrimônio histórico e artístico” (UNI-RIO, 1978, s.p.). A disciplina era dividida em seis unidades de ensino, que se distribuíam pelos estudos dos fundamentos históricos e a legislação internacional e nacional eferente à preservação e à restauração de patrimônio cultural. Ainda era abordado os fatores determinantes para a identificação de um patrimônio cultural e as práticas de conservação-restauração empregados a ele.

Pelo fato desta disciplina se associar ao conteúdo oferecido em Museologia III, a bibliografia oferecida se apresentava a mesma ao verificado na anterior, a exceção da revista *Arquitetura*, publicação do IPHAN de 1977.

MUSEOLOGIA V

Oferecida no quinto período com carga horária de 45 horas e 4 créditos, destinava-se a dinâmica de museus, relação com o público, métodos de análise de visitantes, Educação em Museus e Comunicação, conforme constatado em sua ementa e objetivos:

Conteúdo:

Estudo dos valores reais e valores proclamados dos museus. Relações com a comunicação, educação e cultura. O museu na perspectiva educacional e cultural.

Objetivos:

[...] Identificar a diversidade de níveis culturais, etários dos visitantes do museu, analisar suas perspectivas educacionais e culturais e elaborar um plano, projeto ou programa para uma determinada clientela de acordo com a realidade. (UNI-RIO, 1979, s.p.)

Nota-se que neste programa, o conteúdo oferecido pela disciplina Museologia IV, até esta reforma de 1978, e analisado anteriormente através de um programa datado de 1977, fora totalmente reformulado e redistribuído no novo programa Museologia V, deixando-se de fora apenas a unidade de ensino que tratava do planejamento da exposição, deslocada para a disciplina Museografia III. Igualmente constatou-se que foram realocados, para três unidades de ensino, conteúdos de Museu e Cultura e Museu e Educação antes oferecidos

em Museologia III. A novidade encontra-se no último ponto desta disciplina, denominada de Dinâmica do museu e tinha por finalidade demonstrar ao aluno técnicas de elaboração de planos de trabalho, projetos e programas museológicos.

Com relação à bibliografia, observamos que apresenta uma grande quantidade de referências específicas das áreas de comunicação, educação e cultura, como O processo da comunicação, de David Berlo¹¹¹, A Cultura Brasileira, de Fernando de Azevedo¹¹², 1960, Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Luiz Antonio Cunha¹¹³, 1975, e de Paulo Freire¹¹⁴, três publicações, Educação como Prática da Liberdade, Expressão e Comunicação e Ação Cultural para Liberdade. No que se refere a referências em língua estrangeira destacam-se a publicação *Museums imagination and education*, da coleção Museums and Monuments, unesco, 1973, Educação e Vida, de Pierre Futer, John Parry, Psicologia da Comunicação Humana, além de artigos não mencionados da revista *Museum*.

MUSEOLOGIA VI

Do sexto período, com carga horária de 30 horas e 2 créditos, tem o estudo da fotografia como conteúdo de ensino, um reajustamento de Museografia III, disciplina que alojava esta matéria até então. Seu objetivo relacionava a utilização da fotografia à prática museológica, capacitando o aluno para este fim. As unidades de ensino são remodeladas, na primeira, enfatizava-se da necessidade e importância da fotografia nos diversos setores do museu, bem como à exposição e à segurança do acervo. O ponto seguinte discute sobre a instalação de um departamento e laboratório fotográfico no museu, destacando seus objetivos, equipe e equipamentos. Por fim, fazia-se uma introdução aos conceitos de fotografia. A bibliografia utilizada era inteiramente composta por publicações estrangeiras especializadas em fotografia, como Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa, de John Collier, 1973, e *Museums, imagination and education*, publicação da Unesco. 1973, ambas anteriormente referenciadas em outras disciplinas.

MUSEOLOGIA VII

Por fim, Museologia VII, do sétimo período, a última disciplina deste eixo, com carga horária de 60 Horas e 2 créditos. Num programa posterior a 1979, aparece denominada

¹¹¹ David Kenneth Berlo (1929-1996), Doutor em Comunicação pela Universidade de Illinois. Discípulo de Wilbur Schramm.

¹¹² Fernando de Azevedo (1894-1974), professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo brasileiro.

¹¹³ Luiz Antonio Cunha, escritor e professor universitário brasileiro.

¹¹⁴ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), educador, pedagogo e filósofo brasileiro. Patrono da Educação Brasileira. Considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial.

como “Técnica de Som e Imagem no Museu” (UNI-RIO, 1978, s.p.), cujo conteúdo era voltado para o planejamento e a montagem de audiovisuais, objetivando “desenvolver o potencial criativo do aluno e torna-lo conhecedor das técnicas áudio-visual e suas utilizações no museu” (1978, s.p.). Esta disciplina era cursada no mesmo período que Museografia IV, responsável pelo desenvolvimento da exposição curricular, podendo servir de suporte para elaboração do conteúdo de audiovisual a ser utilizado na exposição curricular. Seu conteúdo, antes encontrado em Museografia III, iniciava com a escolha de um tema e se desmembrava com pesquisas textuais, imagéticas e sonoras relacionadas para que se pudesse elaborar um roteiro. A segunda unidade de ensino referia-se a etapa seguinte ao roteiro, realizando-se a análises e seleções de imagens, músicas, além de gravações de áudio, e, concluída as seleções, fazia-se a montagem do material coletado. A terceira e última unidade, finaliza todo o trabalho, com a escolha do local a ser projetado o material, seleção e montagem de equipamento e, finalmente, a projeção.

A bibliografia era constituída de publicações recorrentes de outra disciplinas deste eixo de Museologia, como, *Museums, imagination and education*, da Coleção *Musées et Monuments*, Unesco, 1973, além de revistas mensais especializadas em fotografia.

MUSEOGRAFIA I

Do segundo semestre, com 45 horas e 3 créditos, tinha como finalidade, conforme programa datado de 1978 o reconhecimento das “[...] técnicas de registro, métodos de aquisição, guarda e apresentação das coleções” (UNI-RIO, 1978, s.p.). Seu conteúdo era ministrado em quatro partes: O objeto, Registro de objetos de museu, Etiquetas e catálogos de exposição, e Planejamento e organização do Depósito (1978, s.p.). A primeira unidade era destinada ao objeto museológico, analisando suas tipologias, a formação de acervos, métodos de aquisição, ética e seguro. Posteriormente, passava-se para a documentação museológica, tratando da numeração e tipos de marcação de objetos, inventário, tombamento, catalogação, fichamento e dossiê. Na terceira unidade de ensino, via-se a elaboração e os tipos de etiquetas expositivas, bem como a constituição de um catálogo. Por fim, a quarta unidade destinava-se a estudo de um depósito, observando seus tipos, instalações, condições ambientais, coleções de estudos e inventário.

A bibliografia consistia de três publicações estrangeiras, *Museum registration methods*, da American Association of Museums, 1978, já encontrada em Museologia II, de 1975, e *La mise en reserve des collections de musée*, da coleção *Cahiers Techniques: Musées et Monuments*, Unesco, 1980, que apresenta trabalhos técnicos relacionados a

seguro, catalogação, conservação e sistemas de acondicionamento para acervos museológicos. Ainda encontramos a tão usada revista *Museum*.

MUSEOGRAFIA II

Do quinto semestre, com 45 horas e 3 créditos, destinada ao ensino das práticas expositivas, cujo objetivo, conforme programa datado de 1978, era fazer com que o estudante de Museologia seja capaz de

[...] Reconhecer e identificar os tipos de exposição. Analisar a exposição como um conjunto. Reconhecer os elementos componentes da exposição. Usar cada elemento componente da exposição, no momento adequado, em relação ao conjunto. (UNI-RIO, s.p.)

Nesta disciplina, o aluno era conduzido ao estudo dos conceitos e definições da exposição museológica, assim como a evolução de sua técnica, tipos existentes e o ambiente expositivo. Ainda se analisava a importância da mesma para o museu, seu relacionamento com as seções que o formam e com o visitante. Num segundo momento, passava-se para o estudo da composição de uma exposição, que englobavam conhecimentos de espaço, forma, circulação, suportes, duração, luz, cor, etc., além de recursos auxiliares como a parte educativa, propaganda e divulgação.

Este programa, diferentemente dos demais, apresenta uma vasta bibliografia com vinte e quatro publicações na sua maioria da revista *Curator*, além de outras publicações da revista *Museum News*, periódico do ICOM, bem como as tão referenciada coleção *Musées et Monuments*. No que diz respeito à bibliografia nacional, notamos a presença das publicações *O Museu Ideal*, de Regina Real, 1958, e o Guia de audiovisual para professores, do MEC, 1970.

MUSEOGRAFIA III

Oferecida no sexto período, com 45 horas e 3 créditos, que, segundo uma ementa encontrada num programa de 1982, destinava-se ao “planejamento e programação de exposições com ênfase na adequação das técnicas às necessidades de cada caso de estudo” (UNI-RIO, 1982, s.p.). Apresentava três unidades de ensino, onde o aluno demonstraria conhecimento em pesquisar, planejar e programar exposições, bem como às práticas de embalagem, transporte, seguro de objetos. Era nesta disciplina que se elaborava o anteprojeto de exposição curricular, realizando-se a pesquisa do tema escolhido, planejamento e programação.

A bibliografia foi baseada inteiramente em referências estrangeiras como a publicação *Museum registration methods*, da *American Association of Museums*, 1979, já destacada em Museografia I, e, como nas demais, a Revista *Museum* e a Coleção *Musées et Munuments*.

MUSEOGRAFIA IV

Finalmente, Museografia IV, a última deste eixo, oferecida no oitavo período, com 60 horas e 2 créditos e integrada à Museologia VII, e, destinando-se ao planejamento, programação, montagem, desmontagem e avaliação da exposição curricular, onde o aluno deveria aplicar os conhecimentos adquiridos pelos eixos de Museologia e Museografia no decorrer do curso. Segundo consta no programa datado de 1982, a exposição deveria ser “[...] obrigatoriamente complementada por um áudio-visual” (UNI-RIO, s.p.), conforme o conteúdo trabalhado em Museologia VII.

Para um melhor entendimento estas mudanças ocorridas entre 1975 e 1978 e que tiveram como ponto de partida a disciplina Técnica de Museus (Parte Geral), pôde-se traçar uma linha de seu desmembrando a partir do programa já analisado de 1968, tomando por base as sete unidades de ensino nele existentes (MHN, 1968, p.2) e relacionando seus conteúdos programáticos apresentados em cada unidade aos existentes nas disciplinas de Museologia e Museografia da Reforma Curriculares de 1975, e, paralelamente a esta comparação, veremos a mudança promovida nas cargas horárias. Além disso, também foram relacionadas as alterações curriculares ocorridas entre 1976 e 1977 e a Reforma de 1978 para que se pudesse perceber os desdobramentos de Técnica de Museus no restante desta década como as modificações feitas a partir da Matriz de 1975.

Em 1975, observamos que, de fato, ocorreu um aproveitamento dos conteúdos existentes nas disciplinas Museologia I, II e III, e Museografia I e II, com relação à Museologia IV e V, destinadas respectivamente a relação entre o museu e o público e o estudo de museus especializados e seus recursos e técnicas, referem-se a conteúdos não existentes naquele momento, criados a partir de então. Entre 1976-77, as disciplinas Museologia VI e VII e Museografia III e IV, não foram citadas, pois não podem ser relacionadas ao programa de Técnica de Museus, por também se tratarem de disciplinas destinadas à montagem da Exposição Curricular, igualmente implantada neste momento.

Da mesma forma que se pôde analisar o desdobramento do conteúdo programático, observando a distribuição da carga horária que se ampliou com a vigência do novo currículo. Técnica de Museus (Parte Geral), onde se encontrava os conteúdos de Museologia,

Museografia, Comunicação, Documentação, Preservação e Pesquisa, com uma carga horária de 45 horas, conforme já fora constatado, em 1975, desmembra-se para os eixos de Museologia, que contava com carga horária de 300 horas, e Museografia, com 240 horas. Notamos ainda, que nos anos seguintes, ocorreu um balanceamento proporcional de 60 horas destas disciplinas, aumentando-se a carga horária de Museologia e diminuindo-se a de Museografia, respectivamente, 330 horas e 210 horas, em 1976, e, finalizando com 360 horas e 180 horas, em 1978.

MATRIZ CURRICULAR 1968				MATRIZ CURRICULAR 1975	MATRIZ CURRICULAR 1976-77	MATRIZ CURRICULAR 1978	
UNIDADES DE ENSINO APRESENTADAS NO PROGRAMA DE TÉCNICA DE MUSEUS I (Parte Geral) DE 1968	COMPREENSÃO ATUAL	CARGA HORÁRIA (45 horas totais) ¹¹⁵	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	DESDOBRAMENTO	DESDOBRAMENTO	DESDOBRAMENTO	
Introdução à Técnica de Museus	Introdução à Técnica de Museus (Museologia)	2 horas	Definição. Conceituação de Museu, Museologia e Museografia	Museologia I (45 horas)	Museologia I (45 horas)	Museologia I (45 horas)	
			Classificação dos museus. Papel moderno dos museus		Museologia I (45 horas) e Museologia V (45 horas)		
Organização	Arquitetura de Museus	5 horas	Organização geral dos museus				Museologia I (45 horas)
			Gestão / Organização		Pessoal técnico especializado		
	Serviços gerais. Administrativos e técnicos						
Coleções	Documentação	7 horas	As coleções. Princípios de organização. Categorias		Museologia I (45 horas)	Museologia II (45 horas)	Museografia I (45 horas)
	Conservação		Conservação e limpeza segundo os tipos de objetos	Museografia II (60 horas)		Museologia III (60 horas)	
Inventário	Documentação	6 horas	Inventário. Princípios gerais	Museologia II (45 horas)	Museologia III (45 horas)	Museografia I (45 horas)	
			Tipos diferentes de inventário				
			Catálogo		Museologia II (45 horas)		
			Fichamentos; fichários auxiliares e comentados				

¹¹⁵ 6 horas reservadas para atividades extras.

Exposição	Exposição / Comunicação	9 horas	A exposição. Princípios gerais de apresentação. Efeito estético. Valorização	Museologia II (45 horas) e Museografia I (60 horas)	Museografia II (45 horas)
			Programação e tipos de exposição	Museografia I (60 horas)	
			Vitrines. Variedades. Embutidas. Centrais e de encostar. Princípios técnicos		
			Iluminação, vitrines e salas		
		Etiquetagem. Variedade de fichas e legendas		Museografia I (45 horas)	
Restauração	Conservação / Restauração	7 horas	Restauração. Regras e princípios técnicos. Material próprio	Museografia II (60 horas)	Museologia III (45 horas) e Museologia IV (45 horas)
			Limpeza. Oxidação. Tipos de exames		Museologia III (60 horas)
			Restauração de pinturas. Exames prévios dos quadros a serem restaurados. Tipos de exames.		
Museus e a educação	Educação em Museus	3 horas	Museus e educação	Museologia III (45 horas)	Museologia V (60 horas)
			Serviços educativos		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados, foi possível concluir que as transformações realizadas no ensino de Museologia durante o processo de transição, do antigo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional para o Curso de Museologia da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), depois Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e, atualmente, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), foram de fato um marco referencial não somente para a história do ensino e da formação em Museologia, mas também, e sobretudo, para a história da própria Museologia no Brasil. Ao longo da década de 1970, constatamos uma série de mudanças que são bastante significativas de todo este processo de transição:

- Reformas experimentais de 1970, 1971, 1973 E 1974;
- Adoção do vestibular unificado da CESGRANRIO, em 1974;
- Ampliação do número de vagas para ingressantes e do numero de eixos e disciplinas (1975);
- Ingresso de novas gerações docentes representando uma revolução no modo de se pensar a Museologia;
- A afastamento por aposentadoria, de docentes oriundos da segunda geração docente identificada com propostas tradicionais de formação, quanto de concepção de Museus e de Museologia;
- Amadurecimento das propostas de renovação na Matriz Curricular de 1975;
- Implantação na Matriz Curricular de 1975 e 1978, de disciplinas ligadas ao estudo da Museologia, Museografia, Preservação-Conservação, Comunicação, Educação em Museus e Documentação que darão suporte à Exposição Curricular; bem como a implantação do Estágio Supervisionado Obrigatório, no último período, em 1975;
- Transferência para uma universidade federal (1977).

Estas mudanças tiveram como ponto de partida, numa escala mais ampla, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, que instituiu o Conselho Federal de Educação (CFE), e a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Estas leis resultaram num amplo projeto de reformulação da Educação brasileira. Mais diretamente, verificamos a presença normatizadora do CFE no Curso de Museus através do Parecer CFE/MEC nº 971/69, de 5 de dezembro de 1969, que fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Museologia, e da Resolução CFE/MEC nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, que aprovou o Currículo Mínimo para os Cursos de Museologia.

Através da análise da aplicação desta nova legislação no Curso de Museus e, posteriormente, no decorrer da década, seus desdobramentos num amplo projeto de reformulação de seu currículo e de sua estrutura para se adequar ao que o MEC determinava, esta pesquisa pode elucidar parte de seu questionamento quando se indagou o motivo pelo qual esta década passou por inúmeras transformações curriculares diferentemente do que se observou em reformulações curriculares anteriores ocorridas desde sua criação.

A elaboração de normas específicas para cursos de Museologia, por parte do CFE/MEC, num momento em que só havia o Curso de Museus do MHN, e que o Curso de Museologia da UFBA estava apenas despontando, pode revelar uma nova visibilidade da área e do profissional de Museologia é a preocupação em regulamentar e investir em sua formação.

Por outro lado, além das transformações verificadas na educação, no cenário nacional, o que se viu, na área da Cultura, neste momento, igualmente teve influência direta e indireta no Curso de Museus. A criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, e a reorganização administrativa do MEC, em 1970, que implantou o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), deram novos rumos à área e irão marcar esta década por programas de incentivo à cultura. Consequentemente, este novo olhar sobre a Cultura irá repercutir na área dos museus e da Museologia como um todo. Neste sentido, verificamos que a elaboração de uma Política Nacional de Cultura e a Fundação Nacional Pró-Memória¹¹⁶, criada dentro da estrutura do IPHAN, trouxeram novas possibilidades de apoio aos museus brasileiros apesar de não conseguirem resolver as grandes dificuldades que as instituições museológicas enfrentavam. Além disso, as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, celebrado em 1972, deram uma nova visão à Cultura.

Em contrapartida ao apoio dado às instituições museológicas, precisou-se, por outro lado, incentivar a criação de mão de obra qualificada para suprir a demanda e, este assunto foi tratado quando se organizou o primeiro e o segundo Encontro de Governadores, respectivamente em Brasília (1970) e Salvador (1971). Os documentos destes encontros enfatizaram a importância de investir na formação de profissionais de várias áreas ligadas à Cultura, dentre elas, a Museologia, da mesma forma que sinalizam a importância de se criarem novos cursos de formação. A partir destes encontros, registrou-se a criação dos cursos de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1970, da Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMMARO), em 1975, e das Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES), em 1978.

¹¹⁶ Existente entre 1979 e 1990, datas de sua criação e extinção.

Este panorama de mudanças constatado na área da Cultura, neste momento, isto é, na década de 1970, converge para o questionamento desta pesquisa, na medida em que se aponta o cenário de fundo ocorrido no Brasil e às quais estão ligadas às transformações ocorridas no Curso de Museus.

No que se refere às Matrizes Curriculares do Curso de Museus/Curso de Museologia, o currículo implantado em 1967, que vigorava no limiar da década de 1970, neste momento, serviu de suporte para os experimentos ocorridos no currículo entre 1970 e 1974. Também identificamos que foi na reforma de 1974 que, de fato, o Curso reformula seu currículo conforme determinado pelos documentos supracitados, resultando numa Matriz Curricular inédita para o Curso, aprovada pelo CFE, em 6 de dezembro de 1974, e homologada pelo MEC, em 29 de janeiro de 1975.

Vimos também que esta Matriz Curricular ainda sofreria reajustes e adequações entre 1976 e 1977, para que, em 1978 fosse inteiramente consolidada.

Em relação às disciplinas de Museologia e Museografia, constatamos que os conteúdos que nelas deveriam conter, segundo determinado pela Resolução CFE/MEC nº 14/70 – respectivamente, Museologia Teórica e Práticas¹¹⁷ – estavam presentes, em sua grande parte, na disciplina Técnica de Museus (Parte Básica), de onde foram desmembrados e ampliados, tanto em termos de carga horária quanto de conteúdos, em onze novas disciplinas – Museologia I, II, III, IV, V, VI, VII e Museografia I, II, III, IV. Por outro lado, a partir do que se viu nos programas destas disciplinas, podemos constatar que sempre esteve presente uma busca por um novo conceito de formação em Museologia, mostrando ainda sintonias com as transformações ocorridas na área da Museologia, tanto no contexto internacional quanto nacional, visto que os programas continham referências atuais para a época de importantes publicações em estudos de museus, como as revistas do ICOM, a *Museum* e a *Musées et Monuments* da Unesco. A criação dos eixos curriculares de Museologia e Museografia e os conteúdos nelas oferecidos representam, no desenrolar da década de 1970, uma total reformulação de seus conceitos demonstrando ainda profundas mudanças de sua estrutura que atualizaram o modo de se pensar e fazer a Museologia.

Cabe ainda destacar que ao se observar conteúdos voltados diretamente para a interação do museu com o público ou com sua comunidade, vemos ligações claramente definidas com o que estava em voga à época na área da Museologia e dos Museus, o Museu Integral e o Museu de Território.

¹¹⁷ Organização administrativa e técnica, legislação relativa aos museus e ao patrimônio cultural e museológico, e, problemas de circuito, mostruários (vitrines), depósitos (reserva técnica), catalogação, ilustração, iluminação, etiquetagem, além da disposição, do funcionamento e da coleção na valorização dos museus

No que diz respeito aos professores, encontra-se na figura de Gustavo Barroso a origem do ensino em Museologia e Museografia no Brasil, ainda na disciplina criada, por ele, Técnica de Museus. Igualmente constatamos que, após sua aposentadoria o encargo desta disciplina foi passada para um “discípulo” imediato, ou seja, sua aluna, Prof^a. Octácia Correia Oliveira dos Santos, e, em seguida, para uma série de professores a qual definimos como a terceira geração docente do Curso de Museologia, dentre os quais podemos identificar o protagonismo da Prof^a. Tereza Scheiner, cujo contato com textos e propostas do ICOM, e posterior filiação a este organismo, teve importância basilar na construção de seu pensamento museológico, bem como de suas propostas de renovação aplicadas ao Curso de Museus no decorrer de suas transformações curriculares dos anos 1970.

Ainda neste contexto podemos destacar a nova organização de Curso de Museus em Departamentos, cuja criação remontava ao Regimento de 1966 e que foi de grande importância no processo de reflexão das novas matrizes curriculares, em especial o Departamento Técnica de Museus, depois denominado de Departamento de Museologia, que centralizou as discussões relativas aos novos conceitos de Museologia. Sua terceira geração docente constituiu-se de ex-alunos do Curso que, em sua maioria, cursaram a Matriz Curricular de 1967 e não tiveram contato direto com Barroso, isto significou para o Curso de Museus/Curso de Museologia um novo olhar sobre o ensino dos Museus. Sua atuação foi fundamental para a concretização da Reforma Curricular promovida entre 1975 e 1978, no que diz respeito ao eixo Museologia-Museografia destacando-se, nomeadamente, sua chefe, a Prof^{as} Therezinha Sarmiento, e a recém-contratada Prof^a. Tereza Scheiner, a quem ficou a cargo a elaboração dos programas.

Por fim, as transformações realizadas na estrutura do Curso de Museus neste período responderam a todas as qualificações determinadas pelo MEC o que resultou na sua transferência do MHN para a estrutura da FEFIERJ, iniciando assim, um novo capítulo na história do Curso de Museologia da UNIRIO e, como já mencionamos anteriormente, podemos dizer, de forma clara, que o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, concentrava sua formação nos estudos das coleções do Museu, passando, com sua transferência para a universidade a concentrar seus estudos das questões inerentes a área dos Museus e da Museologia, pois foi quando observamos uma preocupação maior do Curso de Museologia, através da criação de novas disciplinas, em oferecer ao aluno discussões voltadas especificamente para os estudos da Documentação, Preservação-Conservação, Comunicação, Educação, bem como problemas relacionados à área da Museologia.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- BAGHLI, Sid Ahmed; BOYLAN, Patrick; HERREMAN, Yani. **History of ICOM** (1946-1996). Paris: ICOM, 1998. Disponível em: <http://icom.museum/uploads/tx_hpoindexbdd/History_of_ICOM__1946-1996_-2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Uma historiografia da Reforma Universitária de 1968**. Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Educação. Terezinha, 2009. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_.../XQmLE4cC.doc>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- BARRAFATTO, Anna. **Curso de Museus Relação dos Currículos Adotados de 1932 a 1975**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 1975.
- _____. **Relação dos Currículos adotados de 1932 a 1975**. Curso de Museus – MHN, Departamento de Assuntos Culturais – MEC, Rio de Janeiro, 1975. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).
- BARROSO, Gustavo. O Culto da Saudade. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 22 set. 1912. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).
- BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. São Paulo: editora da UNESP, 1997.
- CALABRE, Lia. **O conselho Federal de Cultura, 1971-1974**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-junho de 2006, p.81-98.
- CERQUEIRA, E. M. **O Vício do Amor ao Passado: história e memória em Gustavo Barroso**. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300740491_ARQUIVO_Oviciodoamora opassado.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Código de Ética para Museus**. Disponível em: <<http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2016.
- _____. **Assembleia Geral do ICOM, Moscou, URSS, 28 mai. 1977. Resoluções e Recomendações da Conferência**. Moscou: ICOM. 1977. Disponível em: <<http://cool.conservation-us.org/icom/la-gouvernance/assemblee-generale/resolutions/moscow-1977/L/2/index.html>>. Acesso em: de 20 jan. 2017.
- CORDEIRO, Janaína Martins. **As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida?** In: Simpósio Nacional de História, 26. 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300478234_ARQUIVO_ANPUH2011.pdf>. 20 jan. 2017.
- COSTA, J. F. **A Criação dos Museus Históricos brasileiros e sua relação com a identidade nacional, 1895-1922**. In: V Simpósio Internacional de História - Culturas e Identidades, 2011, Goiânia. Anais do V Simpósio Internacional de História - Culturas e Identidades. Goiânia: UEGÇ PPGH/FH/UFG e Zutto digital, 2011. v. 1. p.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos; SÁ, Ivan (org.). **Do Horizonte do passado ao horizonte do futuro: 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932 – 2007)**. 1. ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007. 71 p.

CURY, Isabelle (Org.) **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CURY, Marília Xavier. Museologia - Marcos Referenciais. In: **Cadernos do CEOM** (UNOESC), Chapecó, n. 21, p. 45-73, 2005.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **FEFIEG: com o quinto aniversário, as escolas isoladas partem para a conquista da integração**. Rio de Janeiro, 25 ago. 1974, p.39. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

DOMINGUES, Ivan. Em busca do método. In: DOMINGUES, Ivan. (Org.) **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUMANS, Adolfo. **A ideia de Criação do Museu Histórico Nacional**. Anais do Museu Histórico Nacional. Vol. 3, Rio de Janeiro, 1942, p. 383-397.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012. 688 p.

FERNANDES, Natália A. Morato. **A política cultural à época da ditadura militar**. Contemporânea: revista de sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 3, n. 1, 2013. p. 173-192. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/124/71>> Acesso em: 20 jan. 2017.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Memória da Independência, 1808-1825**. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, 1972 (Catálogo da Exposição Memória da Independência).

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Resolution n.º 7: museological terminology. In: **GENERAL ASSEMBLY OF ICOM 12.**, 1977, Moscow. Resolutions adopted by ICOM's General Assemblies, Moscow 1977. Paris, c2010-2014. Disponível em: Acesso em: 12 jun. 2014.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JORNAL DO BRASIL. **Curso de Museus passa a Fefierj**. Rio de Janeiro, 21 ago. 1977, 1º Caderno. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

_____. **PORTELLA inaugura Unirio e defende universidades voltadas para a comunidade**. Rio de Janeiro, 21 ago. 1979, 1º Caderno. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: História de um Desenho (Inter)Ativo. In: ENANCIB 2007 – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (8), 2007, Salvador. **Anais VIII ENANCIB 2007, GT - Debates sobre Museologia e Patrimônio**. Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--060.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan/abr. 2012 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf> Acesso em: 20 jan. 2017.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **O que se deve saber para escrever a história nos museus?**. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 34, p. 109, 2002.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975)**. 2010. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UERJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, mar. 2010.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Anteprojeto do Regimento da Escola Superior de Museologia submetido ao Conselho Federativo da FEFIEG**. Rio de Janeiro: MHN/Curso de Museus, 1970.

_____. **Ementário das disciplinas de Museologia e Museografia**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 1p. 1975.

_____. **Instruções para Matrícula**. Rio de Janeiro: Curso de Museus. 1956.

_____. **Portaria – Instruções para Matrícula**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 1946.

_____. **Programa das disciplinas Metodologia da Pesquisa Histórica I e II**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1975.

_____. **Programa da disciplina Museografia I**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1974.

_____. **Programa da disciplina Museografia I**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1975.

_____. **Programa da disciplina Museografia I**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museografia II**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 1p. 1975.

_____. **Programa da disciplina Museografia II**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museografia III**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 1p. 1974.

_____. **Programa da disciplina Museografia III**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1975.

_____. **Programa da disciplina Museografia III.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museologia I.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 1p. 1975.

_____. **Programa da disciplina Museologia I.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museologia II.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museologia III.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 5p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museologia IV.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 3p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museologia V.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 1p. 1975.

_____. **Programa da disciplina Museologia V.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 3p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Museologia VI.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 5p. 1977.

_____. **Programa da disciplina Técnica de Museus.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 5p. 1968.

_____. **Proposta de transferência do Curso de Museus para a UFRJ apresentada pelo Museu Histórico Nacional à Diretoria-Geral do Departamento de Assuntos Culturais – DAC/MEC (Processo nº 203 233/72).** Rio de Janeiro: MHN/Curso de Museus, 1972.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil.** São Paulo: Ática, 1990.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia.** Autêntica Editora, 2013. 160p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SÁ, Ivan Coelho de. **Formação em Museologia no Brasil: a contribuição da UNIRIO e as recentes transformações.** In: BARJA, Wagner (org.). *Gestão museológica: questões teóricas e práticas.* Brasília: Câmara dos Deputados, p. 123-129, 2013.

SÁ, Ivan Coelho de. _____. **História e Memória do Curso de Museologia: do MHN a UNIRIO.** In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.39, 2007, p. 10-42.

SÁ, Ivan Coelho de. _____. **Subsídios para a História da Preservação no Brasil. A formação em Conservação-Restauração no Curso de Museologia da UNIRIO.** In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 44, 2012.p. 11-32. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=BibVirtMHN&pagfis=28762&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net#>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SÁ, Ivan Coelho de; e SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: Alunos, Graduandos e Atuação Profissional**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007. 269 p.

SANTOS, C. P., LOUREIRO, M. L. N. M. (Org). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 181-201. (MAST COLLOQUIA, 10). Disponível em: <http://www.mast.br/publicacoes_museologia/Mast%20Colloquia%2010.pdf> Acesso em: 20 jan. 2017. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SCHEINER, Tereza. The many faces of ICOFOM. **ICOM STUDY SERIES**, Paris, n. 8, p. 2, 2000.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional**. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao_graciele_karine_siqueira.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SOUZA, Helena Vieira de, FAULHABER, Priscila. **Patrimônio e Museus – A Criação do Museu Histórico Nacional e sua Relação com o Contexto Intelectual da década de 1920**. In: Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. 10 p. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276696974_ARQUIVO_patrimoniomuseus_anpuh2010.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

TOSTES, Gustavo Oliveira. **Curso de Museologia - UNIRIO – 1975-2º à atualidade: transformações conceituais e análise discente**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Museologia, 2013.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). **Programa da disciplina Museologia I**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 3p. 1978.

_____. **Programa da disciplina Museologia II**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1978.

_____. **Programa da disciplina Museologia III**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 3p. 1978.

_____. **Programa da disciplina Museologia IV**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 1p. s.d.

_____. **Programa da disciplina Museologia V**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 3p. s.d.

_____. **Programa da disciplina Museologia VI**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. 1980.

_____. **Programa da disciplina Museologia VII**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. s.d.

_____. **Programa da disciplina Museografia I**. Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. s.d.

_____. **Programa da disciplina Museologia II.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 4p. s.d.

_____. **Programa da disciplina Museografia III.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 2p. s.d.

_____. **Programa de Museologia VII e Museografia IV.** Rio de Janeiro: Curso de Museus, 3p. s.d.

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Congresso Nacional. Senado. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. VII, p. 51-66, 1961. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1961v7.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Congresso Nacional. Senado. **Decreto nº 58.800, de 13 de julho de 1966.** Aprova o Regimento do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. VI, p. 15-24, 1966. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLEis1966v6.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Congresso Nacional. Senado. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. VII, p. 152-158, 1968. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1968v7.pdf>>. Acesso: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 16 de agosto de 1922. Seção 1, p. 16.081. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 1º de maio de 1931, Seção 1, p. 6.945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº 21.129, de 07 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 de março de 1932. Seção 1, p. 4.414. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional" **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 25 de julho de 1934. Seção 1, p. 15.234. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto-Lei nº. 6.689 de 13 de julho de 1944. Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 de julho de 1944. Seção 1, p. 12.461. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6689-13-julho-1944-452521-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944. Aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-lei nº. 6.689, de 13 de julho de 1944. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 de julho de 1944. Seção 1, p. 12.474. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-retificacao-65203-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº.36.518, de 01 de dezembro de 1954. Aprova o Regimento do Museu Histórico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 03 de dezembro de 1954. Seção 1, p.19.218. Disponível: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=36518&tipo_norma=DEC&data=19541201&link=s>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. DECERTO LEI nº 74, de 21 de novembro 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 05 de janeiro de 1967. Seção 1, p.178. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-republicacao-35524-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº. 66.967, de 27 de julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 03 de agosto de 1970. Seção 1, p.5.771. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de fevereiro de 1967, Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Decreto nº. 79.723, de 24 de maio de 1977. Transfere para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de maio de 1977, Seção 1. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-79723-1977_36029.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Lei nº 6.655, de dia 5 de junho de 1979. Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de junho de 1979, Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6655.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Parecer CFE/MEC nº 4.127/74, de 6 de dezembro de 1974. Aprova o Regimento e Currículo do Curso de Museus. **Diário Oficial da República Federativa do**

Brasil, Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 1975. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

_____. Parecer CFE/MEC nº 971/69, de 5 de dezembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Museologia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 1969. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

_____. Portaria nº 485, de 7 de outubro de 1975. Aprova o Regimento Interno do Museu Histórico Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 23 de outubro de 1975. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

_____. Resolução CFE/MEC 14, de 27 de fevereiro de 1970. Aprova o Currículo Mínimo para os Cursos de Museologia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 1970. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS).

SITIOS VISITADOS:

HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO CESGRANRIO. Disponível em:
<http://www.cesgranrio.org.br/institucional/historia.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HISTÓRIA DA UNIRIO. Disponível em: <http://www.unirio.br/institucional/historia>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LINHA DO TEMPO - IPHAN 80 ANOS. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CURATOR: THE MUSEUM JOURNAL, ABOUT. Disponível em:
<http://www.curatorjournal.org/front/about/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PROGRAMA DE PÓS GRADUÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO UNIRIO/MAST. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/ppg-pmus/inicio.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SOBRE A REVISTA MUSEUM INTERNACIONAL. Disponível em:
http://portal.unesco.org/culture/es/ev.php-URL_ID=2356&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 20 jan. 2017.

INFORMAÇÃO REVISTAS MUSEUMS AND MONUMENTS Disponível em:
unesdoc.unesco.org. Acesso em: 20 jan. 2017.